

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

LEI N° 11.141, DE 5 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRÉ-ORÇAMENTÁRIAS

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento das normas § 3º do art. 204 da Constituição do Estado do Pará e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado do Pará, para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

- I - as disposições preliminares;
- II - as metas e prioridades da Administração Pública estadual;
- III - as diretrizes de organização dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações;
- V - as normas gerais para monitoramento e avaliação dos programas de governo;
- VI - as disposições gerais das despesas do Estado com pessoal;
- VII - as disposições sobre a aplicação da legislação tributária do Estado;
- VIII - a política de aplicação de recursos financeiros pelas agências financeiras oficiais de fomento; e
- IX - as disposições finais desta Lei.

Parágrafo único. Integram a presente Lei, os seguintes anexos:

- I - Anexo I - Rito de Execução;
- II - Anexo II - Metas Fiscais;
- III - Anexo III - Demonstração da Remuneração de Pessoal Ativo e Aposentado; e
- IV - Anexo IV - Demonstração da Lotação de Pessoal Ativo por Poder e Unidade Orçamentária.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2026, são as definidas na Lei Estadual nº 10.260, de 11 de dezembro de 2023, que institui o Plano Pluriannual do Estado do Pará, para o período de 2024-2027, e suas alterações.

§ 1º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2026, terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026, atendidas as despesas que compõem as exigências constitucionais ou legais do Estado e da funcionalidade dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social.

§ 2º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2026, poderão ser modificadas mediante autorização do Poder Legislativo, para atender necessidades econômicas e sociais advindas de consequências provocadas por fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, reconhecidas pelo Poder Público.

§ 3º O Poder Executivo promoverá a identificação das metas e prioridades da administração, por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, considerando o que dispõe a Lei de Revisão do Plano Pluriannual para o biênio 2026-2027.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 na respectiva lei, por função, subfunção, programas, projetos, atividades e/ou operações especiais.

§ 1º Parágrafo único. Lei, entende-se por:

- a) categoria: classificação, o delineamento de programa de trabalho, identificado por função, subfunção, programação, atividade e/ou operações especiais;
- b) função: nível máximo de agregação de um conjunto de ações do setor público;
- c) subfunção: nível de agregação de um conjunto de ações do setor público;
- d) programação: instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos predefinidos, mensuráveis por indicadores estabelecidos no Plano Pluriannual;
- e) projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- f) atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- g) operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta, sob a forma de bens ou serviços;
- h) unidade orçamentária: menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, estes últimos entendidos como os de maior nível da classificação institucional;
- i) unidade gestora: centro de alocação e execução orçamentária, inserida na unidade orçamentária;
- j) fonte de recursos: indica a origem da despesa e a receita para a formação das despesas;
- k) transferência voluntária: efetiva na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, compreende a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorre de determinação constitucional ou legal ou se destina ao Sistema Único de Saúde (SUS).
- l) parcerias voluntárias para efeitos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSC), envolvendo repasses financeiros;
- m) concedente: órgão ou entidade da Administração Pública Estadual direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;
- n) concedente: órgão ou entidade da Administração Pública Estadual direta ou indireta da União, Estados e Distrito Federal ou Municípios e as entidades privadas, na forma de lei, com as quais a Administração Pública Estadual pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros;
- o) organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP): entidade sem fins lucrativo, com a finalidade, única e exclusiva, de celebrar Termo de Parceria com o Poder Público, desde que constituida no Brasil e que se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, conforme objetivos sociais e normas estatutárias que atendam aos requisitos instituídos pela Lei Federal nº 9.750, de 23 de março de 1999;

p) organizações sociais: pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à preSTAção de serviços sociais e descentralizada pelo Poder Público, na forma e condições estabelecidas na Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 21, de 14 de fevereiro de 2019;

q) convênio: acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social do Estado e tenha como participante, de um lado, órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual e, de outro lado, órgão ou entidade da Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, visando à execução de programa de governo, envolvendo operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

r) termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil (OSC);

s) termo de parceria: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco de iniciativa da Administração Pública, que envolvem a transferência de recursos financeiros;

t) termo de parceria: instrumento firmado com transferência de recursos orçamentários, entre os órgãos estaduais e as Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIPs); e

u) termo de cooperação técnica: instrumento de cooperação técnica entre órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e/ou entidade da Administração Pública de qualquer estada de governo, serviços sociais autônomos e consórcios públicos para a execução de ações de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, a título gratuito, sem transferência de recursos ou de bens;

v) termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco de iniciativa da Administração Pública, que envolvem a transferência de recursos financeiros;

g) 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando seus valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pelas ações;

g) 3º Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a subfunção aos quais se vinculam, conforme estabelece a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e suas posteriores alterações.

g) 4º As atividades com mesma finalidade de outras já existentes devem observar o mesmo código, independentemente da unidade gestora e da natureza da ação.

g) 5º O produto e a unidade de medida são os mesmos especificados para cada ação do Plano Pluriannual.

Art. 4º Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas compreenderão programação dos Poderes, Fundos, Autarquias e Fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha o capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Estadual para sua manutenção.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, o grupo de natureza de despesa, o identificador de uso e a fonte de recursos.

g) 2º A referida classificação de uso e fonte de recursos, para fins de aplicação da identificação do tipo de orçamento: Orçamento Fiscal (F), Seguridade Social (S) ou de Investimento (I).

g) 2º A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas da Federação, seus órgãos, fundos ou entidades ou entre órgãos privados, exceto o uso de instituições financeiras, parcerias ou convênios;

III - indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Estado que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos estaduais.

g) 3º A especificação da modalidade de que trata o § 2º deste artigo, sem prejuízo das demais previstas pela Secretaria do Tesouro Estadual (STN), observará o seguinte detalhamento:

I - Transferências à União - 20;

II - Execução Orçamentária Delegada à União - 22;

III - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;

IV - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo - 31;

V - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal - 32;

VI - Execução Orçamentária Delegada a União - 33;

VII - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo - 41;

VIII - Execução Orçamentária Delegada a Municípios - 42;

IX - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - 50;

X - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - 60;

XI - Transferências a Poderes, Órgãos e Entidades governamentais - 70;

XII - Transferências a Consórcios Públicos mediante Contrato de Rateio - 71;

XIII - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos - 72;

XIV - Transferências a Exterior - 80;

XV - Aplicações Diretas - 90;

XVI - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Fundos e entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social - 91;

XVII - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes da Federação Decorrentes de Delegação ou Descentralização - 92; e

XVIII - A Defini - 99.

g) 4º O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 e a respectiva lei, bem como os créditos adicionais, não poderão contrair a data de aplicação "A Definir - 99", ressalvadas a Reserva de Contingência e a Reserva do Regime Próprio de Previdências.

g) 5º É vedada a execução orçamentária na modalidade de aplicação 99, devendo ser alterada quando de sua definição, conforme as modalidades especificadas nos incisos do § 3º deste artigo.

g) 6º Os Grupos de Natureza de Despesa (GND), mencionados no caput deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesma característica quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir especificado:

I - Pessoal e encargos sociais (GND 1);

II - Juros e encargos da dívida (GND 2);

III - Outras despesas correntes (GND 3);

IV - Investimentos (GND 4);

V - Inversões financeiras (GND 5); e

VI - Amortização da dívida (GND 6).

§ 7º A Reserva de Contingência será classificada no (GND 9).

§ 8º O Identificador de Uso (IU) tem por finalidade complementar as informações sobre a destinação dos recursos orçamentários direcionados, que serão utilizados para contrapartida estadual em empréstimos e convênios, ou se destinam a outras finalidades. Essa identificação deve constar, tanto na Lei Orçamentária Anual (LOA) quanto na abertura de créditos adicionais, observando-se as seguintes indicações:

I - Recursos não destinados à contrapartida (IU 6);

II - Contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano para Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD (IU 1);

III - Contrapartida de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (IU 2);

IV - Contrapartida de empréstimos por desempenho ou com enfoque setorial amplo (IU 3);

V - Contrapartida de outros empréstimos (IU 4);

VI - Contrapartida de dotações (IU 5); e

VII - Contrapartida de transferência por meio de convênios (IU 6).

§ 9º O Grupo de destinação de recursos que indica os recursos originários do Tesouro ou de Outras Fontes e fornece a indicação sobre o exercício em que foram arrecadados obedecendo à classificação ou destinação de recursos de acordo com o § 4º da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021 e na Portaria STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021.

§ 10. No caso do Orçamento de Investimento das Empresas, referido no caput deste artigo, as despesas serão discriminadas por unidade orçamentária, detalhando-as por categoria de programação com as respectivas dotações e fonte(s) de recurso(s).

§ 11. O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 e a respectiva lei deverão discriminá-las as transferências a consórcio público, observando critérios de classificação por função programática, por natureza de despesa e por fonte/destinação de recursos, devendo o consórcio público prestar as informações necessárias para subsidiar a elaboração da lei orçamentária, no prazo de 30 (trinta) dias antes do prazo final para o encaminhamento do projeto de lei ao Poder Legislativo, conforme definido na Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016.

§ 12. A discriminação quanto à natureza da despesa far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme definido na Portaria STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 13. O Poder Executivo encaminhará, com parte integrante da proposta orçamentária, anexo contendo regionalização das dotações orçamentárias para as 12 Regiões de Integração e para cada município do Estado, abrangendo todos os programas, projetos, ações e investimentos, conforme determina o art. 5º da Constituição Estadual.

Art. 6º A programação dos Poderes do Estado, dos Fundos, das Autarquias e das Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das Empresas Estatais dependentes, constantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, terá sua execução orçamentária e financeira integral e obrigatoriamente realizada no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), conforme § 6º do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem recursos do Estado sob a forma de:

I - participação acionária;

II - pagamento pelo fornecimento de bens e prestação de serviços; e

III - pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros.

§ 2º A programação dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social será apresentada conjuntamente.

Art. 7º A Receita do Orçamento Fiscal será estruturada de acordo com o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCAP) e pelos atos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal, vinculadas ao Ministério da Economia.

Art. 8º São Receitas do Orçamento da Seguridade Social:

I - contribuições sociais dos servidores públicos, contribuições patronais da Administração Pública e outras que vierem a ser criadas por lei;

II - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que atuam nas áreas de saúde, previdência e assistência social;

III - transferências do Orçamento Fiscal, oriundas da receita resultante de impostos, conforme dispõe a Emenda à Constituição Federal nº 23 de 13 de outubro de 2000; e

IV - outras fontes vinculadas à seguridade social.

Art. 9º O Orçamento de Investimento das Empresas compreende a programação das Empresas Estaduais em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebem, exclusivamente, recursos a título de aumento de capital à conta do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O investimento de que trata este artigo compreende as dotações destinadas a:

I - planejamento e execução de obras, priorizando as obras em andamento;

II - aquisição de imóveis necessários à realização de obras;

III - aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; e

IV - aquisição de imóveis ou bens de capital em utilização.

Art. 10. São Receitas do Orçamento de Investimento das Empresas as:

I - geradas pela empresa;

II - decorrente da participação acionária do Estado;

III - origem das operações de crédito internas e externas;

IV - concessão de créditos; e

V - de outras origens.

Art. 11. A Lei Orçamentária Anual discriminará, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I - às ações descentralizadas de educação, saúde, segurança pública, trabalho, cultura e esportes;

II - ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

III - ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, na forma definida em lei, nos termos do art. 100 da Constituição Federal;

V - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial, de acordo com o § 15º do art. 204 da Constituição Estadual;

VII - ao atendimento das operações relativas à dívida do Estado;

VIII - ao pagamento dos benefícios a seus servidores e respectivos dependentes;

IX - às despesas com capacitação e valorização de servidores;

X - às ações de combate e prevenção a epidemias, endemias e pandemias.

§ 1º As despesas de que trata o inciso II do caput deste artigo, financiadas com recursos do Tesouro Estadual, no âmbito do Poder Executivo, exceto o inciso II do caput do artigo 1º da Lei Complementar nº 7.056, de 19 de novembro de 2007.

§ 2º O disposto no inciso VIII do caput deste artigo aplica-se, igualmente, aos órgãos e entidades que prestem, total ou parcialmente, os referidos benefícios a seus servidores e respectivos dependentes.

§ 3º As despesas com capacitação e valorização de servidores e respectivos dependentes, inclusive da Defensoria Pública e da Seguridade Social, são despesas com capacitação e valorização da Escola Superior da Advocacia Pública (ESAP), nos termos da Lei Complementar Estadual nº 041, de 29 de agosto de 2002, deverão ser executadas pela Escola de Governação Pública do Estado do Pará (EGPA), ressalvadas situações de impossibilidade técnica de atendimento pela autarquia, conforme a Lei Estadual nº 6.569, de 6 de agosto de 2003.

Art. 12. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa observará, além das demais disposições constitucionais e legais, o disposto no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, constituindo-se de:

I - texto da Lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - Anexos dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nessa Lei, evidenciando a estrutura de financiamento e o programa de trabalho por unidade orçamentária;

IV - Anexo do Orçamento de Investimento das Empresas;

V - Anexos dos demonstrativos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

VI - descrição das principais finalidades e a legislação básica dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;

VII - discriminação da legislação da receita;

VIII - portfólio dos investimentos por programa de governo, região de integração, municípios, órgão/entidade, fonte de financiamento, integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas, identificando as obras novas e as em andamento;

IX - demonstrativo regionalizado dos percentuais de incidência sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, conforme estabelece o § 11 do art. 204 da Constituição Estadual; e

X - demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, resultante da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, indicando as medidas de compensação;

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II do caput deste artigo, incluindo os complementos referidos no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Tesouro Estadual segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesa;

II - resumo da despesa dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e origem dos recursos;

VI - despesa dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, por Poder e órgão/entidade, segundo os grupos de natureza da despesa;

VII - despesa por função e órgão/entidade, segundo as categorias econômicas;

VIII - despesa por programa, detalhada por Poder e órgão/entidade, Ministério

4. as possíveis perdas de receita por conta das mudanças nas alíquotas de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);
 5. a desoneração da incidência de tributos sobre diversos produtos;
 6. a justificativa das premissas da estimativa da receita e da fixação da despesa;
 7. o estoque da dívida fundada e o flutuante do Estado;
 8. o destaque para ações estratégicas que serão implementadas por meio dos Programas na Lei Orçamentária Anual de 2026; e
 9. a capacidade de endividamento do Estado; e
 II - quadros demonstrativos, contendo:
 a) receita, segundo a origem dos recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
 b) receita, proposta e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como do Orçamento de Investimento das Empresas, de forma regionalizada;
 c) aplicação de recursos na saúde e na educação, conforme determinam o art. 198, § 2º, inciso II, e o art. 212 da Constituição Federal;
 d) previsão de operações de crédito internas e externas e das respectivas contrapartidas, com indicação dos agentes financeiros e da programação a ser financiada;
 e) relação das obras em execução em 2025 e que tenham previsão de continuidade em 2026, bem como o patrimônio público a ser conservado, com indicação quantitativa do que já foi executado, tanto em percentagem, quanto em montante financeiro, e a quantificação do que ainda falta para a conclusão das obras relacionadas; e
 f) proposta orçamentária da previdência estadual, evidenciando as receitas por fonte de recurso e as despesas com aposentados e pensionistas por Poder, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes.

Parágrafo único. Todos os documentos referentes ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 devem ser encaminhados à Assembleia Legislativa por meio impresso e/ou digital e o banco de dados que gerou as informações, em arquivo XLS ou XML, de forma a permitir a carga no Sistema de Emendas, bem como a atualização e reedição final da Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Diretrizes Gerais

Art. 14. A Lei Orçamentária Anual de 2026 conterá a Reserva do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a Reserva de Contingência, conforme dispõe o inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º A Reserva do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) corresponde ao ingresso de recursos supervátorios destinados a garantir futuros desembolsos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), doente respectivo, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária Anual.

§ 2º A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária, ao limite de até 3% (três por cento) da receita corrente líquida do Orçamento Fiscal.

§ 3º A Reserva de Contingência poderá ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevisíveis.

§ 4º A dotação global denominada Reserva de Contingência, bem como a de Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor, será identificada nos orçamentos pelos códigos - 99.999.9999.9008* e 99.997.9999.9041*, respectivamente, no que se refere às classificações por função e subfunção e estrutura programática.

§ 5º As Reservas referidas no caput deste artigo serão identificadas, quanto à natureza da despesa, pelo código 9.9.99.99.99.

§ 6º Na hipótese de não utilização da totalidade da dotação da Reserva de Contingência nos fins previstos no caput deste artigo até 30 de novembro de 2026, os recursos correspondentes poderão ser destinados à abertura de créditos adicionais que necessitem ser abertos para reforço ou inclusão de dotações orçamentárias.

Art. 15. A proposta orçamentária para o exercício de 2026 será elaborada tendo como parâmetros de referência:

I - para estimativa das receitas:

a) tributárias;

1- inflação prevista com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e

2- projeção do Produto Interno Bruto (PIB) estadual;

b) transferidas para a União, de acordo com as estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), compatibilizadas com o desempenho dessas receitas;

c) fundos estaduais: de acordo com a origem das receitas;

d) demais receitas próprias: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e outros índices de preços, avaliada a compatibilidade com o desempenho de cada item da receita;

e) a utilização da receita no exercício em curso; e

II - para fixação das despesas:

a) de pessoal e encargos sociais:

1- variação na taxa de inflação, mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ressalvados os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo, conforme legislação federal;

2- crescimento vegetativo da folha;

3- implementações e/ou alteração das estruturas de cargos, carreira e remuneração dos servidores da Administração Pública Estadual aprovados em lei;

4- previsão de preenchimento de cargos comissionados e efetivos;

5- as contribuições previdenciárias, em observância ao disposto na legislação específica; e

6- observância aos tetos salariais estabelecidos no âmbito de cada Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes;

d) despesas de precatórios atualizados com base nos indicadores que norteiam as cláusulas contratuais;

e) demais despesas;

1- obras: com base no Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV);

2- contratos de prestação de serviços de natureza continuada: pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e, ainda, havendo contratação de mão de obra, pelos: Acordos, Convênios e Dissídios Coletivos de Trabalho, definidos na data base da categoria;

3- energia, combustível e água: com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas (FGV);

4- telefonia: com base no Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), ou do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IG-DI);

5- gastos com a manutenção de bens administrativos de natureza continuada do Poder Judiciário: pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); e

6- outros itens: os índices, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e, ainda, a variação do dólar projetado, quando couber.

Parágrafo único. Os parâmetros de que trata o inciso II, alínea "a", do caput deste artigo, serão aplicados em observância aos limites legais para cada Poder, estabelecidos no art. 20, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 16. Na programação dos investimentos em obras da Administração Pública Estadual, só serão incluídos novos projetos depois de adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio, conforme estabelece o art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º Terão precedência para alocação os novos projetos que, além de preencherem os requisitos do caput deste artigo, apresentem garantia da participação de parcerias para sua execução.

§ 2º Para efeito do disposto no caput do presente artigo, serão consideradas:

I - obras em andamento: aquelas já iniciadas e cujo cronograma de execução físico-financeira ultrapasse o exercício de 2026; e

II - despesas de conservação do patrimônio: aquelas destinadas a atender bens, cujo estado indique possível ameaça à prestação de serviços, especialmente quanto à saúde, educação, assistência e segurança pública.

Seção II

Das Diretrizes Específicas para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os Órgãos Constitucionais Independentes

Art. 17. Ficam fixados, para efeito da elaboração da proposta orçamentária de 2026, dos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, os seguintes percentuais da receita líquida resultante de impostos programados na Lei Orçamentária Anual:

I - Assembleia Legislativa do Estado - 4,38% (quatro inteiros e trinta e oito centésimos por cento);

II - Tribunal de Justiça do Estado - 0,76% (nove inteiros e setenta e seis centésimos por cento);

III - Ministério Público - 5,15% (cinco inteiros e quinze centésimos por cento);

IV - Tribunal de Contas do Estado - 2,24% (dois inteiros e vinte e quatro centésimos por cento);

V - Tribunal de Contas dos Municípios - 1,83% (um inteiro e oitenta e três centésimos por cento); e

VI - Defensoria Pública - 1,64% (um inteiro e sessenta e quatro centésimos por cento).

§ 1º Para fins de cálculo da receita líquida resultante de impostos, mencionada no caput deste artigo, entendem-se as receitas resultantes de impostos de competência estadual e os impostos transferidos constitucionalmente pela União, ao Estado, deduzidas as receitas de caráter extraordinário, as transferências constitucionais aos Municípios, a parcela dos recursos vinculados à manutenção do ensino e as ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 212, § 1º, da Constituição Federal e da Emenda à Constituição Federal nº 29, de 2000.

§ 2º O Poder Executivo, para efeitos da elaboração das propostas orçamentárias, aprovadas pelo Poder Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, e dos demais órgãos constitucionais independentes, a estimativa da receita para o exercício de 2026, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

§ 3º O saldo financeiro, decorrente dos recursos repassados pelo Executivo aos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, deverá ser restituído à Conta Única do Estado ou ser deduzido das primeiras parcelas a serem repassadas no exercício seguinte, em conformidade ao que determina o § 2º do art. 168 da Constituição Federal.

§ 4º Havendo excedente de arrecadação em razão da receita líquida resultante de impostos, mencionada no caput deste artigo, ficam fixados para os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do excedente, obedecendo a proporcionalidade estabelecida neste artigo.

Art. 18. A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) deverá proceder à retenção, quando do repasse mensal da quota orçamentária, do valor referente:

I - a contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) sobre a receita do Tesouro Estadual; e

II - os valores necessários à quitação dos precatórios e requisições de pequeno valor.

Parágrafo único. Os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos constitucionais independentes deverão repassar o valor correspondente ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), incidentes sobre suas receitas próprias, até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 19. Fica facultado aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos demais órgãos constitucionais independentes a utilização do Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN), Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS), Processo Administrativo Eletrônico (PAE), Sistema de Informações Gerenciais de Contratos (SIGC) ou outro(s) sistema(s) que vier(em) a substituir(-lo(s)).

Art. 20. A Programação de Trabalho financiada com recursos do Fundo de Reparealhamento do Judiciário (FRJ) será alocada integralmente no Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 22. Os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos constitucionais independentes deverão recolher, até o 30º (trigesimo) dia do mês subsequente, para a Conta Única do Estado, a diferença do Imposto de Renda - Pessoa Física, retida na fonte, incidente sobre a remuneração de seus servidores e prestadores de

serviços, após a apuração e o cotejamento entre as quotas devidas e os valores efetivamente repassados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Excetuá-se do disposto no caput deste artigo o mês de dezembro do exercício, que será apurado por estimativa de receita.

Seção III

Do Controle e da Transparéncia

Art. 23. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026, a aprovação e a execução da respectiva Lei, deverão observar as disposições legais sobre transparéncia da gestão fiscal, possibilitando amplo acesso às informações pela sociedade.

§ 1º Para assegurar a transparéncia e a participação da sociedade durante o processo de elaboração da proposta orçamentária será(ão) promovida(s) audiência(s) pública(s), nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Os titulares dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, no que couber a cada um, farão divulgar:

I - por meio da Internet:

a) estimativa da receita;

1- orçamentária anual;

2- corrente líquida anual e por quadrimestre; e

3- do Tesouro Estadual prevista para os respectivos quadrimestres;

b) demonstrativo dos limites orçamentários fixados para os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes; e

c) Projeto de Lei Orçamentária e seus anexos, bem como a Lei Orçamentária Anual;

II - por publicação no Diário Oficial do Estado:

a) a Lei Orçamentária Anual; e

b) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), a cada bimestre, em observância ao art. 52 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e

c) o Relatório de Gestão Financeira (RGF), ao final de cada quadrimestre, na forma e conteúdo definidos nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

§ 3º O Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais, da cada quadrimestre, em audiência pública na Assembleia Legislativa, nos termos do art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 4º Para fins de realização da audiência pública prevista no § 3º deste artigo, o Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa relatórios de avaliação do cumprimento das metas fiscais constantes do Anexo II desta Lei, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas, no prazo de 5 (cinco) dias antes da audiência, em meio impresso e/ou digital.

§ 5º Na condição de estado de calamidade previsto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, ou de medidas restritivas decretada pelo Executivo, o incentivo à participação popular e demais audiências previstas nesta Lei serão realizadas em formato online/virtual.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos

Art. 24. A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual de 2026 e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único. A otimização e o controle da aplicação dos recursos públicos devem ser estabelecidos pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, por meio de normas e medidas de racionalização de custos.

Seção V

Das Transferências

Art. 25. As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título, estarão submetidas à fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos, para os quais receberam os recursos, e obedecerão à leis e atos normativos vigentes.

§ 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, por ocasião das transferências voluntárias realizadas na forma especificada nas Subseções I e II, ficam obrigados, no ato da assinatura e publicação no Diário Oficial do Estado, a alimentar e cadastrar com o conteúdo e documentos exigidos no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), no Módulo de Gestão de Convênios, conforme quando disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

§ 2º É vedada a transferência de recursos para obras e serviços de engenharia que não atendam ao disposto na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Art. 26. A Administração Pública Estadual poderá destinar recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou deficitários de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e de interesse social, por meio de contribuições, auxílios, subvenções e material, bens ou serviços de distribuição gratuita.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por:

I - contribuições: despesas orçamentárias às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, inclusive aquelas destinadas a atender às despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente;

II - auxílios: despesas orçamentárias destinadas a atender despesas de investimentos ou inovações financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado o disposto na legislação vigente;

III - subvenções: aporte de despesas orçamentárias para prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, observado os arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV - subvenções econômicas: despesas orçamentárias autorizadas por lei específica, exclusivamente a pessoas jurídicas com fins lucrativos;

V - material, bem ou serviço para distribuição gratuita: despesa orçamentária com aquisição de materiais, bens ou serviços, para distribuição gratuita, tais como livros didáticos, medicamentos, gêneros alimentícios e outros materiais, bens ou serviços que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto se destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

§ 2º O recurso público destinado a atender à pessoa física em situação de risco pessoal e social, para fins do disposto neste artigo, corresponde à ajuda ou auxílio financeiro e subsidíos ou complementação na aquisição de bens, não classificados explícita ou implicitamente em outros elementos de despesa, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 3º As dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual e as incluídas por créditos adicionais, na forma estabelecida nos incisos I, II e III do § 1º deste artigo, serão realizadas somente com entidades privadas sem fins lucrativos e de interesse social que comprovem o funcionamento de suas atividades há pelo menos 3 (três) anos, sem prejuízo da observância das regras previstas nas Leis Federais nº 13.019, de 2009, e demais leis e decretos que regulamentam a matéria.

§ 4º A destinação de recursos pelo Tribunal de Justiça do Estado, na forma estabelecida nos incisos I, II e III do § 1º, e sem prejuízo do estabelecido neste artigo, somente poderá ser realizada para cobrir necessidades de pessoas físicas ou deficitários de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e de interesse social, que sejam destinadas ao apoio ao desenvolvimento dos serviços jurisdicionais.

§ 5º Os recursos destinados a pessoas jurídicas com fins lucrativos, na forma estabelecida no inciso IV do § 1º deste artigo, somente serão realizadas mediante autorização por lei específica, que ditará as regras de enquadramento, observados os arts. 18 e 19 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Subseção I

Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Pessoas Jurídicas de Direito Privado ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

Art. 28. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo estadual e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante convênios, termos de colaboração, termos de fomento, termos de parceria ou acordo de cooperação, deverá ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I - pelo órgão ou entidade da Administração Pública estadual:

a) priorização da execução orçamentária ou em seus créditos adicionais;

b) realização de chamamento público; e

c) aprovação de plano de trabalho;

II - pelas pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e Organizações da Sociedade Civil (OSCs):

a) comprovação de que não tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos; e

b) comprovação de que não tenham incorrido em infração civil no que tange à divulgação, por meio eletrônico ou similar, de notícias falsas sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado do Pará.

§ 1º O chamamento público previsto na alínea "b" do inciso I do caput deste artigo deverá ser divulgado por meio de edital, contendo expressamente os critérios de seleção.

§ 2º O chamamento público de que trata a alínea "b" do inciso I do caput deste artigo será dispensado ou inexistível nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2009, devendo o extrato do ato declaratório da dispensa ou inexistibilidade do chamamento público ser publicado no meio oficial de publicidade da Administração Pública, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria prevista nesta Lei.

§ 3º As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), regidas pela Lei Federal nº 9.790, de 1999, aplicam-se todas as condições e exigências previstas neste Lei para firmarem termo de parceria com os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual.

§ 4º As condições estabelecidas neste artigo deverão ser observadas no momento da celebração de termos de fomento, termos de parceria, contratos, convênios, acordos e aditivos de valor.

§ 5º Serão disponibilizadas, no Portal da Transparência do Estado do Pará, as informações referentes às parcerias celebradas de que trata este artigo, inclusive as relacionadas às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.

§ 6º Nos casos de inexigibilidade de chamamento público, a autorização em lei específica para transferência de recursos financeiros às Organizações da Sociedade Civil (OSC) de que trata o inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, deverá indicar expressamente os beneficiários para os quais serão transferidos os recursos financeiros, o programa, as ações e metas a serem atingidas, os valores a serem transferidos e o público-alvo.

§ 7º Fica vedada a realização, pelo Poder Executivo, de quaisquer despesas decorrentes de convênios, termos de fomento e termos de colaboração celebrados com entidades sem fins lucrativos que deixarem de prestar conta periodicamente, na forma prevista pelo instrumento em questão, ao órgão ou entidade estadual responsável, com informações adequadas sobre os recursos públicos, conforme estabelecido na legislação estadual.

Art. 29. Fica facultada aos demais Poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo Estadual ou a elaboração de regramento próprio, desde que atendido o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014, para as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Art. 30. A Administração Pública Estadual poderá exigir contrapartida, calculada sobre o valor transferido pelo concedente, para recebimento de recursos mediante convênios e outros instrumentos congêneres por meio de recursos financeiros, humanos ou materiais, ou de bens e serviços economicamente mensuráveis.

§ 1º No caso de a contrapartida ser exclusivamente financeira, devidamente pactuada, será calculada sobre o valor do repasse no mesmo percentual definido no § 3º do art. 27 este Lei, com base na população do Município em que a sede da organização está localizada.

§ 2º Poderá não ser exigida contrapartida financeira como requisito para celebração da parceria, sendo exigida a contrapartida em bens, serviços e material devidamente identificado no termo de colaboração ou de fomento, na forma exigida na Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Art. 31. Os recursos destinados a pessoas jurídicas com fins lucrativos somente serão realizados mediante autorização por lei específica, que ditará as regras de enquadramento, observados os arts. 18 e 19 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Seção III

Das Transferências para Pessoas Jurídicas do Setor Privado Qualificadas como Organizações Sociais

Art. 32. A transferência de recursos financeiros para fomento às atividades realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, cujas atividades sejam dirigidas à prestação de serviços sociais, qualificadas como Organizações Sociais, nos termos da Lei Estadual nº 5.980, de 1996, a qual se dará por meio de Contrato de Gestão e deverá ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I - previsão de recursos no orçamento do órgão ou da entidade supervisora da área correspondente à atividade fomentada;

II - aprovação do Plano de Trabalho do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração ou Curador e pelo Secretário de Estado da área correspondente ao seu objeto social e do Secretário de Estado de Planejamento e Administração;

III - adimplência da Organização Social junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual;

IV - definição de metas a serem atingidas, com os respectivos prazos de execução, assim como os critérios objetivos de avaliação de desempenho, mediante indicadores de qualidade e produtividade; e

V - estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos ganhos de eficiência esperados pela execução do contrato, a ser elaborado pelo órgão contratante.

§ 1º As Organizações Sociais qualificadas e autorizadas a receberem recursos financeiros de órgãos da Administração Pública Estadual deverão disponibilizar sistema informatizado para acompanhamento da gestão administrativa e financeira do Contrato de Gestão, especificando metas, relatórios de atendimento, histórico do cumprimento das metas e outras informações de relevante interesse.

§ 2º O Poder Executivo, por intermédio das Secretarias de Estado responsáveis, disponibilizará quaisquer informações necessárias ao Tesouro Estadual, em formato acessível, os relatórios referentes à execução dos Contratos de Gestão evidenciando a prestação de contas dos repasses transferidos pelo Estado, em conformidade com o disposto na legislação estadual.

§ 3º Os órgãos e as entidades estaduais que celebrem Contratos de Gestão com Organizações Sociais deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), quando de suas Contas Anuais, a prestação de contas dos referidos contratos, para o atingimento do disposto no § 2º do art. 11 da Lei Estadual nº 5.980, de 1996.

Seção VI

Da Lei Orçamentária Anual

Art. 33. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será devolvido para sanção do Governador, após a sua aprovação pela Assembleia Legislativa.

§ 1º Na hipótese da Lei Orçamentária Anual não ser sancionada até o dia 31 de dezembro de 2025, fica autorizada a execução de recursos orçamentários primariamente destinados à Assembleia Legislativa, sendo as dotações orçamentárias ilimitadas, obedecendo aos seguintes limites:

I - no montante necessário para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, pagamento de benefícios da previdência social, serviço da dívida, transferências constitucionais e legais, débitos de precatórios, obras em andamento, contratos de serviços, contrapartidas estaduais e demais despesas de caráter continuado; e

II - até o limite de sua efetiva arrecadação, para as despesas financiadas com receitas vinculadas e de operações de crédito.

§ 2º Os saldos negativos, eventualmente apurados em virtude do procedimento previsto no inciso I do § 1º deste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais com base na anulação total ou parcial de dotações orçamentárias.

§ 3º Fica autorizada a antecipação da quota orçamentária do exercício, enquanto pendente de publicação do Decreto de Programação Orçamentária e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, nos limites constantes dos incisos I e II do § 1º deste artigo, que posteriormente será incorporada na programação orçamentária de desembolso, dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social para o primeiro quadrimestre de 2026.

Art. 34. A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa fica condicionado às especificações dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo as despesas de caráter irrelevante, consideradas aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 35. Os recursos do Tesouro Estadual, destinados ao atendimento das ações e serviços públicos de saúde e da assistência social, serão programados integralmente nas Unidades Orçamentárias, Fundo Estadual de Saúde (FES) e Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), respectivamente, respeitada a legislação sobre a matéria.

Art. 36. No Projeto de Lei Orçamentária Anual somente poderão ser incluídas dotações relativas às operações de crédito contratadas ou cujo pedido de autorização para sua realização tenham sido encaminhadas ao Poder Legislativo, até 30 de agosto do mesmo exercício em que é elaborado o referido projeto.

Seção VII

Dos Precatórios

Art. 37. O Poder Judiciário estadual encaminhará à Casa Civil da Governadoria e à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), até 15 de julho de 2025, a relação dos débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril de 2025, em obediência ao disposto na Emenda à Constituição Federal nº 114, de 16 de dezembro de 2021, para serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária Anual, discriminada por órgão e entidade da Administração Pública direta e indireta, especificando:

I - número do ajuizamento da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa originada;

IV - data da outorga do precatório;

V - nome do beneficiário;

VI - valor do precatório a ser pago; e

VII - data do trânsito em julgado.

§ 1º Os órgãos e entidades constantes da relação dos débitos pelo Poder Judiciário, encaminharão à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da relação dos débitos pelo Poder Judiciário, apontando, se for o caso, eventuais divergências entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos, para sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Caberá à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) verificar e aferir os precatórios e requisições de pequeno valor da Administração Pública Direta, das Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual, assim como quais precatórios e requisições de pequeno valor são referentes a atos ou fatos administrativos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos constitucionais independentes, a serem pagos de acordo com o inciso II do art. 18 desta Lei.

§ 3º As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade na LOA 2026.

Seção VIII

Das Diretrizes Específicas para Previdência

Art. 38. A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026 deverá consignar, no Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) e demais fundos geridos e vinculados à autarquia, os recursos orçamentários destinados ao Plano de Custo do Regime Estadual de Previdência.

§ 1º O pagamento de benefícios e pensões dos militares será realizado pelo Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM), órgão vinculado ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), conforme art. 47 da Lei Complementar Estadual nº 142, de 16 de dezembro de 2021.

§ 2º Os órgãos e entidades do Poder Executivo, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos constitucionais independentes, ao Regime de Previdência Complementar, deverão ser consignadas em operações especiais no orçamento de cada órgão/entidade.

§ 3º Os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes deverão enviar ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), participantes dos fundos previdenciários, em obediência à Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e Orientações Normativas da Previdência Social em vigor, evidenciando, no mínimo:

I - nome e demais dados funcionais, inclusive dos dependentes;

II - matrícula e outros dados funcionais;

III - remuneração de contribuição;

IV - valores mensais da contribuição do segurado; e

V - valores mensais da contribuição do órgão/entidade.

§ 5º Os órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, será disponibilizado o acesso a todas as informações concernentes à execução orçamentária e financeira de suas respectivas dotações, alocadas no Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS).

§ 6º As contribuições dos patrocinadores, referentes ao Poder Executivo, uma vez formalizada a adesão dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes ao Regime de Previdência Complementar, deverão ser consignadas em operações especiais próprias no orçamento de cada órgão/entidade.

§ 7º No caso dos servidores do Poder Executivo e militares estaduais, os recursos de que trata o § 2º deste artigo serão alocados nos Encargos Gerais, sob a supervisão da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

Seção IX

Das Vedações

Art. 39. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas:

I - sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II - destinadas a ações de caráter sigiloso, salvo quando realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as cria estabeleça entre suas competências o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado e que tenham como precondição o sigilo;

III - para pagamento a servidores da Administração Pública ou empregado de Empresa Pública ou de Sociedade de Economia Mista, por serviços a título de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeada com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

IV - para o pagamento de despesas com pessoal, a qualquer título, com recursos transferidos pelo Estado, a entidades privadas sem fim lucrativos e a órgãos de outras esferas de governo, sob a forma de contribuições, subvenções e auxílios;

V - para pagamento de entidades de previdência complementar, salvo na condição de patrocinador; e

VI - para pagamento a sindicato, associação ou clube de servidores públicos.

§ 1º Exceção ao disposto no inciso IV do **caput** deste artigo, os recursos transferidos para as Organizações Sociais sem fins lucrativos e de interesse social, declaradas de utilidade pública estadual e os fundos e programas federais autorizados por lei.

§ 2º Exceuta-se do inciso V do **caput** deste artigo o aporte, em caráter excepcional, de recursos necessários ao funcionamento inicial de entidade fechada de previdência complementar estadual ou de adesão à entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, a título de adiantamento de contribuições futuras.

Seção X

Da Descentralização dos Créditos

Art. 40. A descentralização de créditos orçamentários, efetuada para unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, será realizada por meio de destaque ou provisão de crédito, quando o órgão ou entidade executor, integrar os referidos orçamentos.

§ 1º Para efeito do que dispõe o **caput** deste artigo, entende-se por:

I - descentralização de créditos orçamentários: a delegação da execução da programação de trabalho, consignada no orçamento, para a unidade orçamentária ou entidade de mesma unidade federativa;

II - destaque: a operação descentralizada externa de crédito orçamentário, em que o gestor de um órgão ou entidade transfere para outro órgão ou entidade, fora de sua estrutura, o poder de utilização no todo ou em parte de recurso orçamentário que lhe tenha sido destinado na Lei Orçamentária Anual; e

III - provisão: a operação descentralizada interna de crédito orçamentário, por meio do qual uma unidade gestora transfere a execução de seu programa de trabalho para outra unidade gestora que lhe seja subordinada, ou seja, para outra unidade de sua própria estrutura, autorizando a movimentação de determinadas dotações orçamentárias.

§ 2º A utilização da descentralização de crédito orçamentário tem como objetivo a consecução do objeto previsto no programa de trabalho consignado na Lei Orçamentária Anual, só devendo ser utilizada quando for para o fiel cumprimento de que se destinam os recursos aprovados em lei, devendo atender à necessidade de aprimoramento da ação do governo.

§ 3º Não poderá haver descentralização de crédito orçamentário para atendimento de despesas que não sejam atribuição do órgão ou entidade concedente ou quando o bem gerado com a aplicação dos recursos não puder incorporar ao patrimônio do Estado.

§ 4º As dotações orçamentárias consignadas no Fundo Estadual de Saúde (FES) e no Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) poderão ser operacionalizadas pelo próprio fundo ou por destaque às unidades gestoras ou aos órgãos e entidades que executem ações de saúde e assistência social.

Art. 41. Os órgãos e entidades da Administração Pública, integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, que optarem pela execução orçamentária na forma de Destaque Orçamentário, deverão firmar Termo de Execução Descentralizada estabelecendo as condições de execução e as obrigações entre as partes, informando seu número no documento do Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIGPLAN) ou o termo que vier a substituir, para efeito de integralização da ação, quando de sua aprovação pelo Sistema de Planejamento e Administração (SEPLAD).

Parágrafo único. Executa-se o disposto no **caput** deste artigo nos Fundos Estaduais, Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), no âmbito da ação de Encargos com a Previdência Social dos Servidores e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará e os órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, no caso do destaque para a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), a fim de atender o recolhimento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), bem como para a Procuradoria Geral do Estado (PGE) com fins de pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e Precatórios.

Seção XI

Da Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual

Art. 42. As propostas de emendas para o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 deverão obedecer o que dispõe o § 2º do art. 205 da Constituição Estadual, observando a Emenda Constitucional nº 61, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre a possibilidade de conversão de valores em emendas impositivas, relativas a 1,2% (um inteiro e dois décimos por conta) da receita líquida de impostos, deduzidas as despesas constitucionais e as vinculadas, na área de saúde e educação.

§ 1º Consideram-se incompatíveis as Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual que:

I - no total, reduzem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;

II - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;

III - conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes, conforme art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado, conforme art. 4º da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

V - anularem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) despesas com a manutenção dos órgãos e entidades, alocadas no Programa Manutenção da Gestão;

b) despesas com recursos vinculados à Administração Pública direta e fundos, para outro objeto que não os definidos nas leis específicas;

c) despesas financiadas com recursos próprios das entidades da Administração Pública indireta para outro órgão ou entidade;

d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado;

e) recursos de operações de crédito internas e externas; e

f) recursos para repasses financeiros em ajustes de mútua cooperação em que o Estado figure com uma das partes do avesso.

§ 2º As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na quantificação física do produto.

Seção XII

Da Execução dos Orçamentos e suas Modificações

Art. 43. A execução orçamentária e financeira será registrada integralmente no Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SIGPLAN), Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS), Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLA) e obrigatoriamente no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIGPLAN) ou outro sistema que vier a substituir-l-o, conforme o disposto no § 6º do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 44. No que se refere ao regime orçamentário, as receitas serão reconhecidas por ocasião da sua arrecadação e as despesas, de acordo com os seus respectivos estágios, empenho, liquidação e pagamento, na forma prevista na Lei Federal nº 4.320, de 1964, observando a seguinte peculiaridades:

I - receita: no mês em que ocorrer o respectivo ingresso; e

II - despesa: conforme os estágios definidos no **caput** deste artigo, sendo que a liquidação deverá ocorrer da seguinte forma:

a) folha de pessoal e encargos sociais: dentro do mês de competência a que se referir o gasto;

b) fornecimento de material: na data da entrega;

c) aquisição de serviços: data da realização; e

Parágrafo único. As titulares dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, serão disponibilizado o acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIGPLAN) ou ainda ao qualquer extrator de dados, para acompanhamento em tempo real da realização da receita e das despesas financeiras e orçamentárias, além da disponibilização continuada de informações bimestrais sobre a realização da receita líquida resultante de impostos.

Art. 45. A gestão patrimonial será realizada, no âmbito de cada Poder, do Sistema de Patrimônio Móvel do Estado do Pará (SISPAT WEB), Sistema de Patrimônio Imobiliário (SISPAT), Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS) ou outro(s) sistema(s) que vier(am) a substituir-l-o.

Art. 46. Os recursos repassados à conta do Tesouro Estadual às empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, mediante subscrição de ações, destinare-se ao financiamento de investimentos do setor e ao serviço da dívida.

Art. 47. Os grupos de natureza de despesa, aprovados na Lei Orçamentária Anual, em cada projeto, atividade e operações especiais, terão seu detalhamento registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIGAE), por elemento de despesa, no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), no momento da abertura do sistema para o exercício vigente.

Parágrafo único. As alterações necessárias nos elementos de despesa, referidos no **caput** deste artigo, serão registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIGAE) ou outro sistema que vier a substituir-l-o.

Art. 48. Ficam autorizadas as seguintes alterações:

I - as redefinições de fontes de recursos do Tesouro Estadual desde que observados os limites legais e constitucionais;

II - os identificadores de uso;

III - as esferas orçamentárias;

IV - denominação das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal; e

V - ajustes de configuração de ordem técnica e de finalidade da programação, desde que de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem alteração de valores e de finalidade da programação.

Parágrafo único. No âmbito do Poder Executivo, as alterações previstas nos incisos I a V do **caput** deste artigo serão realizadas por meio de Portaria da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e, para os demais Poderes e órgãos constitucionais independentes, por ato de seus representantes.

Art. 49. A execução das atividades, projetos e operações especiais integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social dos órgãos e entidades do Poder Executivo, quando de seu empenho, deve ser objeto de ação detalhada no Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SIGPLAN) ou outro que vier a substituir-l-o, de modo a garantir de maneira clara e concisa a identificação do gasto, permitindo o monitoramento e avaliação dos Programas do Plano Plurianual vigente.

Parágrafo único. Entende-se por ação detalhada o menor nível de programação, sendo utilizado para especificar a localização física da ação e a transparência dos recursos financeiros aplicados.

Art. 50. A Lei Orçamentária Anual conterá autorização para abertura de créditos suplementares, conforme o disposto no art. 7º da Lei Orçamentária Anual.

Art. 51. Os créditos suplementares não autorizados previamente na Lei Orçamentária Anual dependerão de autorização do Poder Legislativo.

§ 1º As solicitações de alterações orçamentárias, no âmbito do Poder Executivo, serão encaminhadas à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIGAE) ou outro sistema que vier a substituir-l-o.</p

S 4º Os ajustes da Lei Orçamentária Anual, para atender despesa não programada previamente nas leis orçamentárias, de despesa reabertura de créditos especiais, mediante alteração de legislativo, conforme dispõe o art. 40 da Lei Federal nº 4.322, de 1964, c/c o inciso V do art. 206 da Constituição Federal;

Art. 52. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transferir, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2026, e, em créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2026 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional.

Art. 53. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 206 da Constituição Estadual, será efetivada, quando necessária, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Segão XIX

Da Programação da Execução Orçamentária e Financeira e sua Limitação

Art. 54. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes deverão elaborar e publicar, por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2026, a programação orçamentária e o cronograma de execução mensal de desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo constituído dos seguintes anexos:

- I - metas bimestrais da receita do Estado, desdobrada pela origem dos recursos;
- II - Programação orçamentária mensal, discriminando as despesas por área, unidade orçamentária, grupo de natureza da despesa e fonte de financiamento; e
- III - cronograma de desembolso mensal das despesas à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes, por grupo de natureza da despesa.

S 1º A disponibilização das quotas orçamentárias será efetivada, mensalmente, no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), para o Poder Executivo, a partir da publicação da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), por meio da Defensoria Pública e pelos demais órgãos constitucionais independentes.

S 2º Para o Poder Executivo, o ato referido no **caput** deste artigo será aprovado pelo Chefe do Poder Executivo e suas alterações serão de responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), por meio de Portaria de seu titular.

S 3º Cabe aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos demais órgãos constitucionais independentes a disponibilização mensal no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE) ou outro sistema que vier a substituí-lo das receitas que compõem os Fundos vinculados a cada Poder ou órgão/entidade.

Art. 55. Se verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas nesta lei, os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, por ato próprio e nos momentos mais necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, a limitar o emprego e movimentação financeira, seguidamente:

I - não limitação de emprego para as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade;

II - a conservação dos recursos das contrapartidas estaduais a convênios firmados; e

III - o cumprimento das despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado.

S 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no **caput**, o Poder Executivo comunicará aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos demais órgãos constitucionais independentes, até o 10º (décimo) dia subsequente ao final do bimestre, o montante que caberá a cada um na limitação de emprego e da movimentação financeira, inclusive os parâmetros adotados.

S 2º Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, com base na comunicação de que trata o § 1º deste artigo, publicarão, até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, os montantes a serem objeto de limitação de emprego e movimentação financeira constantes em suas programações orçamentárias.

S 3º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

CAPÍTULO V

DAS NORMAS GERAIS PARA MONITORAMENTO E AVAÇALIMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Art. 56. O monitoramento e a avaliação dos programas constantes do Plano Pluriannual 2024-2027, financiados com recursos dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas, têm caráter permanente e destinam-se ao aperfeiçoamento dos programas de governo.

S 1º Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), a definição e normatização de diretrizes e orientações técnicas para o processo de monitoramento e avaliação dos programas integrantes do Plano Pluriannual 2024-2027.

S 2º Para o monitoramento e a avaliação dos indicadores, das metas regionalizadas e das ações dos programas de governo, deverá ser utilizado o Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN), ou outro que vier a substituí-lo.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL

Art. 57. No exercício financeiro de 2026, a despesa total do Estado com pessoal, conforme definido no art. 18, apurada na forma do Inciso II do art. 19, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, observará o limite máximo de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo os limites estabelecidos no art. 20 da referida Lei Complementar Federal.

Art. 58. Se a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, fica vedado para aqueles que incorrem no excesso:

I - a concessão de novas vantagens, aumentos, reajustes ou adequações de remunerações, a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a obrigatoriedade da revisão, prevista no Inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - a criação de cargo, emprego ou função;

III - a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e

V - a realização de hora extra, salvo aquelas destinadas ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança, assistência social, saúde, justiça e das funções essenciais à justiça, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 59. Se a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, ficando vedado ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, deverão ser acompanhados no âmbito de cada Poder, o Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, de demonstrativo da observância do inciso II do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

S 1º No âmbito do Poder Executivo, as manifestações de que trata o **caput** deste artigo são de competência da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), com a análise jurídica da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

S 2º Para atendimento do disposto no **caput** deste artigo, os projetos de lei serão sempre acompanhados de declaração do titular do órgão/entidade e do ordenador de despesa, com as premissas e metodologias de cálculos utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

S 3º Os projetos de lei previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios anteriores à sua entrada em vigor.

Art. 60. Poderá o Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes realizar concurso público, ficando estes, desde já, condicionados à prorrogação dos que estão em vigência, bem como ao estabelecido no art. 16 e ao limite estabelecido no inciso II do art. 20, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 61. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes farão, publicar, no Diário Oficial do Estado, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao bimestre vencido, a remuneração do pessoal ativo e aposentado e dos pensionistas, realizada no bimestre anterior, na forma do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. O cumprimento do **caput** deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, caberá à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado (IGEPS).

Art. 62. Os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes disponibilizarão em seus respectivos sítios na Internet, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao bimestre vencido, informações atualizadas sobre a lotação do pessoal ativo, conforme seus respectivos estatutos, no formato do Anexo IV desta Lei.

Parágrafo único. O cumprimento do **caput** do artigo, no âmbito do Poder Executivo, caberá à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

Art. 63. Ficam autorizadas as despesas relativas ao inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, somente nos limites compatíveis com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei Orçamentária Anual aprovada para o exercício de 2026.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO

Art. 64. O Chefe do Poder Executivo poderá encaminhar à Assembleia Legislativa proposta de alteração na legislação tributária, com o objetivo de adequação aos mandamentos constitucionais e sua consonância às leis complementares federais, resoluções do Senado Federal, decisões judiciais vinculantes, as quais versarão, em especial sobre:

I - o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), visando a adequação da legislação estadual à promoção do desenvolvimento sustentável, sob os aspectos econômico, social, cultural e ambiental;

II - o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), objetivando o aperfeiçoamento de sua hipótese e base de incidência, não incidência e isenções, alíquota diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental;

III - o aperfeiçoamento do processo administrativo tributário, visando sua racionalização, simplificação e otimização do sistema e procedimentos de julgamento;

IV - o ajustamento das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática da infração à legislação tributária, observada a função preventiva, indenizatória, repressiva, pedagógica e assecuratória da sanção;

V - a simplificação da legislação tributária e aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, visando maior eficiência, clareza, economia e equidade;

VI - a criação de novas regras tributárias;

VII - a concessão ou ampliação de incentivos de natureza tributária ou financeira, desde que observado seus efeitos na estimativa de receita e do impacto nas finanças públicas estaduais, assim como das medidas de compensação previstas no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 20 de maio de 2000;

Art. 65. A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira deverá estar acompanhada de estimativa do impacto nas finanças públicas estaduais, assim como das medidas de compensação previstas na legislação em vigor.

Art. 66. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverão ser considerados os efeitos de propostas de alteração na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projetos de lei, em tramitação na Assembleia Legislativa.

S 1º Se estimada a receita na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária Anual, será identificada a programação de despesa condicionada às alterações de que trata este artigo.

S 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, o valor de forma a gerar receita menor que a estimada na Lei Orçamentária Anual, as dotações correspondentes serão canceladas na mesma proporção da frustração da estimativa de receita, mediante Decreto do Poder Executivo, até 31 de julho de 2026.

CAPÍTULO VIII

DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DAS AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 67. A política de fomento para o desenvolvimento, concebida a partir da dimensão e da diversidade territorial do Estado, tem como objetivo orientar e promover trajetórias sustentáveis voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, tendo como principais diretrizes:

I - consolidar e integrar a base produtiva do Estado, de forma a permitir maior difusão social dos impactos do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em termos de distribuição de renda e de melhoria das condições de vida da população e em consonância com Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS);

II - estimular políticas de desenvolvimento sustentável, bem como o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, visando a compatibilidade e o aumento da produtividade com inclusão social para a redução da desigualdade social, com o aproveitamento do potencial social, energético e do capital natural local;

III - promover políticas de inclusão social, prioritariamente, nas áreas com maiores níveis de exclusão social, aferidas pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), promovendo seminários itinerantes, contemplando em todos os Municípios pilotos, em especial os de baixa renda, com histórico de pouca ou nenhuma operação de crédito contratada, que demonstrem prestação de contas com as atividades de fomento;

IV - promover o desenvolvimento rural sustentável nas diferentes regiões, por meio do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), do fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar, nos seguimentos de comunidades Tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, assentados e reforma agrária.

V - instituir políticas socioambientais sustentáveis, no Estado do Pará, garantindo os direitos dos povos e comunidades tradicionais, a preservação de recursos naturais, preservando as características regionais e reconhecendo projetos alternativos de sustentabilidade, mobilizando a participação do projeto Rotas de Integração Nacional, em alinhamento aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), tendo como vetor de desenvolvimento as redes de arranjos produtivos locais;

VI - estimular a economia verde, como uma das formas de desenvolvimento econômico, promovendo o bem-estar social, a redução dos riscos ambientais e a conservação do meio natural;

VII - promover política estadual que incremente a competitividade da indústria local, do comércio e dos serviços, e estimule atração de novos empreendimentos, respeito à sustentabilidade social e econômica, assim como à legislação ambiental, fundiária e trabalhista, bem como a ampliação da política de igualdade e a igualdade de oportunidade;

VIII - implementar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do microempreendedor individual (MEI), das microempresas, das empresas de pequeno porte, do cooperativismo, com beneficiamento de hortaliças e produção de frutas, mandioca, açaí e cacau, visando o fortalecimento sustentável, do associativismo, dos empreendimentos da economia solidária, da economia criativa, do terceiro setor, da parceria público-privada, do artesanato, da cultura e do esporte, incluindo os de identidade cultural;

IX - estimular as vantagens do associativismo e cooperativismo, com planejamento e controle da produção, compra de insumos, comercialização, análise de custos e captação de crédito e microcrédito;

X - fomentar a cooperação e o intercâmbio com outros países, objetivando incrementar o fluxo de comércio internacional e promover oportunidades de investimentos produtivos, em uma gestão integrada de desburocratização, com vistas a novos investimentos;

XI - desenvolver políticas públicas para fomentar e integrar a cadeia produtiva de fertilizantes e agroinsumos com o setor agropecuário, verticalizando a cadeia produtiva de minérios metálicos e não metálicos;

XII - viabilizar e fortalecer a cadeia produtiva de gemas e metais preciosos; proporcionar ambiente favorável para a promoção das joias, gemas e artesanato mineral com designer, ourivesaria, lapidação e matraria-prima paraense; oportunizar o ordenamento e a inovação tecnológica na fabricação de cerâmica vermelha;

XIII - democratizar e desburocratizar o acesso ao crédito e ao financiamento, a fim de apoiar as iniciativas para o investimento, produção, serviços e consumo no Estado do Pará, estimulando a formalização de cooperativas com foco na economia solidária e na produção familiar;

XIV - melhorar e viabilizar as condições de acessibilidade e mobilidade entre Municípios, com ênfase na qualidade de vida e respeito à pessoa com deficiência;

XV - fortalecer o processo de expansão dos setores agropecuário e agroextrativista, do turismo rural, da piscicultura, da aquicultura e da avicultura, na sua diversidade de produtividade e tecnologia, com a aplicação de certificações de produtividade e de baixo impacto;

XVI - estimular e fortalecer ações de universalização do acesso à energia, em especial com a adoção de preços, em razão de calamidades públicas;

XVII - fomentar a cooperação e integração entre as políticas públicas das diversas esferas de governo, objetivando a formulação e execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Estado;

XVIII - estimular a ampliação das atividades econômicas desenvolvidas no Estado, de acordo com o respectivo decreto;

XIX - estimular a regularização fundiária, ambiental e mineral com a criação de um decreto de regularização fundiária, ambiental e mineral;

XXX - estimular a proteção e a ampliação das diretrizes de estabelecimento de reservas ecológicas;

XXXI - estimular a implantação de sistemas para a regularização fundiária, ambiental e mineral com a criação de um decreto de regularização fundiária, ambiental e mineral;

XXXII - estimular a implantação de sistemas para a regularização fundiária, ambiental e mineral com a criação de um decreto de regularização fundiária, ambiental e mineral;

XXXIII - estimular a implantação de sistemas para a regularização fundiária, ambiental e mineral com a criação de um decreto de regularização fundiária, ambiental e mineral;

XXXIV - estimular a implantação de sistemas para a regularização fundiária, ambiental e mineral com a criação de um decreto de regularização fundiária, ambiental e mineral;

XXXV - estimular a implantação de sistemas para a regularização fundiária, ambiental e mineral com a criação de um decreto de regularização fundiária, ambiental e mineral;

XXXVI - estimular a implantação de sistemas para a regularização fundiária, ambiental e mineral com a criação de um decreto de regularização fundiária, ambiental e mineral;

XXXVII - estimular a implantação de sistemas para a regularização fundiária, ambiental e mineral com a criação de um decreto de regularização fundiária, ambiental e mineral;

XXXVIII - estimular a implantação de sistemas para a regularização fundiária, ambiental e mineral com a criação de um decreto de regularização fundiária, ambiental e mineral;

XXXIX - estimular a implantação de sistemas para a regularização fundiária, ambiental e mineral com a criação de um decreto de regularização fundiária, ambiental e mineral;

XL - fomentar o desenvolvimento de cidades produtivas relacionadas à biodiversidade amazônica em território paraense, fortalecendo desta forma a bioeconomia;

XL - desenvolver políticas que estimulem inovações voltadas à prevenção do esquartejamento e à proteção dos direitos das populações indígenas, com foco nas comunidades ribeirinhas, assegurando diretrizes para a proteção social, atenção em saúde, inclusão educacional e produtiva, e fortalecimento da segurança no transporte fluvial;

XLII - estabelecer como prioridade a formulação e implementação de políticas públicas intersetoriais voltadas à prevenção e ao combate à exploração do trabalho infantil no Estado do Pará, com ações integradas nas áreas da educação, assistência social, saúde, cultura, segurança pública e geração de renda, garantindo proteção integral às crianças e adolescentes e enfrentando as causas estruturais da violação de direitos;

XLIII - estimular Programas Estaduais de Farmácia Verde, como incentivo a pesquisas e produção sustentável de medicamento no âmbito do Estado do Pará.

Parágrafo único. O fomento referido no **caput** deste artigo será efetuado de forma autônoma e/ou complementar às demais políticas de crédito oficiais existentes, por meio dos seguintes instrumentos:

I - Programa de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (FDE);

II - Programa de Microcrédito (CREDICEDÃO);

III - Banco do Estado do Pará (BANPARÁ);

IV - Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará (Crédito do Produtor);

V - Incentivo Financeiro e Fiscal;

VI - Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA);

VII - Fundo de Apoio à Cacaueira do Pará (FUNCAU);

VIII - Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará (PARARURAL);

IX - Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (FUNDEFOL);

X - Fundo Amazônia Agora.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 68. A proposição de dispositivo legal que crie órgãos, entidades, fundos, programas especiais ou similares, vinculando receita ou originando nova despesa, deverá, obrigatoriamente, atender o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e ser submetida previamente à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

S 1º A criação de fundos especiais deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:

I - previsão das receitas específicas que o comporão;

II - vinculação a órgãos ou entidades da Administração Pública;

S 2º Fica vedado:

I - a criação de fundo que tem como finalidade o pagamento de despesa de pessoal; e

II - a criação de fundo, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante a vinculação de receitas orçamentárias específicas ou mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira, de órgão ou entidade da Administração Pública.

Art. 69. Observados os limites globais de empenho e a suficiência de disponibilidade de caixa, somente poderão ser inscritas em Restos a Pagar as despesas de competência do exercício financeiro, considerando-se como despesa liquidada aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante; e não liquidada, mas de competência do exercício, aquele em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor (em liquidação).

Parágrafo único. Os procedimentos e normas relativas à execução de despesas empenhadas a pagar e das despesas empenhadas e liquidadas, respectivamente, em Restos a Pagar processados e não processados, serão regulamentados por ato do Poder Executivo, respeitando a autonomia e a independência de cada Poder constituído, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes.

§ 2º Os órgãos e entidades do Poder Executivo deverão encaminhar à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), impreterivelmente, até o dia 31 de janeiro, a relação das despesas do exercício anterior, com os valores e o objeto, por grupo de despesa.

§ 3º As normas operacionais aos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo serão estabelecidas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).

Art. 71. As normas e os prazos relativos ao encerramento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício serão regulamentados por ato do Poder Executivo, os quais serão aplicáveis, no que couber, aos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, sem prejuízo da competência e autonomia constitucional destes.

§ 1º Caberá aos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo, inclusive seus fundos, movimentar seus recursos financeiros no Sistema de Conta Única do Estado, de acordo com as deliberações da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).

§ 2º Da forma a assegurar o aperfeiçoamento da gestão financeira do Estado, poderão os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, aderir à sistematica definida no § 1º deste artigo.

Art. 72. Em atendimento ao § 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, o demonstrativo dos passivos contingentes e outros passivos fiscais, capazes de afetar as contas públicas no exercício de 2026, bem como as providências a serem adotadas, caso esses passivos se concretizem, estão definidos no Anexo 1 – Riscos Fiscais.

Parágrafo único. As entidades da Administração Pública indireta encaminharão anualmente, até 15 de fevereiro de cada exercício, à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), os dados relativos aos seus respectivos passivos contingentes, para subsidiar a consolidação das informações relativa ao Risco Fiscal, decorrentes de demandas judiciais contra o Estado.

Art. 73. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 5 de setembro de 2025.
HELDER BARBALHO
Governador do Estado

ANEXOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026 ANEXO I

RISCOS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO I - RISCOS FISCAIS

(art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000)

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), estabelece, em seu art. 4º, § 3º, que integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de cada ente federativo o Anexo de Riscos Fiscais (ARF). Assim sendo, seguem descritos abaixo os principais itens relacionados ao referido anexo.

PASSIVOS CONTINGENTES

O anexo de riscos fiscais vem apresentar informações dos passivos contingentes decorrentes de demandas judiciais capazes de afetar as contas públicas no exercício financeiro vindouro.

Faz-se necessário destacar que, na área de atuação judicial, a regra é que todos os pagamentos resultantes de demandas judiciais sejam submetidos ao regime de precatórios ou de requisições de pequeno valor, nos termos da Constituição Federal, sendo que tais montantes não se identificam com o conceito de risco fiscal, uma vez que podem ser devidamente planejados e incluídos na previsão orçamentária.

Em razão disso, o anexo de riscos fiscais tem por finalidade evidenciar a possibilidade de concretização de eventos incertos, capazes de afetar o equilíbrio fiscal. É também instrumento de planejamento e transparência de gestão fiscal e de definição de estratégias de enfrentamento dos riscos na hipótese de eventual concretização.

O Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional dispõe que à medida que a gestão dos riscos fiscais for aperfeiçoada com a gradual identificação e monitoramento dos riscos, maior será a transparência da gestão fiscal e melhores serão seus resultados.

Portanto, para atender o disposto no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), o Estado do Pará apresenta o levantamento das demandas judiciais que estão em fase de

execução, após o trânsito em julgado das decisões de conhecimento, e que representam dívidas em processos de reconhecimento para o Erário estadual.

QUADRO DE RISCOS FISCAIS

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)		Em reais	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Demandas Judiciais – Administração Direta			
1. Bloqueio e Sequestro	3.000.000,00	1. Suplementação orçamentária com utilização da Reserva de Contingência (LDO, art. 14, §3º).	
2. Dívidas em processo de reconhecimento	701.344.951,83	2. Redução e limitação de despesas, conforme previsto na CF/88 e LRF/2000.	
Demandas Judiciais – Administração Indireta		3. Limitação de empenho.	
1. Lei Estadual nº 9.880/2023	209.753.585,49		
2. Empresas Públicas e Sociedades de Economia mista dependentes	287.715.541,06		
SUBTOTAL	1.201.814.076,38		
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS			
DESCRIÇÃO	VALOR		
Frustração de receitas			
1. Arrecadação de tributos menor que o valor previsto	1.041.751.943,00		
SUBTOTAL	1.041.751.943,00		
TOTAL DOS RISCOS FISCAIS	2.243.566.021,38		

FONTE: PGE/SEFA/SEPLAD

Vale mencionar que os passivos contingentes se referem a possíveis obrigações de pagamentos, cuja confirmação depende da ocorrência de eventos futuros e incertos e cujo valor não pode ser mensurado com segurança.

Cumpre ressaltar que as demandas judiciais tramitam por prazos longos e em diversas instâncias, de modo que constam do Anexo de Riscos Fiscais por diversos exercícios, podendo ser reclassificadas ou dele excluídas de acordo com o andamento e o desfecho do processo judicial.

No que tange às demandas judiciais acompanhadas pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), parte considerável das ações está pendente de julgamento final, não tendo ocorrido, ainda, o trânsito em julgado de condenações.

Salienta-se, portanto, a exclusão do quadro em questão, das demandas contra o Estado do Pará que ainda estão em fase de conhecimento, por não haver como ser aferido com precisão, o quantitativo que representam, uma vez que estão registradas pelo valor da causa no sistema de controle de processos.

Sendo assim, qualquer levantamento contábil nesse sentido divergiria absurdamente do real passivo em vias de ser devido.

De outro lado, dentre as demandas de massa e outras ações que já importaram condenações de valores ao Erário, o Estado do Pará, por meio de sua Procuradoria-Geral, tem atuado no sentido de promover a reversão das decisões judiciais, seja na instância local ou nas instâncias superiores, com resultados favoráveis em alguns casos e outras ações em via de julgamento no presente ano.

Passa-se a seguir, à exposição analítica do passivo contingente do Estado do Pará representado por demandas judiciais. Vale ressaltar que as informações sobre passivos contingentes do Estado abrangem não apenas as demandas judiciais acompanhadas diretamente pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), mas também as demandas judiciais em fase de execução contra algumas entidades da Administração Indireta Estadual, tais como a EMATER, COSANPA, CEASA e COHAB.

A razão para a inclusão destas entidades é, em alguns casos, a sua natureza jurídica de direito público e, em outros, ser enquadrada como estatal dependente deste Ente Estadual.

Em relação às informações sobre bloqueios e sequestros em geral resultantes de descumprimento de decisões judiciais esta Procuradoria-Geral indica como suficiente para atender essas ocorrências o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

Iniciando pelo levantamento feito junto à Administração Direta, a soma do total das dívidas em processo de reconhecimento do Estado do Pará importou em R\$ 701.344.951,83 (setecentos e um milhões de reais, trezentos e quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos).

Ressalte-se que em relação aos processos judiciais em fase de execução, a Procuradoria do Estado do Pará (PGE), via de regra, apresenta impugnações aos valores cobrados, questionando parâmetros de cálculos utilizados, a incidência ou não

de juros, seus patamares e diversos outros aspectos que podem gerar considerável redução dos valores finais a serem pagos.

Ademais, cumpre destacar que a Câmara de Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Pública Estadual, por meio da qual a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) celebra acordos com interessados, busca reduzir demandas e o valor das condenações judiciais.

No que tange às dívidas em processo de reconhecimento, apuradas junto à Administração Direta já somadas no total acima apontado, destacam-se os processos de valores expressivos, que totalizam R\$ 405.791.610,33 (quatrocentos e cinco milhões, setecentos e noventa e um mil, seiscentos e dez reais e trinta e três centavos)

Em relação ao passivo contingente das entidades da Administração Indireta do Estado com vinculação técnica e administrativa à Procuradoria-Geral do Estado (nos termos da Lei Estadual nº 9.880/2023), foi apurado em fase de execução o montante de R\$ 209.753.585,49 (duzentos e nove milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

Quanto às demandas judiciais envolvendo empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, dependentes do Estado do Pará, foi apresentado levantamento em face da EMATER cujo passivo alcança a quantia de R\$ 31.125.888,00 (trinta e um milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e oito reais).

Já a COHAB indicou que as demandas em fase de execução judicial alcançam o valor de R\$ 2.757.819,10 (dois milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e dezenove reais e dez centavos).

Por fim, destaco que também informaram as demandas judiciais em fase de execução a CEASA, no importe de R\$ 308.014,76 (trezentos e oito mil, quatorze reais e setenta e seis centavos), e a COSANPA no valor de R\$ 253.523.819,20 (duzentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e dezenove reais e vinte centavos).

Encerram-se assim as informações acerca do passivo contingente relacionado às demandas judiciais contra o Estado do Pará.

ATIVOS CONTINGENTES

Em oposição aos passivos contingentes, existem os ativos contingentes, que são direitos que estão sendo cobrados, judicial ou administrativamente e, sendo recebidos, geram receita adicional àquela prevista na Lei Orçamentária.

No caso do Estado do Pará, aponta-se a Dívida Ativa como ativo contingente. Esta se constitui em um conjunto de direitos ou créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, com prazos estabelecidos na legislação pertinente, vencidos e não pagos pelos devedores, por meio de órgão ou unidade específica instituída para fins de cobrança na forma da lei.

A inscrição de créditos em Dívida Ativa gera um ativo para o Estado, sujeito a juros, multa e atualização monetária que, segundo a Lei Estadual n. 6.182/1998 e Lei Federal n. 4.320/1964, que serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. Por essa razão, considera-se a Dívida Ativa um ativo contingente.

Segundo a Lei Federal n. 4.320/1964, classifica-se, como Dívida Ativa Tributária, o crédito da Fazenda Pública proveniente da obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas e, como Dívida Ativa não Tributária, os demais créditos da Fazenda Pública. Estes últimos são, em geral, provenientes de multas de natureza não tributária, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados.

Compete à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), após análise de regularidade, liquidez, certeza e exigibilidade e ao processamento da inscrição em Certidão da Dívida Ativa (CDA), pela SEFA, a cobrança judicial, nos limites da Lei Estadual n. 8.870/2019.

Em levantamento das execuções propostas pelo Estado do Pará durante o exercício de 2024 junto ao sistema de controle de processos da Procuradoria - Geral, a Procuradoria da Dívida Ativa (PDA) informa que consta em execução o montante de R\$ 3.949.046.072,66 (três bilhões, novecentos e quarenta e nove milhões, quarenta e seis mil, setenta e dois reais e sessenta e seis centavos), passível, portanto, de

incrementar o orçamento vindouro, caso finalizada a questão judicial por acordo ou decisão transitada em julgado.

Não se pode olvidar, todavia, que o recebimento dos ativos contingentes pelo Erário depende não somente da atuação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), mas também da delonga na tramitação junto ao Poder Judiciário.

Por oportuno, cumpre registrar que a Procuradoria-Geral possui um Núcleo de Inteligência para laborar sobre os grandes devedores e praticar diligências administrativas em concomitante com a tramitação jurídica a fim de agilizar a cobrança desses ativos.

Por fim, ainda sobre os ativos contingentes, em observância à Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça, fora apurado que as cobranças administrativas de dívidas tributárias estaduais através de protesto, alcançou no ano de 2024 a quantia de R\$ 2.639.852.449,31 (dois bilhões, seiscentos e trinta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos)

Em seu anexo de risco fiscal, o Estado do Pará fornece as informações imprescindíveis para a quantificação dos passivos contingentes na LDO de 2026, em especial no que se refere ao total das ações em tramitação na fase executiva.

Busca-se ainda, apresentar além do passivo contingente da Administração Direta sob gestão da Procuradoria do Estado, o passivo existente junto a outras entidades de sua Administração Indireta, que por sua natureza e dependência econômica faz-se necessária a inclusão neste anexo.

Ajuizamento de ações rescisórias, interposição de recursos, a depender da matéria, até instâncias superiores e sustentações orais, demonstram a estratégia judicial usada por este Ente Público, por meio de sua Procuradoria do Estado, para atenuar o risco fiscal, sendo esta uma medida dentre outras tantas, tais como pedidos de suspensão e recursos contra liminares, entabulamento de acordos com deságio para a Fazenda Pública nas causas cuja probabilidade de êxito para o Estado seja remota, apoio às Indiretas, intervenção administrativa em tratativas de acordo ou junto ao Ministério Público.

Por fim, manteve-se a inclusão dos ativos contingentes, em similaridade à atuação adotada pela União em sua LDO, também como forma de demonstrar contraponto aos riscos fiscais ante a existência de possibilidades reais de aumento do orçamento anual vindouro.

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS

Os riscos fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente a arrecadação tributária (ICMS, IPVA, ITCD e Taxas), com reflexos nas contas públicas.

Por ocasião das projeções de receitas para a LDO 2026, o cenário econômico apresentava incertezas relacionadas ao comércio global, com possíveis impactos na atividade econômica. Diante desses eventos, para efeito de avaliação de riscos fiscais, foi estimado valor de frustação de receita equivalente à projeção do PIB (Média Brasil e Pará = 3,18%).

Cabe destacar ainda que por ocasião da elaboração dessas projeções considerou-se o cenário econômico atual, o qual apresentava instabilidade, com perspectivas de queda na atividade econômica global, em função da guerra comercial/tarifária deflagrada pelos EUA, com retaliações de outros países. Nesse sentido, para efeito de estimativa dos riscos fiscais, decorrentes de eventuais frustações de receita, desconsiderou-se os efeitos do crescimento real da economia na arrecadação de ICMS e IPVA.

ANEXO II

METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAISDEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS
(LRF, art. 4º, § 1º)

O cenário macroeconômico nacional, elaborado pelo IPEA, o desempenho da economia brasileira em 2024 superou as expectativas iniciais do mercado. O Produto Interno Bruto (PIB) acumulou alta de 3,5% em 2024, acima da projeção anterior de 2,0%. O setor primário teve uma queda de 2,6%, mas foi compensado pelo crescimento do setor de serviços e pela indústria, que apresentaram desempenhos positivos ao longo do ano, 3,7% e 3,3% respectivamente.

O ambiente externo ainda se caracteriza pela resiliência da atividade e pela continuidade gradual do processo de desinflação, ainda que com perda de impulso nos últimos meses de 2024. Concomitantemente, no Brasil, observou-se uma inflação de 4,83% em 2024, acima da meta de 3% estabelecida pelo Banco Central. Esse resultado refletiu pressões inflacionárias decorrentes de fatores como a valorização das commodities e a demanda interna aquecida, com o aumento do consumo das famílias, com crescimento de 5,1%, destoando do resultado esperado pelo aumento da inflação e taxa de juros.

Para 2025, os prognósticos do IPEA apontam que o crescimento do PIB deve ser de 2,4%, indicando uma desaceleração em relação a 2024. Essa desaceleração é atribuída a uma expectativa de menor crescimento nos setores agrícola e industrial, além de um ambiente externo menos favorável, sensibilizado com o aumento de tarifas de importação nos EUA e uma expectativa de gradual desaceleração nos EUA e na China.

O ritmo econômico mais lento de crescimento do PIB do Brasil em 2025 se reflete na taxa de desemprego, que, segundo o IBGE, subiu para 7,0% no primeiro trimestre de 2025, ante 6,2% no quarto trimestre de 2024. Isso pode ser observado pela redução na margem da população ocupada, mas essa taxa ainda demonstra um ambiente de desemprego baixo e rendimentos elevados, pressionando o resultado inflacionário (269ª Reunião COPOM).

O mercado de crédito também se manteve pujante nos últimos trimestres em função do dinamismo do mercado de trabalho e da atividade econômica juros também apresentaram elevação, com a taxa Selic encerrando 2024 em 13,25%, em resposta às pressões inflacionárias persistentes. Para 2025, analistas preveem que a Selic possa ultrapassar 15%, caso a inflação continue acima da meta e o real permaneça depreciado.

Essa previsão é ancorada pela última ata do COPOM, o comitê apontou que a percepção negativa dos agentes sobre o regime fiscal e a dívida pública tem afetado os preços de ativos e expectativas econômicas. A falta de compromisso com reformas, política creditícia expansionista e incertezas fiscais podem elevar a taxa de juros, enfraquecendo a eficácia da política monetária. Além disso, o Comitê expressou preocupação com a desancoragem das expectativas de inflação, que se agravou, exigindo juros mais altos por mais tempo e tornando mais difícil a convergência da inflação à meta.

Em relação à taxa inflacionária, o IPEA estima que o IPCA encerre 2025 em 4,10%, ainda acima da meta de 3%. Esse nível de inflação acima da meta decorre de fatores como a expansão da demanda interna e pressões sobre os preços das commodities, além de um mercado de trabalho aquecido que contribui para o aumento dos custos no setor de serviços. No estado do Pará, projeta-se uma expansão do crescimento, com forte influência da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que ocorrerá este ano.

As influências do cenário descrito acima, para o Estado do Pará, segundo projeções elaboradas pela Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA, apontam um crescimento para o PIB Pará de 5,38% para este ano e de 4,71% para 2026. A FAPESPA também projetou com base no boletim Focus do Banco Central, o IPCA (IBGE) de 5,65% para 2024, e 4,50% para 2026. Esses indicadores foram adotados nas metodologias de projeções das receitas e despesas para o triênio 2026 e 2028. A seguir são apresentadas, para o período de 2026 a 2028, as projeções dos indicadores econômicos e financeiros utilizados nas estimativas orçamentárias para esta LDO.

PROJEÇÕES DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

PERÍODO: 2025 A 2028

INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	2025	2026	2027	2028
1-IPCA*	(%)	5,65	4,5	4,0	3,78
5-TR**	(%)	2,22	2,04	1,91	1,8
8-Salário Mínimo*	R\$	1.518,00	1.562,00	1.670,00	1.772,00
10-PIB Pará**	(%)	4,54	3,47	3,06	3,14
	R\$(Mil)	255.508	267.538	278.088	287.960

*Fonte: Bacen, MPO, FMI e Fapesp.

**Elaboração: Fapespa, 2025.

LDO 2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROJEÇÕES DA RECEITA ESTADUAL E DA RENÚNCIA DE RECEITAS

I - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PROJEÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Na elaboração das projeções da receita estadual para a LDO 2026, adotou-se como ponto de partida a arrecadação projetada para 2025, estimada com base na série histórica da arrecadação de receitas de exercícios anteriores, conforme metodologia descrita a seguir. Para projetar a receita dos anos seguintes (2026, 2027 e 2028), foram utilizadas as taxas de crescimento previstas para o PIB Pará e PIB Brasil, bem como a estimativa da inflação (IPCA), divulgadas pela FAPESPA em março de 2025.

As arrecadações de ICMS, IPVA e ITCD foram estimadas com a utilização de modelos de séries temporais baseados em métodos comumente utilizados na previsão de receitas tributárias:

- Análise de séries temporais, modelos SARIMA, Prophet e Regressão Linear

Esses métodos são utilizados para análise de séries temporais e têm propriedades direcionadas às projeções de valores futuros para um período curto de tempo, sendo que as informações necessárias à obtenção dos resultados são extraídas do comportamento da própria série de interesse.

No cálculo das estimativas de ICMS, principal tributo do Estado, foram adotados os seguintes procedimentos:

O primeiro passo foi estruturar a base de dados com valores da arrecadação de exercícios anteriores (2010 a 2024). Utilizou-se não apenas a base de dados total, com os valores efetivamente observados, mas também valores pontualmente ajustados para os anos de 2022 e 2024, tendo em vista a atipicidade do comportamento das receitas nestes anos, em função da realização de PROREFIS – Programa de Regularização Fiscal, bem como das publicações das Leis Complementares 192/2022 e 194/2022, que alteraram a base de cálculo e alíquotas nos segmentos de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações;

Em seguida, a partir dos dados de arrecadação de 2010 a 2024 e com a utilização da linguagem PYTHON, foram efetuados os cálculos de regressão linear, SARIMA e Prophet para projetar os valores da arrecadação de 2025;

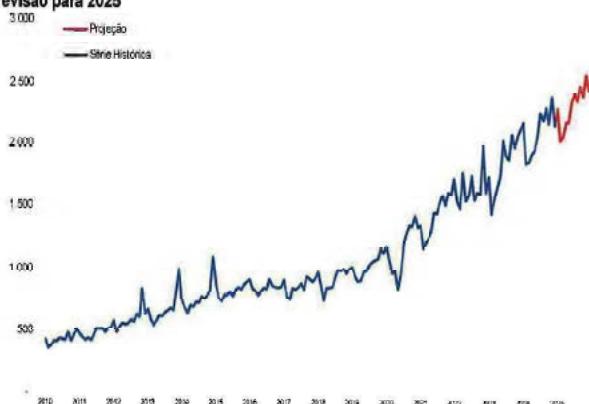
Sobre o valor da arrecadação estimado para 2025, realizaram-se os ajustes relativos às renúncias de receitas e aos impactos resultantes de eventuais alterações na legislação tributária.

A estimativa de arrecadação de ICMS dos anos seguintes (2026 a 2028) foi elaborada a partir dos valores estimados para 2025, acrescidos das variações do PIB (média Pará e Brasil) e da inflação (IPCA) projetadas para os respectivos anos.

Para a estimativa da arrecadação da Taxa Mineral (TRM), foram considerados os recolhimentos efetuados em 2024, com os devidos ajustes em decorrência da publicação da Lei nº 10.847/24.

A seguir são apresentados os resultados da aplicação da metodologia descrita na seção anterior para projeção da receita de ICMS:

Procedimento i e ii - Série Histórica da Arrecadação de ICMS (2010 a 2024) e previsão para 2025



Procedimento iii - Ajustes relativos às Renúncias de Receitas

Detalhado no Item II - Metodologia e Memória de Cálculo da Renúncia de Receitas.

Procedimento iv - Indicadores Econômicos, 2025 a 2028 (em fator)

INDICADOR	ANO			
	2025	2026	2027	2028
IPCA	1,0565	1,0450	1,0400	1,0378
PIB-PA (cenário 1)	1,0538	1,0471	1,0394	1,0355
PIB-BR	1,0198	1,0160	1,0199	1,0200
MEDIA-PIB PA / PIB BR	1,0368	1,0316	1,0297	1,0278
MEDIA-PIB PA / PIB BR+ IPCA	1,0954	1,0780	1,0708	1,0686

Para a estimativa de arrecadação de ICMS para os anos de 2026 a 2028, considerou-se a arrecadação estimada para o ano de 2025, a projeção anual de inflação (IPCA-IBGE) e a média de crescimento real do PIB Brasil e do PIB Pará, conforme a seguir:

Receita ano (2026 a 2028) = Receita ano anterior x IPCA ano x Média da Variação PIB-PA e PIB-BR ano, em que:

- Receita ano (2026): estimativa de arrecadação anual (R\$ 26.777.552.874,28)
- Receita ano anterior (2025): arrecadação projetada para o ano anterior (R\$ 24.840.727.556,85)
- IPCA ano (2026), em fator: projeção de inflação anual, medida pelo IPCA (1,0450)
- Média da Variação PIB-PA e PIB-BR ano (1,03155): média entre a projeção de crescimento real (em fator) do PIB do Pará Cenário 1 (1,0471) e a projeção de crescimento real anual do PIB do Brasil (1,0160), divulgadas pela Fapespa em março de 2025.

O quadro a seguir apresenta as projeções de arrecadação dos principais tributos da Receita Própria Estadual para o período de 2025 a 2028, calculadas conforme a metodologia descrita.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2026

ESTIMATIVA DE RECEITA DE ICMS, IPVA, ITCD E TAXAS MINERAIS E HÍDRICA (2025 A 2028)

(em R\$ Milhões)

RECEITA	ESTIMATIVA				VAR NOM. %		
	2025	2026	2027	2028	2026	2027	2028
ICMS	24.840,7	26.777,6	28.674,4	30.584,1	7,8%	7,1%	6,7%
IPVA	1.444,4	1.557,0	1.667,3	1.778,4	7,8%	7,1%	6,7%
ITCD	73,5	76,8	79,9	82,9	4,5%	4,0%	3,8%
TAXA MINERAL	1.596,9	1.668,8	1.735,5	1.801,1	4,5%	4,0%	3,8%
TAXA HÍDRICA	79,0	82,6	85,9	89,2	4,5%	4,0%	3,8%
TOTAL	28.034,6	30.162,7	32.243,0	34.335,6	7,6%	6,9%	6,5%

Fonte: SEFA/DAF

Cabe destacar que por ocasião da elaboração das projeções de receitas para a LDO 2026 o cenário econômico apresentava instabilidade, com perspectivas de queda na atividade econômica global, em função da guerra comercial/tarifária deflagrada pelos EUA, com retaliações de outros países. Nesse sentido, para efeito de estimativa dos riscos fiscais, decorrentes de eventuais frustrações de receita, desconsiderou-se os efeitos do crescimento real da economia na arrecadação de ICMS e IPVA.

II - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RENÚNCIA DE RECEITA

No cálculo das projeções de receitas, foram expurgados os valores dos benefícios fiscais, de caráter não geral, concedidos pelo Estado, conforme determina o art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Para 2026, o valor expurgado (renúncias fiscais) totaliza R\$ 2.611,2 milhões, conforme quadro abaixo.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS (2026 A 2028)

TÍTULO	MODALIDADE	PROGRAMAS / LEIS/ES / REINVESTIMENTOS	EMENTA	ESTIMATIVO			COMPENSAÇÃO
				2026	2027	2028	
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	PROGRAMA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	101.460.029	108.520.316	115.987.533	
			INDÚSTRIA DA MATERIA PRIMA	101.460.029	108.520.316	115.987.533	101.460.029
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	INDÚSTRIA DA MATERIA PRIMA	101.460.029	108.520.316	115.987.533	
			INDÚSTRIA DA PECUÁRIA	101.460.029	108.520.316	115.987.533	101.460.029
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	INDÚSTRIA DA PECUÁRIA	101.460.029	108.520.316	115.987.533	
			INDÚSTRIA DA PESCA	101.460.029	108.520.316	115.987.533	101.460.029
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	INDÚSTRIA DA PESCA	101.460.029	108.520.316	115.987.533	
			INDÚSTRIA DA PESCA	101.460.029	108.520.316	115.987.533	101.460.029
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.641.760	2.809.697	2.516.932
CUSTO PREVISTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO ESTADO	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	2.516.932	2.641.760	2.809.697	
			PROTEÇÃO DA FAUNA	2.516.932	2.		

A previsão dos juros e encargos da dívida pública estadual visam assegurar a compatibilidade entre os compromissos financeiros do Estado e a manutenção do equilíbrio fiscal, em consonância com os limites legais de endividamento e com os princípios do planejamento orçamentário.

Estrutura da Dívida Pública e Projeções para o Exercício de 2026

A dívida pública do Estado do Pará é composta majoritariamente por contratos de financiamento celebrados com instituições financeiras nacionais (como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, Santander, Itaú e Banco de Brasília -BRB), e Organismos Multilaterais (como Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Corporação Andina de Fomento-CAF, New Development Bank-NDB e Agência de Cooperação Internacional do Japão -JICA) e Dívida Refinanciada Junto à União (Lei 9496/97).

As projeções consideram o comportamento esperado da taxa Selic, variações inflacionárias (IPCA), TJLP, TR, bem como cenários de câmbio (Dólar e Iene), observando o cronograma de pagamento de cada contrato.

O Estado do Pará mantém sua trajetória de solvência fiscal e observância aos limites legais de endividamento, o que permite a inclusão dos encargos da dívida pública dentro dos parâmetros sustentáveis de gestão fiscal responsável. A presente estimativa integra o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, compondo o conjunto de informações exigidas pela LRF para subsidiar o debate legislativo e a transparência fiscal.

DESPESAS DE CAPITAL

As despesas de capital são aquelas destinadas à produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público, ou seja, que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos: execução de obras e compra de instalações, equipamentos e títulos representativos do capital de empresas ou de entidades de qualquer natureza.

1. Amortizações Financeiras:

A amortização da dívida pública estadual está adequadamente contemplada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2026. As diretrizes e estimativas relacionadas à amortização da dívida pública do Estado do Pará, está em consonância com os princípios de equilíbrio orçamentário, sustentabilidade fiscal e previsibilidade de obrigações financeiras.

A amortização da dívida pública corresponde ao pagamento do principal das obrigações financeiras assumidas pelo Estado junto a instituições financeiras Nacionais e Internacionais, para financiar investimentos prioritários nas áreas de saúde, educação, Infraestrutura, asfalto, saneamento, entre outros.

A dívida pública consolidada do Estado do Pará compreende operações de crédito contratadas junto ao Governo Federal, Instituições Financeiras Nacionais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Santander e Banco Itaú) e Organismos Multilaterais (Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, Corporação Andina de Fomento – CAF, New Development Bank – NDB e Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA).

A composição da dívida, o perfil dos contratos e os respectivos cronogramas de vencimento são fatores que influenciam diretamente na programação das despesas com amortização.

A projeção da Dívida Pública para o exercício 2026, segue as seguintes diretrizes:

- Projeção das despesas com amortização da dívida com base nos contratos vigentes, atualizados com os encargos financeiros acordados.
- Priorização de recursos orçamentários e financeiros para cumprimento das obrigações contratuais, a fim de preservar a credibilidade do Estado e manter sua capacidade de contratação de novas operações de crédito.
- Observância dos limites legais de endividamento.

O adequado planejamento da amortização da dívida pública é imprescindível para garantir a solvência fiscal do Estado e preservar espaço fiscal para investimentos públicos. As diretrizes ora apresentadas para a LDO 2026 visam assegurar o cumprimento das obrigações financeiras do Estado do Pará, em consonância com os princípios constitucionais da administração pública e os preceitos da LRF.

2. Inversões Financeiras:

São despesas de capital destinadas aos gastos com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização, bem como com títulos representativos do capital de empresas já constituídas, desde que a operação não implique aumento do capital. Também inclui a constituição ou aumento do capital de empresas com fins comerciais ou financeiros.

Nesta esteira o Estado do Pará, vem informando as dotações orçamentárias destinadas às inversões financeiras, visando o aumento de capital da COSANPA, para viabilizar o cumprimento de seus objetivos estratégicos, tais como reforma e ampliação dos sistemas de abastecimento de água, tratamento do esgotamento sanitário de Municípios do Estado, elaboração de projetos de reforma e ampliação dos sistemas de abastecimento de água, bem como para o aumento de capital da Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Estado do Pará – CAAPP, visando o cumprimento de seu objetivo social, ou seja, o desenvolvimento e a comercialização de projetos e programas de geração de ativos ambientais, assim como a gestão e integração de programas, subprogramas, planos e políticas públicas ambientais, socioeconômicas e climáticas do Estado do Pará.

A definição dos valores para estas despesas, foram extraídos dos pedidos recebidos das Companhias, por meio de Processos Adm. Eletrônicos e ofícios, onde constam os valores destinados ao fortalecimento das ações para o exercício de 2026.

3. Investimentos:

A conta de capital referente a investimentos, é uma despesa discricionária, que não observa regras e limites, tem forte identidade com as prioridades do governo para: mitigação das desigualdades socioeconômicas; promover o crescimento e o desenvolvimento do Estado; fortalecer a infraestrutura produtiva do Estado, etc. O valor das despesas com investimentos é apurado pelas operações de crédito, liberação de créditos de operações já contratadas em exercícios anteriores e novas contratações com liberações no exercício vigente, e pela disponibilidade das receitas, após a dedução das despesas correntes e de capital, especialmente as de caráter obrigatório, como Pessoal e Encargos e as Despesas Correntes vinculadas à Educação e Saúde. Importante salientar que da disponibilidade de receita (resultado operacional), parte é destinada as reservas de contingências e reservas do Regime Próprio da Previdência Social. O saldo final, pode ou não vir a compor as despesas de Investimentos. Desde 2019 o Governo vem dando atenção especial as despesas de Investimentos, buscando de forma sistemática e contínua assegurar níveis de investimentos condizentes com as necessidades de infraestrutura produtiva e social, que se traduzem no crescimento e desenvolvimento do Pará.

4. Reserva de Contingência:

O valor projetado para a Reserva de Contingência observa o limite de até 3% da RCL e atenderá os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme LRF art. 5º, III, b.

ESTIMATIVAS DE DESPESAS 2026 - 2028

GRANDES GRUPOS	2026 VALORES R\$ 1,00	2027 VALORES R\$ 1,00	2028 VALORES R\$ 1,00
Despesas Correntes	46,330.063,875	48,405.750,188	51,142,206,886
Pessoal e Encargos Sociais	27,993,880,225	29,113,635,434	30,673,576,049
Juros e Encargos da Dívida	1.590.067,973	1.876.154,450	1.841.305,451
Outras Despesas Correntes (ODC)	16,746,115,677	17,415,960,304	18,627,325,365
Despesas de Capital	6,245,796,704	6,626,350,537	6,039,674,344
Investimentos	4,287,222,616	4,458,711,521	3,569,748,275
Inversões Financeiras	687,162,455	714,646,953	775,037,504
Amortizações Financeiras	1,271,411,633	1,452,990,063	1,694,888,565
Reserva de Contingência	575,185,224	598,192,633	648,740,508
TOTAL	53.151.045.803	55.630.293.358	57.830.621.718

FONTE: SEFA/SEPLAD

As projeções das Receitas e Despesas para esta LDO 2026, registraram resultado primário, pelo critério acima da linha e sem o RPPS, deficitário de R\$ 399.917 milhões. Esse resultado é motivado principalmente pela contratação das operações de crédito, que impactam as despesas primárias. Essas novas operações se fazem necessárias para dar continuidade às estratégias do Governo referentes ao desenvolvimento do Estado do Pará.

Quanto ao resultado nominal, indicador que representa o conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública, estima-se para 2026, também um resultado negativo da ordem de R\$ 1.910.671 milhões, decorrente do crescimento do serviço da dívida, em razão das novas contratações financeiras.

Importante destacar que as ações planejadas pelo Governo e refletidas nesta LDO, também, são analisadas com base na capacidade de endividamento do Estado, cujos limites foram apurados, para 2026, de acordo com a legislação vigente e evidenciam que o Estado se encontra bem abaixo do índice de endividamento, conforme Resolução do Senado Federal, que é de até 200% da RCL.

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	9.966.277
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	45.783.382,974
NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO (DCL/RCL)	21,77%

FONTE: SEFA/SEPLAD

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ANUAIS
2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º § 1º)

R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	LDO 2026				LDO 2027				LDO 2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	% RCL (a/RCL)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	% RCL (b/RCL)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)x100	% RCL (c/RCL)x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	47.762.929	45.706.152	17,85	99,83	49.107.419	47.218.672	17,66	103,53	50.267.375	46.573.535	174,56	100,95
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	44.501.536	42.585.202	16,63	93,01	46.041.246	44.270.428	16,56	97,07	48.291.344	44.742.710	167,70	96,99
Receitas Primárias Correntes	44.197.050	42.293.827	16,52	92,38	45.719.902	43.961.444	16,44	96,39	47.515,029	44.023.441	165,01	95,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.847.824	19.950.070	7,79	43,57	22.196.369	21.342.663	7,98	46,80	23.550,074	21.819.524	81,78	47,30
Transferências Correntes	21.081.116	20.173.317	7,88	44,06	21.162.825	20.348.871	7,81	44,62	21.954.180	20.340.903	76,24	44,09
Demais Receitas Primárias Correntes	2.268.110	2.170.440	0,85	4,74	2.360.707	2.269.911	0,85	4,98	2.010.774	1.863,015	6,98	4,04
Receitas Primárias de Capital	304.487	291.375	0,11	0,64	321.344	308.984	0,12	0,68	339,091	314,173	1,18	0,68
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	47.762.929	45.706.152	17,85	99,83	49.107.419	47.218.672	17,66	103,53	50.267.375	46.573.535	174,56	100,95
Despesas Primárias (II) (EXCETO FONTES RPPS)	44.901.453	42.967.898	16,78	93,85	44.821.357	43.097,458	16,12	94,50	47.515,029	44.023.441	165,01	95,43
Despesas Primárias Correntes	39.718.733	38.008.357	14,85	83,02	41.307.482	39.718.733	14,85	87,09	42.865.905	39.718.733	148,87	86,10
Pessoal e Encargos Sociais	23.528.226	22.515.049	8,79	49,18	24.469.355	23.528.226	8,80	51,59	25.394.297	23.528.226	88,19	51,00
Outras Despesas Correntes	16.190.507	15.493.308	6,05	33,84	16.838.127	16.190,507	6,05	35,50	17.474,608	16.190,507	60,68	35,09
Despesas Primárias de Capital	4.943.035	4.730.177	1,85	10,33	5.140.756	4.943.035	1,85	10,84	4.375.787	4.054.238	15,20	8,79
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Total (COM FONTES RPPS)	53.151.046	50.862.245	19,87	111,09	55.247.540	53.122.635	19,87	116,48	58.146,688	53.873.845	201,93	116,78
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	46.103,125	44.117.823	17,23	96,36	47.705,025	45.870.216	17,15	100,57	50.019,957	46.344.298	173,70	100,46
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	53.151.046	50.862.245	19,87	111,09	55.247.540	53.122.635	19,87	116,48	58.146,688	53.873.845	201,93	116,78
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	49.954.066	47.802.934	18,67	104,41	51.952.229	49.954,066	18,68	109,53	53.916,023	49.954.066	187,23	108,28
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	(399.917)	(382.696)	-0,15	-0,84	1.219.889	1.172.970	0,44	2,57	776,315	719,268	2,70	1,56
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(3.850.942)	(3.685.112)	-1,44	-8,05	(4.247.204)	(4.083.850)	-1,53	-8,95	(3.896.066)	(3.609.768)	-13,53	-7,82
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	755.095	722.579	0,28	1,58	785.299	755.095	0,28	1,66	814.983	755.095	2,83	1,64
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	1.541.670	1.475.282	0,58	3,22	1.603.336	1.541.670	0,58	3,38	1.663.942	1.541.670	5,78	3,34
Dívida Pública Consolidada (DC)	16.205.922	15.508.060	6,06	33,87	16.564.354	15.927.263	5,96	34,92	15.293.924	14.170.068	53,11	30,72
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	9.966.277	9.537.107	3,73	20,83	10.075.122	9.687.617	3,62	21,24	8.559.400	7.930.422	29,72	17,19
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	1.910.671	1.828.393	0,71	3,99	108.845	103.685	0,04	0,23	(1.515.722)	(1.404.341)	-5,26	-3,04

FONTE: SEPLAD e SEFA/CFS

Nota:

- Valores constantes a preços do IPCA do respectivo ano, projetado pela Fapespa bem como a evolução do PIB - Pará;

- O Resultado Nominal está de acordo com a metodologia apresentada no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 14º ed., onde o resultado positivo significa que haverá diminuição da dívida e o valor negativo o aumento da dívida.

O cálculo das metas foi realizado considerando o seguinte cenário macroeconômico

VARIÁVEIS	LDO 2026	LDO 2027	LDO 2028
Projeção do PIB Pará R\$ Milhares	267.538.000	278.088.000	28.796.000
IPCA (%)	4,50%	4,00%	3,75%
Receita Corrente Líquida - RCL R\$ Milhares	45.783.382,974	47.432.394,675	49.792.448,357

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
(LRF, art. 2º, inciso I)

As metas fiscais projetadas para a LDO 2024, após a execução orçamentária, atestam o esforço do atual Governo do Estado do Pará, na manutenção do desenvolvimento econômico do Estado.

Através de uma gestão orçamentária e financeira eficiente, o Estado superou as metas fixadas para o exercício de 2024, o que possibilitou um incremento maior nas suas ações, conforme pode ser observado na tabela deste demonstrativo. A Receita Total estimada em R\$ 42,1 bilhões, foi realizada no montante de R\$ 43,4 bilhões, um crescimento de 3,09%, acima das projeções da FAPESPA para o crescimento real do PIB Pará (2,82%), considerando o IPCA registrado pelo IBGE para o ano de 2024 de 4,02%.

A Receita Primária projetada para a LDO 2024, totalizaram R\$ 37,8 bilhões, enquanto que a Despesa Primária, também realizada, foi de R\$ 41,3 bilhões, com isso o Resultado Primário, pelo critério acima da linha, sem RPPS, registrou déficit de R\$ 3,014 bilhões.

O Resultado Primário apurado, a partir da diferença entre a Receita Primária realizada (R\$ 41,3 bilhões) e a Despesa Primária executada (R\$ 42,5 bilhões), apresentou déficit de R\$ 2,37 bilhões.

O reflexo desta Gestão pode ser observado no comparativo dos dados da Dívida Pública. Enquanto o Governo mantém o objetivo de investir no desenvolvimento do Estado, tanto com recursos próprios, quanto através de empréstimos, a Dívida Consolidada Líquida foi de 2,9 bilhões.

A meta do Resultado Nominal pelo critério abaixo da linha, e sem RRPS, projetada pela LDO 2024 de R\$ - 4.257 milhões (negativo), tendo em vista o valor deste indicador apurado após a execução orçamentária de 2023, ter registrado valor déficit de R\$ 711 milhões.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026

ANF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º§ 2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Provisórias em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	42.129.459	11,93%	107,21%	43.432.642	10,54%	105,41%	1.303	3,09%
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS) (I)	37.870.445	11,43%	102,18%	41.298.315	10,64%	100,23%	3.429	8,85%
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	46.250.965	11,49%	105,65%	43.956.543	15,56%	106,08%	(2.294)	-4,96%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	40.884.752	11,49%	103,75%	42.563.218	15,05%	103,36%	1.679	4,11%
Receita Total(COM FONTES RPPS)	46.615.017	15,02%	125,89%	48.320.746	17,15%	117,22%	1.705	3,84%
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS) (III)	41.942.732	11,87%	116,89%	45.456.999	16,11%	110,30%	3.514	8,38%
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	46.615.017	15,52%	125,69%	48.320.540	17,22%	116,26%	2.115	4,54%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	45.000.107	15,35%	125,21%	47.341.119	16,76%	114,68%	2.335	5,19%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	(3.614,30)	-1,07%	-8,39%	(1.263,86)	-0,46%	-3,07%	-1.750	-58,07%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (V) = (III - IV)	(3.060,432)	-1,08%	-8,52%	(1.890,226)	-0,67%	-4,58%	-173	-38,50%
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	12.526	4,44%	14,66%	6.720.655	3,09%	21,10%	(1.809)	-30,40%
Dívida Pública Consolidada(DCL)	5.477.378	-7,84%	15,24%	2.952.733	-1,05%	7,17%	(2.525)	-46,10%
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(4.251,813)	-4,61%	-11,85%	(711,584)	-0,25%	-1,73%	3.540	-85,29%

FONTE: SEFAZ/DOD/CONFISEPLAD

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Previsão do PIB Estadual para 2024 R\$ Milhares (I)	262.046.000
Receita Corrente Líquida 2024 - Previsão (R\$ Milhares)	35.933.850
Valor Geral (redondo) de PIB Estadual para 2021 R\$ Milhares (I)	262.645.000
Receita Corrente Líquida 2021 - Realizado (R\$ Milhares)	41.214.840

Nota: O valor efetivo (realizado) de PIB Estadual foi utilizado de 2021, uma vez que, se tivesse disponibilizado pelo IBGE para o estado sócio, só este não.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

As metas fiscais fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias dos exercícios de 2023 a 2026, que integram o Quadro Demonstrativo 3, refletem a gestão fiscal eficiente do exercício de 2024, a qual permitiu que, mesmo diante de um cenário de incerteza, devido principalmente a publicação da Lei Complementar nº 192/2022, não acarretassem reflexos significativos na projeção das metas fiscais para os exercícios subsequentes.

Considerando, também, o aumento dos investimentos ocorridos após o anuncio de Belém como sede da COP-30, afetando as projeções que foram realizadas para 2024 e 2025, denotam o resultado das ações de recuperação e desenvolvimento adotadas pelo Governo Estadual e as perspectivas de ajustes a serem seguidas em decorrência da LC nº 192/2022, visando alcançar cenário de recuperação econômica e de manutenção do equilíbrio fiscal, que tem sido observado em todos os exercícios analisados.

Na Dívida Pública sinaliza o estímulo ao desenvolvimento do Estado, onde, com responsabilidade fiscal, mesmo com panorama econômico de incertezas e instabilidades, o Estado tem adotado novos empréstimos para manter o volume de investimentos necessários ao crescimento do Estado, merecendo destaque especialmente a infraestrutura de logística de Belém, para que possa receber a COP-30, em novembro de 2025.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º § 2º)

R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	LDO 2023	LDO 2024	%	LDO 2025	%	LDO 2026	%	LDO 2027	%	LDO 2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	38.438,076	46.615,017	21,27%	47.465,477	1,82%	47.762,929	0,63%	49.107,419	2,81%	50.267,375	2,36%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	34.001,914	37.870,448	11,38%	41.871,423	10,56%	44.301,536	6,28%	46.041,246	3,46%	48.291,344	4,89%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.438,076	46.615,017	21,27%	47.465,477	1,82%	47.762,929	0,63%	49.107,419	2,81%	50.267,375	2,36%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	38.276,956	40.884,752	6,81%	45.724,280	11,84%	44.901,453	-1,80%	44.821,357	-0,18%	47.515,029	6,01%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	52.562,343	-	53.151,046	1,12%	55.247,540	3,94%	58.146,688	5,25%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	45.120,347	-	46.103,125	2,18%	47.705,025	3,47%	50.019,957	4,85%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	52.562,343	-	53.151,046	1,12%	55.247,540	3,94%	58.146,688	5,25%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	50.521,147	-	49.954,066	-1,12%	51.952,229	4,00%	53.916,023	3,78%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	(4.275,042)	(3.014,304)	-29,49%	(3.852,857)	27,82%	(399,915)	-89,62%	1.219,889	-405,04%	776,315	-36,36%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-	-	-	(5,401)	-	(3.850,942)	71203,17%	(4,247,204)	10,29%	(3.896,066)	-8,27%
Divida Pública Consolidada (DC)	7.027,303	12.529,115	78,29%	16.570,405	32,26%	16.205,922	-2,20%	16.564,354	2,21%	15.293,924	-7,67%
Divida Consolidada Líquida (DCL)	1.227,631	5.477,978	346,22%	10,720,587	95,70%	9,966,277	-7,04%	10,075,122	1,09%	8,559,400	-15,04%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(4.109,088)	(4.257,813)	3,62%	(3.376,405)	-20,70%	1.910,671	-156,59%	108,845	-94,30%	(1.515,722)	-1492,55%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	LDO 2023	LDO 2024	%	LDO 2025	%	LDO 2026	%	LDO 2027	%	LDO 2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.878,889	45.034,313	25,52%	45.855,933	1,82%	45.706,152	-0,33%	45.185,332	-1,14%	44.567,976	-1,37%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	31.738,084	36.586,270	15,28%	40,451,573	10,56%	42.585,202	5,27%	42.364,046	-0,52%	42.815,990	1,07%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.878,889	45.034,313	25,52%	45.855,933	1,82%	45.706,152	-0,33%	45.185,332	-1,14%	44.567,976	-1,37%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	35.728,496	39.498,359	10,55%	44.173,781	11,84%	42.967,898	-2,73%	41.241,587	-4,02%	42.127,695	2,15%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	50.779,966	-	50.862,245	0,16%	50.835,057	-0,05%	51.553,919	1,41%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	43.590,327	-	44.117,823	1,21%	43.894,943	-0,51%	44.348,611	1,03%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	50.779,966	-	50.862,245	0,16%	50.835,057	-0,05%	51.553,919	1,41%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	46.807,967	-	47.802,934	-2,06%	47.802,934	0,00%	47.802,934	0,00%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	(3.900,412)	(2.912,089)	-27,02%	(3.722,208)	27,82%	(382,696)	-89,72%	1.122,459	-393,30%	688,295	-36,68%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-	-	-	(5,217,660)	-	(3.685,112)	-29,37%	(3,907,991)	6,05%	(3.454,323)	-11,61%
Divida Pública Consolidada (DC)	6.559,428	12.104,255	84,53%	16.008,506	32,26%	15.508,060	-3,13%	15.241,400	-1,72%	13.559,874	-11,03%
Divida Consolidada Líquida (DCL)	1.145,896	5.292,221	361,84%	10,357,054	95,70%	9,537,107	-7,92%	9.270,447	-2,80%	7.588,921	-18,14%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(3.835,507)	(4,113,432)	7,25%	(3.261,912)	-20,70%	1.828,393	-156,05%	100,152	-94,52%	(1.343,867)	-1441,83%

Fonte: SEPLAD/SEFA-CPIS

Nota: As informações com a fonte RPPS foram publicadas a partir de 2026, dessa forma, estas informações não constam nos anos de 2023 e 2024.

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes Índices de Inflação*

2023	2024	2025	2026	2027	2028
3,50	3,50	3,51	4,50	4,00	3,78

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Evolução do Patrimônio Líquido

2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%	R\$ 1.00
Patrimônio/Capital	175.794.095,26	0,47	175.704.095,92	0,47	175.510.588,20	0,54	
Reservas	11.815.875,58	0,03	11.770.675,41	0,03	11.668.829,24	0,04	
Resultado Acumulado	41.350.560.948,44	99,56	37.478.245.042,41	99,50	32.146.259.987,45	99,42	
TOTAL	41.578.190.720,28	100,00	37.665.719.813,74	100,00	32.333.439.404,89	100,00	

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados	4.854.852.923,54	100,00	4.847.781.935,98	100,00	4.826.634.888,30	100,00
TOTAL	4.854.852.923,54	100,00	4.847.781.935,98	100,00	4.826.634.888,30	100,00

FONTE: Sistema: SIAFE Unidade Responsável: SEFA/DICONF, Data de emissão 10/abr/2025 e Hora de emissão 17h56min.

Nota: Foram excluídos, do quadro do Regime Previdenciário, os valores referentes ao Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM, por não pertencer ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará - RPPS.

O Patrimônio Líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do Ente, ou seja, representa a diferença entre o "Ativo" e o "Passivo". Conforme a 11ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), integram o patrimônio líquido: o patrimônio / capital social, as reservas e os resultados acumulados, além de outros desdobramentos do saldo patrimonial, conforme abaixo:

- Patrimônio / Capital Social: Compreende o patrimônio social das Autarquias, Fundações e Fundos e o capital social das demais entidades da Administração Indireta.
- Reservas: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitam pelo resultado, a reserva constituída por parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.
- Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, e os superávits ou déficits acumulados apurados nos órgãos das Administrações: Direta, Autarquias, Fundações e Fundos, conjugados com os registros ocorridos nas contas de ajustes de exercícios anteriores, que evidenciam os efeitos das mudanças de critérios contábeis ou erros imputáveis a exercícios anteriores, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Notas:

- Elaborado conforme as orientações contábeis no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 14ª edição, alterada pela Portaria STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024. Demonstra a evolução do Patrimônio Líquido (PL) dos últimos três exercícios anteriores ao ano da edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no ano 2025, e que se refere a (LDO) de 2026.
- No exercício de 2024, o PL apresentou um acréscimo de 10,44% em relação a 2023, passando de R\$ 37,666 bilhões para R\$ 41.578 bilhões. O percentual de participação por Poder em relação ao PL, apresentou-se da seguinte forma: Poder Executivo 95,26%, Poder Judiciário 2,51%, Poder Legislativo 1,14%, Ministério Público 0,87%, e Defensoria Pública 0,22%, enquanto que, por Tipo de Administração, apurou os seguintes percentuais: Administração Direta 79,03%, Autarquias 14,51%, Sociedades de Economia Mista 0,61%, Empresas 0,75%, Fundações 1,78%, e Fundos da Administração Direta 3,32%. Os principais fatores que ocasionaram esse resultado foram:
- Apuração do resultado patrimonial do exercício, positivo em R\$ 3,951 bilhões, constituído por R\$ 3.847 bilhões, oriundos dos órgãos da Administração Direta, Fundos, Autarquias e Fundações, e R\$ 104 milhões, provenientes das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Esses valores foram apurados por meio da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas no valor de R\$ 120,385 bilhões - Administrações: Direta, Autarquias, Fundações e Fundos; R\$ 576 milhões - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, e as variações patrimoniais diminutivas que totalizaram R\$ 116,538 bilhões e R\$ 472 milhões, respectivamente.

- As Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista apresentaram variações positivas, no biênio 2024/2025, beneficiadas de ajustamento para futuro aumento de capital, reservas de lucros, lucros e prejuízos acumulados e, resultado do exercício nos seguintes valores: R\$ 90 mil, R\$ 45 mil, R\$ 13 milhões, e R\$ 81 milhões respectivamente, e variação negativa na conta de ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 9 milhão.

- Nas Administrações: Direta, Fundos, Autarquias e Fundações houve acréscimo na conta superávits ou déficits acumulados no valor de R\$ 5.127 bilhões, e decréscimo nas contas: resultado do exercício, e na de ajustes de exercícios anteriores em R\$ 1,309 bilhão e R\$ 183 milhões, em relação ao exercício de 2023.

- O PL referente ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará (RPPS) é constituído pelo Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV), Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPS), e pela Unidade Gestora - Encargos IGEPPS, responsável pelo pagamento de despesas não consideradas como previdenciárias tipo: auxílio funeral, salário família, recursos de pequeno valor - RPV etc. Foram apurados no período de 2022 a 2024 os seguintes resultados:

- Em 2022 o resultado patrimonial foi positivo no Plano Financeiro e negativo no Plano Previdenciário em R\$ 257 milhões e R\$ 128 milhões, respectivamente, enquanto no IGEPPS (Administrativo) houve um resultado patrimonial positivo de R\$ 50 milhões. Apurou-se um patrimônio líquido, ao final do exercício, de R\$ 873 milhões no Plano Financeiro, R\$ 3.892 bilhões no Plano Previdenciário e R\$ 2 milhões no IGEPPS/Administrativo), resultando em um acréscimo em termos percentuais no Plano Financeiro, em 41,84%, e 468,84%, respectivamente, e um decréscimo de 3,17% no Plano Previdenciário. Essas variações devem-se principalmente, no caso do Plano Financeiro, do saldo positivo de investimentos e aplicações temporárias em curto prazo, transferências recebidas do Plano Previdenciário, Lei 125/2019 e ingressos de receitas referentes às compensações financeiras recebidas do Regime Geral de Previdência-RGP. Quanto ao decréscimo ocorrido no Plano Previdenciário os fatores relevantes foram as despesas intraprevidenciárias referentes às taxas administrativas pagas ao IGEPPS/Administrativo, as transferências efetuadas ao Plano Financeiro referente à Lei 125/2019 e aos registros das provisões matemáticas previdenciárias, que também contribuíram para esse decréscimo em seu Patrimônio Líquido.

- Em 2023 o resultado patrimonial foi positivo no Plano Previdenciário e negativo no Plano Financeiro, e no IGEPPS (Administrativo) em R\$ 153 milhões, R\$ -95 milhões, e -37 milhões respectivamente. Apurou-se um patrimônio líquido, ao final do exercício, de R\$ 1.026 bilhão no Plano Financeiro, R\$ 3.797 bilhões no Plano Previdenciário e R\$ 25 milhões no IGEPPS/Administrativo), resultando em acréscimo em termos percentuais no Plano Financeiro de 17,58%, e decréscimos no IGEPPS/Administrativo, e Previdenciário, em relação a 2022, de 59,40% e 2,45%, respectivamente. Essas variações devem-se principalmente, no que se refere ao Plano Financeiro aos seguintes fatores: apuração de saldo positivo de investimentos e aplicações temporárias em curto prazo, transferências recebidas do Plano Previdenciário, Lei 125/2019 e ingressos de receitas referentes às compensações financeiras recebidas do Regime Geral de Previdência-RGP. Quanto ao decréscimo ocorrido no Plano Previdenciário os fatores relevantes foram as despesas intraprevidenciárias referentes às taxas administrativas pagas ao IGEPPS/Administrativo, as transferências efetuadas ao Plano Financeiro referente à Lei 125/2019 e aos registros das provisões matemáticas previdenciárias, que também contribuíram para esse decréscimo em seu Patrimônio Líquido.

- Em 2024 o resultado patrimonial foi positivo no Plano Previdenciário e no IGEPPS (Administrativo), nos valores de R\$ 572 milhões e R\$ 5 milhões, respectivamente, diferente do Plano Financeiro que apurou resultado patrimonial negativo em R\$ 387 milhões. Quanto ao patrimônio líquido, foram apurados ao final do exercício de 2024, no Plano Previdenciário R\$ 4,365 bilhões, no Plano Financeiro R\$ 456 milhões, e R\$ 35 milhões no IGEPPS/Administrativo), resultando em acréscimo no Plano Previdenciário de 14,96%, (IGEPPS/Administrativo) de 38,40%. Quanto ao Plano Financeiro houve decréscimo de 55,58%, em relação a 2023. Essa variação deve-se, principalmente, no que se refere ao Plano Previdenciário, da apuração do resultado patrimonial positivo, apurado em 2024, no valor de R\$ 572 milhões. Quanto ao decréscimo ocorrido no Plano Financeiro, deve-se a apuração do resultado patrimonial negativo, e aos registros de ajustes de exercícios anteriores, baixados em 2024, referente a créditos a receber de curto e longo prazos.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
2026			
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, Inciso II)			RS 1.03
RECEITAS REALIZADAS	2024	2023	2022
(a)	(b)	(c)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	21.821.598,19	25.703.640,43	21.210.122,00
Alienação de Bens Móveis	2.444.079,29	8.292.281,77	4.403.850,00
Alienação de Bens Imóveis	14.769.662,76	12.957.001,20	13.554.203,89
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.610.646,14	4.454.357,46	3.252.068,11
DESPESAS EXECUTADAS	2024	2023	2022
(d)	(e)	(f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	9.998.566,58	11.655.731,14	7.931.512,58
DESPESAS DE CAPITAL	9.998.566,58	11.655.731,14	7.931.512,58
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
SALDO FINANCEIRO	2024	2023	2022
(g)=(a)-(b)-(d)-(f)	(h)=(b)-(I)-(II)	(i)=(c)-(f)	
VALOR (III)	39.149.541,32	27.326.518,71	13.278.609,42

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 11/09/2025 e Hora de emissão 11h10min.
NOTA: O Demonstrativo da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos recursos PRELRF, Anexo 1, considera como executada as despesas paga, enquanto nesse Demonstrativo 5, no Anexo de Metas Fiscais, considera as despesas empenhadas.

Notas:

- A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 44, vedou a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público no financiamento de despesas correntes, salvo se destinadas, por lei, aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- A receita de capital oriunda da alienação de ativos, em 2024, totalizou R\$ 21.822 milhões, sendo em sua maioria referente a bens imóveis, correspondendo a 67,67% do total realizado.
- No que se refere às alienações de bens móveis representaram 11,20% do total dessas receitas realizadas, e os rendimentos de aplicações financeiras oriundos das respectivas alienações corresponderam a 21,13%.
- Quanto às despesas empenhadas, com recursos da alienação de ativos, em 2024, totalizaram o valor de R\$ 9.999 milhões, em despesas de capital - investimentos restando um saldo de R\$ 39.150 milhões a ser aplicado nos exercícios seguintes.
- Comparando com 2023, o exercício de 2024 apresentou um acréscimo de arrecadação nas receitas de alienação de bens imóveis de 13,97%, e nos rendimentos de aplicações financeiras de 3,51%, sendo que, houve decréscimo na alienação de bens móveis de 70,53%, apurando no total arrecadado uma diminuição de arrecadação na ordem de 15,10%.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
(LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso IV)

1. HISTÓRICO E ABRANGÊNCIA

A gestão eficiente do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Pará é pauta prioritária para o governo, uma vez que assegura a concessão de benefícios previdenciários aos segurados e seus dependentes nos momentos de maior vulnerabilidade social, como nos eventos de incapacidade permanente, morte ou idade avançada.

Dante da relevante finalidade dos recursos geridos pelos regimes próprios de previdência social, bem como da necessidade de serem estabelecidas normas gerais de organização e funcionamento das entidades gestoras desses regimes foi aprovada a Lei Federal nº. 9.717, de 27 de novembro de 1998.

A citada legislação introduziu regras de contabilidade e atuarial que devem ser observadas por todas as entidades gestoras, no intuito de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos de previdência e viabilizar o cumprimento dos compromissos presentes e futuros aos beneficiários de tais regimes.

A Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, trouxe as regras para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos de todas as esferas de governo, estabelecendo normas gerais de contabilidade e atuarial que devem ser observadas por todas as entidades gestoras, no intuito de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos de previdência e viabilizar o cumprimento dos compromissos aos beneficiários de tais regimes.

Em sequência, a Emenda Constitucional nº. 20, de 15 de dezembro de 1998, em seu artigo 40 e, posteriormente, a Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003, consolidaram a instituição dos Regimes Próprios de Previdência Social ao estabelecerem que "aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado o Regime de Previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial".

No âmbito estadual, o sistema previdenciário dos servidores públicos foi estruturado a partir da Lei Complementar nº. 39, de 09 de janeiro de 2002. Em seguida, por meio da Lei Complementar nº. 44/2003 foi criado o Igeprev, autarquia estadual com personalidade jurídica de direito público, responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará, bem como pelo acompanhamento e controle do Plano de Custeio Previdenciário e pelo gerenciamento do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará - Finanprev e o Fundo Previdenciário do Estado do Pará - Funprev, sob a orientação superior do Conselho Estadual de Previdência - CEP.

1.1. REGRAS EXCEPCIONAIS DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO ESTADUAL

1.1.1. Sistema de Proteção Social dos Militares

Os militares estaduais antes vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado passaram a ser regidos pelo Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), instituído pela lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Assim, conforme legislação atual, eles não integram mais o RPPS/PA.

Na referida lei não há exigência quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial desse sistema, no entanto, a responsabilidade financeira e fiscal é inerente a qualquer despesa pública, independentemente de sua natureza específica. Assim, persiste a necessidade de se gerir com responsabilidade os recursos provenientes das contribuições (militar e patronal) no intuito de garantir a manutenção dos pagamentos dos proventos de inatividade e pensão e auxílio por morte e especial aos seus dependentes.

Portanto, no presente documento, também, será apresentado o resultado atuarial do Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, para fins de acompanhamento dos órgãos de controle e transparência à sociedade.

Na esfera estadual, o SPSM foi criado a partir da Lei Complementar nº. 142, de 16 de dezembro de 2021, que alterou e revogou alguns dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 039, de 09 de janeiro de 2002, da Lei Estadual nº 4.491 de 28 de novembro de 1973, da Lei Estadual nº 5.162-A de 16 de outubro de 1984 e da Lei 5.251, de 31 de julho de 1985.

O Sistema de Proteção Social dos Militares visa prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios relativos à inatividade (reserva remunerada/reforma) e à pensão militar. O citado sistema está vinculado ao Igeprev, que passa a denominar-se IGEPPS (Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará), ao qual compete gerir os

benefícios referentes à inatividade e pensão militares, sob a orientação superior do Conselho Estadual de Previdência e Proteção Social.

No intuito de regulamentar o novo sistema foi publicada a Lei Estadual nº. 9.387, de 16 de dezembro de 2021, que trouxe adequações necessárias em alguns dispositivos da Lei Estadual nº. 6.564, de 1º de agosto de 2003, no tocante à criação da Diretoria de Proteção Social dos Militares, a qual passou a compor a Diretoria Executiva do Instituto (IGEPPS) juntamente com os cargos comissionados de Presidente, Diretor de Administração e Finanças, Diretor de Previdência e Procurador-Chefe, que deverão ter reputação ilibada, formação em nível superior e elevado conceito no campo de sua especialidade.

Dito de outro modo, os procedimentos operacionais relativos à concessão e pagamento das reservas remuneradas, reformas e pensões por morte e especial da categoria militar continuam a ser geridos pelo IGEPPS, bem como a gestão contábil e o acompanhamento do plano de custeio do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará. Na prática, houve alteração da natureza dos benefícios que deixam de ser previdenciários e passam a serem custeados pela contribuição dos militares e pelo Tesouro Estadual.

1.1.1. Outros pagamentos e serviços de natureza não previdenciária

Além de gerir os benefícios decorrentes do Sistema de Proteção Social dos Militares, o IGEPPS também realiza a gestão contábil e financeira de outros benefícios de natureza assistencial e não previdenciária. São eles: pensão especial militar (a partir do mês de junho do exercício de 2022), auxílio funeral de inativos civis, salário família e às Requisições de Pequeno Valor - RPV, pensão especial, auxílio morte e auxílio-doença. Inclusive a partir de 2024, foi configurada uma UG 840250 para execução orçamentária e financeira de despesas não previdenciárias, cuja denominação é Encargos Administrativos IGEPPS.

2. CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA E DO SPSM

O plano previdenciário e o plano de benefícios do SPSM instituídos garantem aos servidores públicos e militares estaduais os seguintes benefícios:

a) Civis:

No tocante aos segurados: aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e por idade, aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho e aposentadoria compulsória. Em relação aos dependentes: pensão por morte e a pensão por ausência.

b) Militares (SPSM):

No tocante aos militares: reserva remunerada a pedido, reserva remunerada "ex officio", reforma "ex officio" por invalidez e reforma "ex officio" por idade. Em relação aos dependentes: pensão por morte, pensão especial e a pensão por ausência.

1.2 SINGULARIDADES DA CONTABILIDADE PÚBLICA APLICADA AOS REGIMES PRÓPRIOS

Apesar das unidades gestoras dos Regimes Próprios de Previdência Social serem parte integrante da administração direta ou indireta do ente público que as instituiu (União, Estado, Distrito Federal ou Município), elas guardam singularidades no tocante às regras de contabilidade pública aplicadas, especialmente relativas aos seguintes aspectos (LIMA E GUIMARÃES, 2009):

(a) visão de longo prazo: a preocupação é que a entidade se perpetue, para que seja possível o cumprimento do seu objeto social.

(b) foco no patrimônio: diferentemente da maioria dos órgãos públicos, a preocupação dos RPPS não está voltada exclusivamente para a execução orçamentária e financeira, mas também para o fortalecimento de seu patrimônio, objetivando garantir as condições de honrar os compromissos previdenciários sob sua responsabilidade.

(c) trazer as provisões para o balanço: as provisões atuariais constituidas são fundamentais, para aferir a capacidade de os RPPS garantirem a cobertura dos compromissos assumidos no momento do ingresso do servidor ao regime.

(d) taxa de administração: a unidade gestora dos RPPS dispõe de um limite de recursos para fazer face aos seus gastos administrativos, que pode ser controlado em conta contábil específica (em caso de opção) e com possibilidade de acumulação, a fim de constituir reserva, para utilização em exercícios posteriores (em caso de alíquota expressamente definida).

(e) carteira de investimentos – objetivando garantir a segurança, a rentabilidade, a solvência e a liquidez dos ativos, ou seja, a sustentabilidade do regime, os recursos disponíveis dos RPPS devem ser aplicados conforme as condições preestabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, mediante resoluções atualizadas, para que se mantenham as melhores remunerações e os menores riscos para os ativos financeiros dos RPPS.

1.3 CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA ESTADUAL

O financiamento dos benefícios previdenciários do RPPS do Estado do Pará é realizado por dois fundos, ambos de natureza contábil:

✓ Finanprev¹, vinculado ao IGEPPS, gerido em regime de luxo de caixa ou repartição simples, constituído por recursos arrecadados das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas (segurado), bem como do Estado (patronal). A finalidade desse fundo é prover recursos para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte aos beneficiários civis do RPPS Estadual.

A Lei Complementar n 112/2016 que alterou a data da segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos Segurados e do Patronal do Funprev para o Finanprev, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016.

Ressalta-se, que diante da insuficiência de recursos, o Tesouro Estadual aporta ao Finanprev, mensalmente, valores complementares para cumprir as obrigações com a massa de servidores inativos e pensionistas a ele vinculados.

✓ Funprev², vinculado ao IGEPPS, gerido em regime de capitalização das contribuições dos servidores e do Estado, em que os recursos são aplicados em ativos financeiros comercializados por entidades públicas e privadas do mercado financeiro, formando as reservas necessárias ao pagamento dos compromissos futuros.

O Funprev é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização, cuja finalidade é prover recursos, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, pensão, reserva remunerada e reforma aos segurados do Regime de Previdência Estadual que ingressaram no Estado, a partir de 01 de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar n.º 112/2016.

1.3.1 Histórico das Alíquotas de contribuição do RPPS/PA

As receitas dos Fundos têm suas origens asseguradas pelas seguintes contribuições: Estado, Autarquias, Fundações, servidores efetivos, dotações previstas na LOA, créditos adicionais, produto da alienação de bens que lhe forem destinados, rendimentos de seu patrimônio, recursos de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços,

recursos de operações de crédito, compensação previdenciária com o RGPS, legados e rendas extraordinárias ou eventuais, bem como, pelos aportes repassados pelo governo do Estado para cobertura de eventuais insuficiências financeiras que venham a ocorrer.

Desde a instituição do Regime Próprio de Previdência Estadual as alíquotas de contribuição previdenciária (Segurado e Patronal) vêm sendo majoradas na tentativa de minimizar o déficit da previdência pública estadual, desonerar o Tesouro Estadual e contribuir para o alcance do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

1.3.1.1 Contribuição dos servidores públicos ativos, militares ativos, inativos civis, pensionistas civis e inativos militares (Código 0254 - Segurado)

1.3.1.1.1 FINANPREV

a) Janeiro de 2002 (LC39/02) a Abril de 2005 (LC49/05):

- Contribuição mensal dos segurados ativos à razão de 8% (oito por cento) sobre a parcela da remuneração ou subsídio;

Os pensionistas militares eram isentos de contribuição para a previdência.

b) Abril de 2005 (LC49/05) a Abril de 2020 (LC128/20):

- Contribuição dos segurados ativos, à razão de 11% (onze por cento) sobre a totalidade da base de contribuição;

• Contribuição dos inativos e pensionistas civis, à razão de 11% sobre a parcela dos proventos que excedia o teto do RGPS. Houve período excepcional de abril de 2005 a janeiro de 2006, no qual os inativos e pensionistas civis contribuíram na base de 11%, incidentes sobre a parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que superassem 50% do teto do RGPS.

- No caso de invalidez comprovada, nos termos da lei, percentual de 11% incidia sobre o dobro do teto do RGPS.

• Os inativos e pensionistas militares eram isentos de contribuição para a previdência.

c) A partir de Abril de 2020 (LC 128/20):

- Contribuição dos servidores públicos ativos à razão de 14% (catorze por cento) sobre a totalidade da base de contribuição.

• Contribuição dos servidores públicos inativos e respectivos pensionistas, excluídos os inativos e pensionistas militares, à razão de 14% (catorze por cento), sobre a parcela dos proventos de aposentadoria e pensão que supere o teto do RGPS.

- A categoria militar passou a ser regida por normas específicas aqui demonstradas em subitem específico.

1.3.1.1.2 Funprev

a) Janeiro de 2002 (LC39/02) a Abril de 2005 (LC49/05):

• Contribuição mensal do Estado através dos órgãos dos Poderes Executivo, suas Autarquias e Fundações públicas, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas, à razão de 16% (dezesseis por cento) da remuneração e subsídios.

b) Abril de 2005 (LC49/05) a Abril de 2020 (LC128/20):

• Contribuição mensal do Estado, à razão de 11% de que trata o inciso III deste artigo, relativa aos servidores que ingressaram no Estado após 11 de janeiro de 2002, obedecerá à mesma razão de contribuição estabelecida para os segurados ativos.

c) A partir de Abril de 2020 (LC49/05):

• Contribuição mensal do Estado, por intermédio dos órgãos do Poder Executivo, suas autarquias, inclusive as de regime especial, e fundações, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e dos Ministérios Públicos junto aos Tribunais de Contas e dos Tribunais de Contas, relativa aos segurados civis vinculados ao FUNPREV, à razão de 14% (catorze por cento), incidentes sobre a mesma base de cálculo das contribuições dos respectivos servidores públicos, ativos e inativos, e pensionistas.

1.3.1.2 Alíquotas dos Militares do Estado do Pará

No que concerne aos militares estaduais, destaca-se que, por força do art. 24-C do Decreto-Lei nº 667/69 (com redação dada pela Lei Federal nº 13.954/19), e por determinação da PGF/PA, passaram a ser aplicadas aos militares ativos, inativos e seus pensionistas, a partir de abril/2020, alíquotas iguais à aplicável às Forças Armadas, no percentual de 9,5% (nove e meio por cento) até dezembro de 2020 e a partir de janeiro de 2021 foi majorada para 10,5%, nos termos da legislação federal.

No período de abril de 2020 a dezembro de 2020, o SPSN ainda estava em fase de estruturação, por esta razão a Contribuição do Estado (Patronal) foi aplicada, provisoriamente, nos mesmos parâmetros aplicados aos civis, ou seja, Militares Finanprev – 18% e Militares Funprev – 11%.

No ano de 2021, em virtude do texto da lei federal e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP 2021 terem sido omitidos no que tange às alíquotas pertinentes ao desconto patronal dos militares, a Secretaria da Fazenda Estadual – SEFA/PA concluiu que não era devida

¹ Constituído pelos servidores efetivos que ingressaram no serviço público até 29.12.2016.

² Constituído pelos servidores efetivos que ingressaram no serviço público após 01.01.2017.

a cobrança de tal contribuição, as quais, inclusive, não estavam contempladas nos cálculos contábeis referentes à execução da despesa e da receita de contribuições patronais relativas à categoria militar.

A partir da LC nº. 142/2021, os militares (ativos, reserva, reforma e pensionistas) foram formalmente absorvidos pelo Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM, passando a pertencer a UG específica, totalmente apartada dos fundos financeiro e previdenciário, além de ser dotado de independência patrimonial e financeira.

Portanto, a contar de janeiro de 2022, a contribuição dos militares ativos, inativos e dos beneficiários de pensão por morte militar à razão de 10,5% (dez inteiros e cinco décimos por cento) sobre a totalidade da base de contribuição e a contribuição mensal do Estado, à razão de 18% (dezoito por cento), incidente sobre a mesma base de cálculo das contribuições dos segurados. No caso de insuficiência de recursos, deve o Estado, via contribuição complementar, cobrir a diferença entre o valor das contribuições (segurado e patronal) arrecadadas no mês anterior, e o valor necessário ao pagamento dos benefícios.

1.3.1.3 Contribuição Previdenciária de servidor afastado por licença com vencimento

A LC nº 128/2020 introduziu a obrigatoriedade de recolhimento previdenciário por parte dos servidores licenciados sem vencimentos. Isto porque, estabelece os artigos 91-A e 92-A, da LC nº 39/2002, que durante o período de licença sem remuneração, o vínculo do servidor com o RPPS Estadual se mantém, razão pelo que o segurado em gozo de licença sem remuneração contribuirá para o regime durante o período de afastamento, recolhendo a contribuição (segurado e patronal), diretamente ao IGEPPS, por meio de documento próprio de arrecadação.

Além disso, apesar dos artigos 87 e 88 da Lei Complementar nº 39/2002 estabelecerem em seus textos que as contribuições previdenciárias do Estado aquelas devidas pelos segurados serão recolhidas ao IGEPPS até o 12º (décimo segundo) dia do mês subsequente, em virtude da Emenda Constitucional nº 77/2020, a partir da competência Abril/2020, entrou em vigor mudança em relação a data limite para que sejam realizados os repasses das contribuições previdenciárias ao IGEPPS, por intermédio dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, das autarquias e das fundações públicas do Estado do Pará.

Neste sentido, a redação do artigo 218 da Constituição do Estado do Pará, trazida com a emenda constitucional nº 77/2020 (artigo 19), determina o repasse das contribuições segurado e patronal até o dia 10 do mês subsequente.

1.4 GESTÃO ÚNICA DO RPPS

A Lei nº. 9.717/98 e, posteriormente, a introdução do §20 no art. 40 da CF/88 pela EC nº. 41/2003 vedam a existência de mais de um regime próprio de previdência social, para os servidores públicos titulares de cargos efetivos no âmbito da União, de cada ente federativo e dos Municípios, bem como proíbe que seja instituída mais de uma unidade gestora para este regime.

A citada exigência representa um grande desafio para a União, Estados e Municípios que, historicamente, realizam a gestão da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas de maneira segregada, seja por poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), seja por órgãos distintos, no âmbito de um mesmo poder.

A importância da gestão única dos benefícios previdenciários é inquestionável, uma vez que assegura maior controle dos dados funcionais, financeiros, previdenciários e fiscais dos servidores públicos, evitando a aplicação de entendimentos, rotinas e procedimentos diversos para concessão, manutenção e extinção de benefícios previdenciários.

Ademais, a gestão única do RPPS contribui para o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, além de cobrir/minimizar a ocorrência de fraudes e facilitar o controle e fiscalização realizada pelos órgãos de controle interno e externo.

Dessa forma, a convergência das bases de dados cadastrais para o órgão Gestor Único Previdenciário (IGEPPS) passou a ser objetivo central das ações do Poder Executivo.

A atual gestão do IGEPPS vem atuando junto aos Poderes Legislativo, Judiciário e demais Órgãos Auxiliares para obtenção de acesso aos dados cadastrais dessas instituições e, posteriormente, viabilizar o processamento da Folha de Inativos e pensionistas pendentes de migração. Como exemplo, destaca-se a parceria firmada entre IGEPPS e demais Poderes, unindo esforços quanto à realização do Censo de ativos e inativos.

3. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS 2022-2024

PLANO FINANCEIRO (FUNDO EM REPARTIÇÃO)

AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)	2022	2023	2024
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			RS milhares
RECEITAS CORRENTES (VIII)	2.800.215	3.805.938	3.718.893
Receita de Contribuições dos Segurados	1.900.761	1.167.153	1.172.468
Civil	1.000.111	1.167.153	1.172.468
Ativo	811.866	941.824	920.836
Inativo	163.329	209.083	206.382
Pensionista	33.046	37.246	36.250
Receita de Contribuições Patronais	1.613.067	1.913.993	1.967.748
Civil	1.613.067	1.913.993	1.967.748
Ativo	1.301.590	1.504.814	1.491.403
Inativo	259.133	347.054	413.968
Pensionista	52.384	62.125	62.267
Receita Patrimonial	41.556	421.011	49.983
Receita Imobiliária	-	-	-
Receita de Valores Mobiliários	41.556	421.011	49.983
Outras Receitas patrimoniais	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	137.411	283.781	528.894
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	135.061	275.697	53.426
Demais Receitas Correntes	2.350	8.094	475.268
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS	2.800.215	3.805.938	3.718.893
(X) = (VIII)+(IX)			

Fonte: RREO, BO e IGEPPS (Nuplan e Coaf).

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES

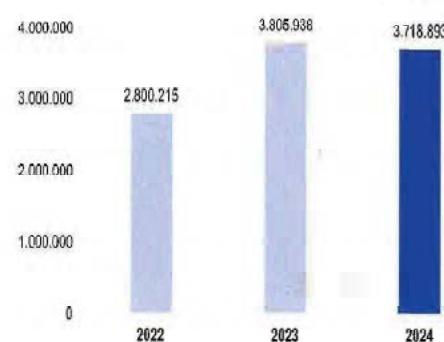
PLANO FINANCEIRO (FUNDO EM REPARTIÇÃO)

AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)	2022	2023	2024
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			RS milhares
PREVIDÊNCIA (XII)	3.913.827	4.643.455	4.924.615
Benefício-Civil	3.850.978	4.428.366	4.893.916
Aposentadoria	3.178.602	3.708.898	4.123.644
Pensões	672.376	719.468	770.272
Aposentadoria e Pensões - DEA	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras despesas Previdenciárias	62.849	215.089	30.899
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	62.849	215.089	30.899
Patronal	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS(XIII)=(XII)+(XII)	3.913.827	4.643.455	4.924.615
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV)=(X-XII)	-1.113.611	-837.516	-1.205.721
APORTES DE RECURSOS PARA O FINANPREV	2022	2023	2024
Recursos para cobertura de insuficiência financeira	991.272	846.851	893.193
Aporte de Rendimentos previsto no art. 6º da LC 115/17	-	-	-
Outros Aportes para RPPS	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	206.767	246.313	337.408
Investimento e Aplicação	422.263	439.311	2.544
Outros Bens e Direitos	-	-	-

Fonte: RREO, BO e IGEPPS (Nuplan e Coaf).

Ao avaliar os dados do RREO do Plano Financeiro de 2024, observa-se que houve uma variação negativa no total da Receita Previdenciária em comparação aos anos anteriores, sendo 2,29% a menor em relação a 2023 e 32,81% a maior quando comparado ao ano de 2022.

Gráfico 1: Evolução da receita previdenciária do Fundo Financeiro 2022-2024



Fonte: Coaf/IGEPPS.

A variação da rentabilidade dos investimentos no Finanprev em 2024 apresentou resultado positivo. Entretanto, ao comparar o exercício de 2024 com 2023 observou-se a variação da rentabilidade menor em 88,13% e de 2023 para 2022, um aumento de 913,12%.

Considerando o advento da Lei Complementar nº 125/2019, na qual prevê que os resultados dos investimentos do Funprev são apurados e transferidos na íntegra para o Finanprev, com a finalidade de utilização imediata nas folhas de pagamentos de benefícios previdenciários do mês subsequente a apuração. A discrepância apontada no gráfico abaixo nos anos de 2022 e 2024, comparativamente ao exercício de 2023, refere-se a mudança do roteiro contábil, no qual era efetuado uma ordem bancária que debitava no Funprev e creditava no Finanprev, ocasionando um deslocamento de receitas entre o Fundos. Assim, no exercício de 2024 o referido roteiro foi ajustado e não há mais o deslocamento de receitas.

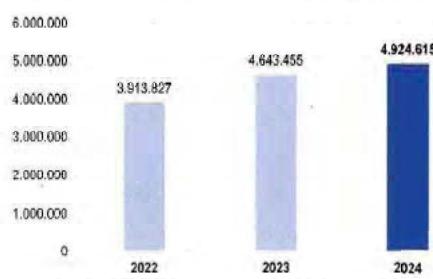
Gráfico 2: Evolução da rentabilidade dos investimentos no Fundo Financeiro



Fonte: Coaf/IGEPPS.

Com relação à Despesa Previdenciária ao Fundo Financeiro observa-se que em 2024 houve uma variação de 6,05% para mais em comparação ao ano de 2023 e uma variação de 25,83% a maior em relação às despesas previdenciárias de 2022. A variação da despesa entre os exercícios 2023-2022 representa uma variação negativa de 15,71%.

Gráfico 3: Evolução da despesa previdenciária do Fundo Financeiro 2022-2024



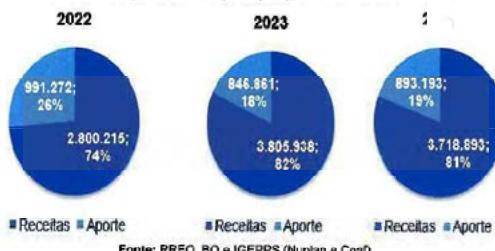
Fonte: Coaf/IGEPPS.

O Resultado Previdenciário do RPPS do Estado do Pará do Plano Financeiro vem apresentando um sistema deficitário nos anos 2022, 2023 e 2024 nos valores de R\$ -1.113.611,00, R\$ -837.516,00 e R\$ -1.205.721, respectivamente. Na comparação 2024-2023, o resultado previdenciário demonstrou variação negativa de 43,96%.

Ressalte-se que o aumento significativo da receita no Fundo Financeiro - Finanprev originou-se em 2017, com o surgimento da Lei Complementar 112/2016, que alterou a data de corte da segregação de massa e possibilitou a migração da receita dos servidores que outrora pertenciam ao Fundo previdenciário - Funprev, para o Finanprev, com o intuito de reduzir o déficit da previdência estadual e o Aporte do Tesouro Estadual. Destaca-se ainda que o aumento da receita previdenciária se deu em função da reforma da previdência que majorou as alíquotas de 11% para 14% segurado e 18% para 23% patronal (Finanprev), e 11% para 14% segurado e 11% para 14% patronal (Funprev).

Como o Finanprev é um fundo em extinção, há uma tendência de redução no valor das contribuições com o ingresso de segurados para a inatividade e/ou com a concessão de benefícios de pensões, ocasionando a necessidade da cobertura do déficit previdenciário por meio da complementação do Tesouro Estadual em níveis crescentes. A velocidade com que ocorrerá a elevação do déficit depende do fluxo dos benefícios de Aposentadoria e Pensão.

Figura 1: Evolução da participação dos aportes para cobertura do déficit na despesa total previdenciária (Finanprev), 2022-2024



Fonte: RREO, BO e IGEPPS (Nuplan e Coaf).

O percentual da receita de contribuição do regime de repartição simples, no total das despesas previdenciárias para os anos de 2022 a 2024 é apresentado na figura acima e mostra que em 2024, o aporte para cobertura de déficit efetuado pelo governo ficou em 19%.

Esses números mostram que em cada R\$1,00 gasto com o sistema previdenciário estadual em 2024, as contribuições dos segurados e patronal contribuirão com aproximadamente R\$0,81 e o tesouro estadual com aproximadamente R\$0,19. Ao analisar o ano de 2024 em relação ao ano de 2023, nota-se um aumento no aporte em 5,47%.

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO RÉGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)

AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)	2022	2023	2024	R\$ milhares
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	385.395	392.628	566.364	
RECEITAS CORRENTES (I)	79.045	108.707	121.586	
Receita de Contribuições dos Segurados Civil	79.045	108.707	121.586	
Ativo	79.045	108.707	121.586	
Inativo				
Pensionista			104	
Receita de Contribuições Patronais Civil	72.012	112.295	123.660	
Ativo	72.012	112.295	123.660	
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial	234.338	171.626	321.116	
Receita Imobiliária				
Receita de Valores Mobiliários	234.338	171.626	321.116	
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (II)				
Alteração de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de empréstimo				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS	385.395	392.628	566.364	

Fonte: RREO, BO e IGEPPS (Nuplan e Coaf).

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RÉGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES

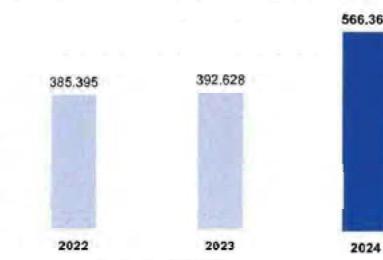
PLANO PREVIDENCIÁRIO (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)

AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)	2022	2023	2024	R\$ milhares
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS – (III)-(I+II)	191.110	170.292	110.212	
ADMINISTRAÇÃO (IV)				
Despesas Correntes				
Despesa de Capital				
PREVIDÊNCIA (V)	194.284	222.337	456.152	
Benefício – Civil	585	883	1.096	
Aposentadoria				
Pensões	585	883	1.096	
Aposentadoria e Pensões - DEA				
Outros Benefícios Previdenciários				
Outras despesas Previdenciárias	193.699	221.454	455.056	
Compensação Prev. do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias	193.699	221.464	456.066	
Patronal				
TOTAL DAS DESPESAS (VI)=(V+V)	194.284	222.337	456.152	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	191.110	170.292	110.212	
RECURSOS RPPS ARREC. NO EXERCÍCIO ANTERIOR	282.507			
VALOR				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024	
VALOR	107.718	493.492	364.151	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNPREV	2022	2023	2024	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS				
Plano de amortização – Contribuição Patronal Suplementar				
Plano de amortização – Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outros Aportes para o RPPS				
Recurso para Cobertura de Déficit Financeiro				
BENS E DIREITOS DO RPPS	2022	2023	2024	
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.212	89.634	42.449	
Investimento e aplicações	4.176.460	4.206.902	4.344.219	
Outros bens e Direitos	-	22.291-	220.723	

Fonte: RREO, BO e IGEPPS (Nuplan e Coaf).

Ao avaliar os dados do RREO do Plano Previdenciário de 2024, observa-se que houve uma variação positiva no total da Receita Previdenciária em comparação aos anos anteriores, sendo 44,25% a maior em relação a 2023 e 46,96% a maior quando comparado ao ano de 2022.

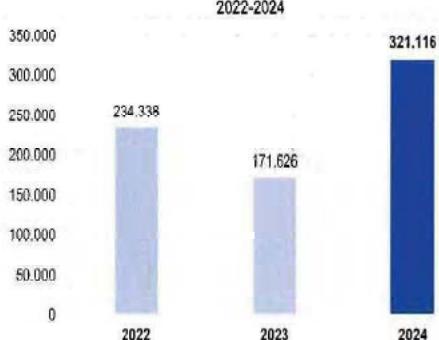
Gráfico 4: Evolução da receita previdenciária do Fundo previdenciário 2022-2024



Fonte: Coaf/IGEPPS.

A variação da rentabilidade dos investimentos do Funprev no exercício 2024, foi positiva em comparação aos exercícios anteriores, com percentual de 87,10% a maior em relação a 2023 e 37,03% comparado a 2022. Em relação ao período 2023-2022, a variação da rentabilidade dos fundos foi negativa, com percentual de aproximadamente 26,76% para menos.

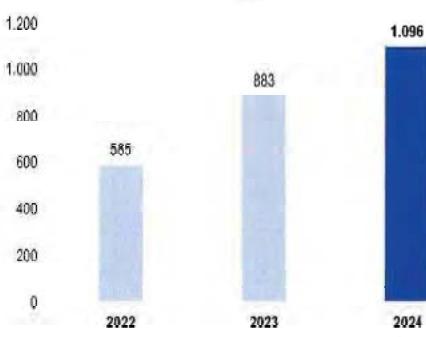
Gráfico 5: Evolução da rentabilidade dos investimentos do Funprev 2022-2024



Fonte: COAF/IGEPPS.

Com relação à Despesa Previdenciária ao Plano Previdenciário observa-se que em 2024, houve uma variação de 24,12% para mais em comparação ao ano de 2023 e 87,35% a maior em relação às despesas previdenciárias de 2022. A variação da despesa entre os exercícios 2023-2022, representa uma variação positiva de 50,94%, conforme demonstrado abaixo.

Gráfico 6: Evolução da despesa previdenciária do Fundo Previdenciário 2022-2024



Fonte: COAF/IGEPPS.

O Resultado Previdenciário do RPPS do Estado do Pará do Plano Previdenciário vem apresentando um sistema superavitário nos anos 2022,2023 e 2024, nos valores de R\$191.110 milhões, R\$170.292 milhões e R\$110.212 milhões, respectivamente.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES

SPSM (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)

AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)	R\$ milhares		
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (VII)	708.862	885.990	933.508
Receita de Contribuições dos Militares	708.862	885.990	933.508
Militar	708.862	885.990	933.508
Ativo	329.677	382.051	386.053
Inativo	303.791	410.894	465.003
Pensionista	76.501	86.366	79.975
Outras Receitas de Contribuição	2.953	4.679	2.477
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII)	708.862	885.990	933.508

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III)=(I+II)	2022	2023	2024
PREVIDÊNCIA (V)	1.699.231	2.011.704	2.207.630
Inativos	1.371.604	1.626.323	1.840.496
Pensionistas	277.397	313.229	380.777
Outras despesas Previdenciárias	50.230	63.152	6.357
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(V+V)	1.699.231	2.011.704	2.207.630

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	-990.369	-1.125.713	-1.274.121

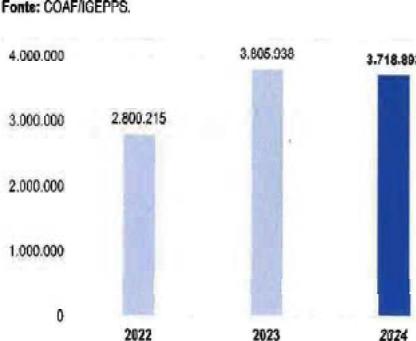
TRANSFERÊNCIA DO TESOURO PARA O SPSM	2022	2023	2024
Recursos para o Sistema de Proteção Social dos Militares	1.014.484	1.111.447	1.271.069
Outras transferências	-	631	1.272

BENS E DIREITOS DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimento e aplicações	-	-	-
Outros bens e Direitos	-	-	-

Fonte: RREO, BO e IGEPPS (Nuplan e Coaf).

Ao avaliar os dados do RREO do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) de 2023, observa-se que houve uma variação positiva no total da Receita dos Militares ao RPPS do Estado do Pará em comparação aos anos anteriores, sendo 5,36% a maior em relação a 2023, e 31,69% a maior quando comparado ao ano de 2022.

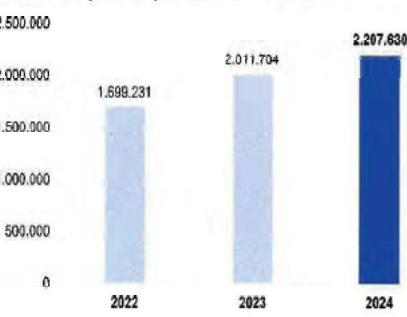
Gráfico 7: Evolução da receita dos Militares 2022-2024



Fonte: COAF/IGEPPS.

Com relação à Despesa Previdenciária dos Militares ao RPPS do Estado do Pará, observa-se que em 2024, houve uma variação de 9,74% para mais em comparação ao ano de 2023 e uma variação de 29,92% a maior em relação às despesas previdenciárias de 2022. A variação da despesa entre os exercícios 2023-2022 representa uma variação positiva de 18,39%.

Gráfico 8: Evolução da despesa dos Militares 2022-2024



Fonte: COAF/IGEPPS

O Resultado Previdenciário do RPPS do Estado do Pará do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) em 2024, apresenta um sistema deficitário, no valor de R\$ -1.274.121 milhões. O Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) foi segregado em 2021 do Finanprev/Funprev em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 27/1969 (RREO-Sefaz/PA, 2021).

2. PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

O Demonstrativo apresenta a Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Estado do Pará, estimando ao longo de 75 anos os fluxos monetários dos repasses de contribuição patronal, das receitas e despesas previdenciárias com pagamento de benefícios, de acordo com o disposto no Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da lei Complementar nº 101/2000. Esse demonstrativo permite a visualização das insuficiências financeiras esperadas para cada exercício futuro.

Para a elaboração da Projeção Atuarial foram utilizados os dados constantes da Avaliação Atuarial para o exercício 2025, em consonância com as normas e critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. Tendo como principais informações os números relativos à situação atuarial do Estado referente às despesas e receitas previdenciárias com os servidores dos Poderes e órgãos autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (MP-TCM), Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado (MP-TCE).

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006 e LC nº 128/2020, organiza o sistema previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS:

- Regime Orçamentário, em extinção, destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016 denominado Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará – Finanprev; e
- Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017 denominado Fundo Previdenciário do Estado do Pará – Funprev.

3. BASE DE DADOS UTILIZADA NO CÁLCULO ATUARIAL

Os valores projetados tomaram como base os seguintes dados abaixo relacionados:

Tabela 1 - Quantitativo dos servidores ativos, inativos e pensionistas por fundo - base: Set/2024

SERVIDORES - CIVIS	QUANTIDADE		TOTAL
	FINANPREV	FUNPREV	
ATIVOS	55.168	10.658	65.826
INATIVOS	33.220	6	33.224
PENSIONISTAS	9.292	89	9.381
TOTAL	97.688	10.753	108.441

Fonte: INOVE Consultoria Financeira e Atuarial/Avaliação Atuarial - 2025.

Tabela 2 - Quantitativo dos servidores militares ativos, inativos e pensionistas - base: Set/2024

SERVIDORES - MILITARES	QUANTIDADE
ATIVOS	17.378
INATIVOS	10.809
PENSIONISTAS	4.256
TOTAL	32.441

Fonte: INOVE Consultoria Financeira e Atuarial/Avaliação Atuarial - 2025.

As premissas utilizadas na elaboração dos cálculos foram as seguintes:

a) Hipóteses Financeiras:

- Para os servidores abrangidos pelo Finanprev, o regime financeiro é o de Repartição Simples;
- Para os servidores abrangidos pelo Funprev, o regime financeiro é o de Capitalização;
- Taxa de juros - Finanprev: usou-se a taxa de 6,14% a.a.;
- Taxa de juros - Funprev: usou-se a taxa de 4,82% a.a.;
- Taxa de juros - SPSM: usou-se a taxa de 4,93% a.a.;
- Crescimento salarial: a taxa de crescimento real das remunerações de 1,00% ao ano;
- Crescimento salarial benefício: a taxa de crescimento real dos benefícios de 0% ao ano;
- Taxa administrativa: 2% sobre salários e benefícios;
- Idade de início da fase de contribuição para regime previdenciário: 25 anos;
- Indexador do RPPS: IPCA;
- Teto do RGPS: R\$ 7.786,02;
- Alíquota civil - Finanprev
 - 14,00% para os servidores ativos, aposentados e pensionistas;
 - 23,00% a título de contribuição normal para o Tesouro Estadual.
- Alíquota civil - Funprev
 - 14,00% para os servidores ativos, aposentados e pensionistas;
 - 14,00% a título de contribuição normal para o Tesouro Estadual.
- Alíquota militar - SPSM
 - 10,50% para os militares ativos, reserva/reforma e pensionistas;

b) Hipóteses Biométricas

- Novos Entrados (Funprev): Grupo aberto;
- Novos Entrados (Finanprev): Grupo fechado;
- Novos Entrados (SPSM): Grupo aberto;
- Tábua de Mortalidade de Válido (fase laborativa): IPEA-NS/IPEA-NS;
- Tábua de Mortalidade de Válido (fase pós-laborativa): IPEA-NS/IPEA-NS;
- Tábua Entrada em Invalides: ALVARO VINDAS;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: IPEA-NS/IPEA-NS;

c) Hipóteses para cálculo dos Benefícios

- Para os Civis foram utilizadas as regras constantes na emenda constitucional do Estado do Pará nº 77 de 23/12/2019;
- Para os Militares foram utilizadas as regras constantes na Lei Complementar nº 142 de 16 de dezembro de 2021.

4. RESULTADOS ATUARIAIS DO FINANPREV, FUNPREV E SPSM

BALANÇO ATUARIAL	
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - FUNPREV	
31/12/2024	
SERVIDORES ATIVOS ATUAIS	GERAÇÃO ATUAL
RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B)	63.826.571,74
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (A)	-5.968.018,84
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (B)	69.794.590,58
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (C)	4.342.922.859,38
RESULTADO ATUARIAL (C - A - B)	4.279.096.287,64

Fonte: Inove Consultoria Atuarial

Verificamos que o Balanço Atuarial do Plano Previdenciário dos Servidores Civis obteve um superávit atuarial de R\$ 4.279.096.287,64 ao confrontarmos as obrigações previdenciárias representadas pelas Reservas Matemáticas Totais com o Patrimônio Líquido em 31/12/2024.

BALANÇO ATUARIAL	
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - FINANPREV	
31/12/2024	
SERVIDORES ATIVOS ATUAIS	31/12/2024
RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B)	89.224.031.303,75
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (A)	34.003.012.578,37
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (B)	55.131.018.725,38
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (C)	0,00
RESULTADO ATUARIAL (C - A - B)	-89.224.031.303,75

Fonte: Inove Consultoria Atuarial

Observamos que o Balanço Atuarial do Plano Financeiro dos Servidores Civis obteve um déficit atuarial de R\$ 89.224.031.303,75 ao confrontarmos as obrigações previdenciárias representadas pelas Reservas Matemáticas Totais com o Patrimônio Líquido em 31/12/2024.

BALANÇO ATUARIAL	
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - SPSM	
31/12/2024	
SERVIDORES ATIVOS ATUAIS	GERAÇÃO ATUAL
RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B)	25.118.011.556,90
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (A)	0,00
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (B)	25.118.011.556,90
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (C)	0,00
RESULTADO ATUARIAL (C - A + B)	-25.118.011.556,90

Fonte: Inove Consultoria Atuarial

Notamos que o Balanço Atuarial do Sistema de Proteção Social dos Militares obteve um déficit atuarial de R\$ 25.118.011.556,90 ao confrontarmos as obrigações previdenciárias representadas pelas Reservas Matemáticas Totais com o Patrimônio Líquido em 31/12/2024.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2024-2029

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
EXERCÍCIO	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		R\$ 1,00
	(a)	(b)	
2024	245.249.255,56	1.096.241,02	244.153.014,54
2025	465.745.678,66	29.261.668,77	436.484.010,89
2026	508.813.894,11	31.381.852,56	477.431.731,55
2027	532.754.260,87	33.118.164,85	499.636.096,02
2028	557.849.013,42	36.833.181,73	519.015.831,69
2029	582.752.271,64	42.503.389,91	540.248.881,73
2030	609.313.107,95	45.462.883,07	563.050.114,58
2031	637.281.910,35	49.772.984,71	587.509.515,64
2032	666.051.638,76	54.451.616,51	611.600.022,45
2033	695.983.020,98	60.865.925,94	635.117.095,02
2034	726.536.000,86	66.161.473,39	660.519.827,47
2035	758.858.417,79	72.944.859,40	685.913.786,39
2036	791.866.045,86	81.429.402,09	710.436.663,77
2037	825.878.045,06	91.304.873,04	734.484.072,01
2038	860.647.152,55	101.074.656,29	759.572.496,26
2039	896.630.735,87	115.160.121,76	781.470.813,91
2040	932.519.013,15	129.095.639,54	803.423.373,81
2041	969.568.206,34	146.143.313,68	823.424.862,86
2042	1.006.809.132,24	167.420.749,81	839.388.382,43
2043	1.043.636.160,92	189.486.604,60	864.149.566,32
2044	1.081.002.232,00	213.266.493,17	887.735.738,83
2045	1.116.431.457,45	237.669.516,65	908.761.940,80
2046	1.156.327.866,85	265.117.703,65	911.210.163,30
2047	1.193.874.446,77	297.931.931,06	995.942.515,11
2048	1.230.430.860,44	329.813.323,59	900.828.317,85
2049	1.267.467.235,40	365.986.419,19	901.477.316,21
2050	1.303.071.854,64	404.105.224,72	888.965.729,92
2051	1.336.134.204,29	442.508.160,66	900.761.940,80
2052	1.372.763.381,01	477.306.584,54	895.456.796,47
2053	1.408.104.231,69	512.162.062,18	895.952.169,51
2054	1.443.629.067,50	539.926.812,44	903.702.255,06
2055	1.480.886.324,90	566.430.593,02	914.495.731,88
2056	1.518.828.347,14	590.879.384,01	928.148.963,13
2057	1.557.902.596,10	607.135.512,15	950.767.073,95
2058	1.598.744.736,41	620.456.466,02	979.288.272,39
2059	1.645.912.525,79	651.199.952,86	1.012.712.575,93
2060	1.690.513.884,48	655.879.066,88	1.054.634.617,79
2061	1.740.732.680,25	635.716.839,28	1.105.015.840,97
2062	1.784.732.816,34	623.343.715,41	1.162.369.200,83
2063	1.826.840.400,88	626.466.791,01	1.226.670.600,87
2064	1.874.098.678,29	618.177.843,70	1.295.920.834,59
2065	1.976.790.988,55	608.521.073,13	1.371.201.916,42

2066	2.049.388.826,07	597.322.344,58	1.452.066.481,49	36.058.141.854,47
2067	2.123.395.179,71	565.257.450,84	1.520.317.729,07	37.006.279.503,54
2068	2.201.789.484,86	572.333.024,22	1.620.456.480,64	39.235.736.044,18
2069	2.284.820.780,63	558.566.135,18	1.726.254.645,45	40.951.990.889,63
2070	2.372.751.797,12	543.960.885,46	1.828.791.111,86	42.790.781.801,29
2071	2.465.865.894,83	528.499.377,85	1.937.366.287,16	44.728.148.088,47
2072	2.561.166.156,27	512.183.834,56	2.052.281.833,71	46.780.429.922,18
2073	2.668.872.652,81	495.009.938,57	2.173.862.814,24	48.854.292.736,42
2074	2.779.422.686,87	476.896.843,02	2.302.423.846,85	51.256.716.583,70
2075	2.886.471.490,84	458.174.689,67	2.439.296.801,17	53.695.013.384,44
2076	3.020.390.726,86	438.575.368,80	2.581.814.358,26	56.276.827.742,70
2077	3.151.571.509,11	418.255.737,71	2.733.315.771,14	59.010.143.514,16
2078	3.290.423.554,97	387.200.911,01	2.883.142.043,90	61.903.286.157,46
2079	3.437.376.486,45	375.738.821,35	3.061.637.667,10	64.984.923.824,56
2080	3.582.879.777,64	353.729.686,58	3.239.149.911,06	68.204.073.735,62
2081	3.757.402.971,29	331.370.348,33	3.426.632.922,96	71.830.106.356,58
2082	3.931.436.859,32	308.790.942,94	3.622.646.116,36	75.252.752.474,96
2083	4.117.482.102,97	286.191.686,09	3.820.357.604,78	79.032.110.079,74
2084	4.310.102.751,42	283.557.944,90	4.046.545.706,52	83.128.655.786,26
2085	4.515.823.177,79	241.216.069,24	4.274.605.108,55	87.403.260.894,81
2086	4.733.230.290,96	218.262.273,71	4.513.348.420,21	91.917.208.315,09
2087	4.962.924.067,70	197.917.609,74	4.765.006.458,49	98.689.214.773,57
2088	5.205.528.039,89	177.283.706,79	5.028.244.333,10	101.710.459.106,67
2089	5.461.690.582,81	157.533.516,52	5.304.157.054,19	107.014.816.170,86
2090	5.732.085.412,58	138.805.639,51	5.593.279.373,07	112.607.885.543,93
2091	6.017.413.082,70	121.221.714,40	5.896.191.368,30	116.504.086.812,23
2092	6.318.402.697,86	104.880.138,48	6.215.352.559,18	124.717.609.471,41
2093	6.635.613.024,10	88.584.275,04	6.545.809.349,06	131.263.568.820,47
2094	6.970.437.586,62	76.162.213,30	6.801.246.373,32	136.157.814.193,79
2095	7.323.101.624,30	63.915.036,32	7.259.186.587,98	145.417.000.781,77
2096	7.694.670.840,68	53.014.073,23	7.641.655.867,45	153.058.656.649,22
2097	8.066.051.305,75	43.439.594,12	8.042.299.711,63	161.101.248.360,85
2098	8.468.193.878,61	35.192.366,79	8.463.001.511,82	169.564.249.872,67
2099	8.932.097.581,77	28.139,08,61	8.903.959.542,16	178.468.209.414,63

Fonte: Banco Central do Brasil, IBGE e Conselho IPEMPE.

Notas - FUNPREV:

(1) Projeção anual elaborada em 03/01/2025 com dados de setembro de 2024.

(2) Taxa demonstrativa utilizada para cálculos financeiros:

- Quantidade média: 5,10% ao ano;

- média entre os servidores ativos: 5,11%;

- Média média projetada para cálculos de aposentadoria programada, dos servidores ativos: 6,32%;

Quantidade de aposentadorias:

- a) Projeção mensal das aposentadorias: 83.783.933,33;

- b) Idade média das aposentadorias: 55,2 anos;

Quantidade de pensões:

- a) Projeção mensal das pensões: 88.300,00;

- b) Idade média das pensões: 35,53;

- c) Idade média das pensões: 35,0 anos;

(3) Taxa de Juros Real: 5,10% ao ano;

(4) Tábuas de Mortalidade de Vida (base laborativa): IPEA-NS/PEA-NS;

(5) Tábuas de Mortalidade de Vida (base não laborativa): IPEA-NS/PEA-NS;

(6) Tábuas de Crédito com fórmulas: ALVARO VINYAS;

(7) Tábuas de Mortalidade de Imóveis: IPEA-NS/PEA-NS;

(8) Taxa de correção real das benefícios: 1,00% ao ano;

(9) Taxa de correção real das benefícios: 0,00% ao ano;

(10) Rotatividade: Não rotativada;

(11) Novos exames: Somente grande apos.

(12) Despreza Administrativa correspondente a 2,00% sobre a base de contribuição dos servidores ativos.

2067	310.957.997,71	1.930.144.849,27	(1.619.186.651,56)	(195.191.994.651,00)
2068	286.265.499,56	1.770.449.546,20	(1.484.184.046,64)	(196.676.178.987,84)
2069	282.841.935,12	1.618.931.505,44	(1.356.099.570,32)	(196.032.268.267,96)
2070	240.002.037,79	1.475.454.127,09	(1.247.781.290,10)	(199.267.059.556,06)
2071	219.893.308,31	1.399.864.114,71	(1.120,70.806,49)	(200.387.230.354,46)
2072	198.898.355,86	1.212.029.884,15	(1.012,31.528,89)	(201.398.361.893,35)
2073	181.243.655,10	1.091.778.749,93	(910.555.094,83)	(202.309.896.968,18)
2074	163.683.840,85	978.885.210,67	(815.291.369,82)	(203.125.168.358,00)
2075	147.221.386,11	873.526.677,71	(726.395.288,80)	(203.851.493.546,60)
2076	131.796.587,73	775.282.442,98	(643.465.854,35)	(204.494.979,50,95)
2077	117.393.481,02	684.126.770,89	(566.733.289,87)	(205.061.712.79,82)
2078	103.990.641,08	589.943.560,29	(495.852.916,21)	(205.557.665.707,03)
2079	91.564.716,16	522.006.323,28	(431.041.606,12)	(205.988.707,31,15)
2080	80.109.017,14	451.979.997,51	(371.879.074,61)	(206.360.588.366,76)
2081	69.578.284,58	387.898.513,47	(318.320.248,89)	(206.678.906.635,65)
2082	59.980.309,74	330.177.451,40	(270.196.941,00)	(206.948,105,57,31)
2083	51.265.426,60	276.695.024,93	(227.319.505,34)	(207.176.423,72,55)
2084	43.469.014,88	222.914.140,62	(180.460,135,74)	(207.365.873.308,29)
2085	36.500.169,19	182.831.426,79	(156.331.257,60)	(207.522.204.565,89)
2086	30.347.883,52	158.020.339,24	(127.672.455,72)	(207.649.877,021,61)
2087	24.070.189,16	128.112.569,83	(103.142.791,46)	(207.753.019,387,07)
2088	20.321.763,55	102.724.213,74	(82.402.450,19)	(207.835.421.843,26)
2089	16.350.646,03	81.428.989,40	(65.078,352,10)	(207.900.500,195,36)
2090	13.000.796,77	63.810.648,20	(50.869.851,43)	(207.951.310,46,79)
2091	10.212.480,57	49.423.277,13	(39.210.796,56)	(207.990.520.843,35)
2092	7.924.033,74	37.850.787,55	(29.926.753,81)	(208.020.447.597,16)
2093	6.073.689,34	28.674.068,98	(22.600.369,64)	(208.043.047.966,80)
2094	4.599.809,51	21.507.715,88	(16.907.906,37)	(208.059.855.873,17)
2095	3.444.233,03	15.987.031,31	(12.552.737,49)	(206.072.500.610,65)
2096	2.552.394,83	11.816.127,87	(8.263.622,04)	(206.081.772.433,69)
2097	1.973.353,81	8.693.350,27	(6.819.996,46)	(206.088.592.430,15)
2098	1.385.384,11	6.393.824,85	(5.028.440,74)	(206.093.620.870,89)
2099	980.741,89	4.717.663,88	(3,729.919,99)	(206.097.347.790,88)

Fonte: Banco Central do Brasil, IPEMPE.

Nota - FUNPREV:

(1) Projeção anual elaborada em 03/01/2025 com dados de setembro de 2024.

(2) Taxa demonstrativa utilizada para cálculos financeiros:

- Quantidade média: 5,10%;

- média entre os servidores ativos: 5,11%;

- Média média projetada para aposentadoria programada, dos servidores ativos: 6,32%;

Quantidade de aposentadorias:

- a) Projeção mensal das aposentadorias: 83.783.933,33;

- b) Idade média das aposentadorias: 55,2 anos;

Quantidade de pensões:

- a) Projeção mensal das pensões: 88.300,00;

- b) Idade média das pensões: 35,53;

- c) Idade média das pensões: 35,0 anos;

(3) Taxa de Juros Real: 5,10% ao ano;

(4) Tábuas de Mortalidade de Vida (base laborativa): IPEA-NS/PEA-NS;

(5) Tábuas de Mortalidade de Vida (base não laborativa): IPEA-NS/PEA-NS;

(6) Tábuas de Crédito com fórmulas: ALVARO VINYAS;

(7) Tábuas de Mortalidade de Imóveis: IPEA-NS/PEA-NS;

(8) Taxa de correção real das benefícios: 1,00% ao ano;

(9) Taxa de correção real das benefícios: 0,00% ao ano;

(10) Rotatividade: Não rotativada;

(11) Novos exames: Somente grande apos.

(12) Despreza Administrativa correspondente a 2,00% sobre a base de contribuição dos servidores ativos.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2024-2099

EXERCÍCIO	SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES (SPSM) - Inativas e Pensionistas				R\$ 1,00
	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANCEIRO	
EXERCÍCIO	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIO	DO EXERCÍCIO	(c)
(i)	(ii)	(iii) = (i) - (ii)	(iv) = (iii) - (ii)	(d) = (iv) - (c)	(d) = (i) - (ii) - (c)
2024	931.030.913,73	2.201.154.601,72	(1.270.103.687,99)		(1.270.103.687,99)
2025	1.036.452.334,95	2.235.128.413,70	(1.266.646.073,74)		(2.306.749.760,73)
2026	1.032.564.956,92	2.314.479.069,57	(1.281.941.112,65)		(3.818.663.878,66)
2027	1.028.131.049,90	2.395.535.034,33	(1.367.403.984,43)		(5.188.067.863,81)
2028	1.023.324.711,15	2.443.811.251,20	(1.419.957.472,01)		(5.606.025.335,82)
2029	1.017.912.461,45	2.448.191.796,45	(1.430.219.295,00)		(6.036.244.830,82)
2030	1.012.361.543,80	2.455.373.272,93	(1.443.011.729,13)		(6.406.255.359,95)
2031	1.006.424.796,95	2.515.722.194,14	(1.505.297.396,16)		(10.864.730.953,13)
2032	999.098,060,76	2.536.096,324,21	(1.536.211.264,19)		(12.520.865.009,81)
2033	992.366.653,14	2.584.850.101,52	(1.551.483.446,38)		(14.072.448.457,99

MEMÓRIA DE CÁLCULO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - 2026
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO

I - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

RECEITA E DESPESA - PROJETADA

ESPECIFICAÇÃO	2026	2026 - S/ RPPS	2027	2027 - S/ RPPS	2028	2028 - S/ RPPS	R\$ milhares
RECEITAS CORRENTES	61.851.432	59.573.257	64.437.679	62.070.251	67.738.633	65.279.772	
Receita de Impostos e Taxas	35.301.400	35.301.400	37.587.181	37.587.181	39.881.786	39.881.786	39.881.786
Receita de Contribuição	1.912.187	404.376	1.988.675	420.551	2.063.846	436.448	
RECEITA PATRIMONIAL	1.678.774	1.002.188	1.745.925	1.042.275	1.811.921	1.081.673	
Receitas Financeiras	1.599.218	922.632	1.663.186	959.537	1.726.055	995.807	
Receitas Não Financeiras	79.556	79.556	82.738	82.738	85.866	85.866	
Receita Agropecuária	36	36	37	37	39	39	
Receita Industrial	8.930	8.930	9.287	9.287	9.638	9.638	
Receita de Serviços	1.519.725	1.519.725	1.580.513	1.580.513	1.640.257	1.640.257	
Transferências Correntes	21.081.116	21.081.116	21.162.825	21.162.825	21.954.180	21.954.180	
Demais Receitas Correntes	336.975	243.197	350.454	254.798	363.701	262.486	
Receitas Intraorçamentárias	3.189.942	79.993	79.993	83.193	3.442.943	86.338	
RECEITAS DE CAPITAL	2.563.248	2.563.248	2.883.133	2.883.133	1.232.978	1.232.978	
Operações de Crédito	2.231.621	2.231.621	2.533.369	2.533.369	864.159	864.159	
Amortização de Empréstimos	27.140	27.140	28.420	28.420	29.727	29.727	
Alienações de Ativos(VII)	19.002	19.002	19.762	19.762	20.509	20.509	
Transferência de Capital	285.485	285.485	301.582	301.582	318.582	318.582	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	
DEDUÇÃO DO FUNDEB	6.813.135	6.813.135	7.214.319	7.214.319	7.615.690	7.615.690	
DEDUÇÃO TCM	7.640.441	7.640.441	8.176.493	8.176.493	8.716.021	8.716.021	
DESPESAS CORRENTES	46.330.064	41.308.790	48.405.750	43.183.637	51.142.207	44.710.210	
Pessoal e Encargos Sociais	27.993.880	23.528.226	29.113.635	24.469.355	30.673.576	25.394.297	
Juros e Encargos da Dívida	1.590.068	1.590.058	1.876.154	1.876.154	1.841.305	1.841.305	
Outras Despesas Correntes	16.746.116	16.190.507	17.415.960	16.838.127	18.627.325	17.474.608	
DESPESAS DE CAPITAL	6.245.797	6.214.447	6.626.351	6.593.747	6.039.674	6.070.676	
Investimento	4.287.223	4.255.873	4.458.712	4.426.108	3.569.748	3.569.748	
Inversões Financeiras	687.162	687.162	714.649	714.649	775.038	806.039	
Concessão de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	
Demais Inversões Financeiras	687.162	687.162	714.649	714.649	775.038	806.039	
Amortização da Dívida	1.271.412	1.271.412	1.452.990	1.452.990	1.694.889	1.694.889	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	239.685	239.685	249.273	249.273	270.336	270.336	
RESERVA DO RPPS	335.500		348.920		378.404		

FONTE: SEFA/SEPLAD

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - 2026
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO

RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2026	2026 - S/ RPPS	2027	2027 - S/ RPPS	2028	2028 - S/ RPPS	R\$ milhares
RECEITAS CORRENTES	61.851.432	59.573.257	64.437.679	62.070.251	67.738.633	65.279.772	
(-) Aplicações Financeira	1.599.218	922.632	1.663.186	959.537	1.726.055	995.807	
RECEITAS FISCAIS CORRENTES	60.252.214	58.650.626	62.774.493	61.110.714	66.012.578	64.283.964	
RECEITAS DE CAPITAL	2.563.248	2.563.248	2.883.133	2.883.133	1.232.978	1.232.978	
(-) Operações de Crédito	2.231.621	2.231.621	2.533.369	2.533.369	864.159	864.159	
(-) Amortização de Empréstimos	27.140	27.140	28.420	28.420	29.727	29.727	
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL	304.487	304.487	321.344	321.344	339.091	339.091	
(-) DEDUÇÃO DO FUNDEB	6.813.135	6.813.135	7.214.319	7.214.319	7.615.690	7.615.690	
(-) DEDUÇÃO DO TCM	7.640.441	7.640.441	8.176.493	8.176.493	8.716.021	8.716.021	
RECEITAS PRIMÁRIAS (A)	46.103.125	44.501.536	47.705.025	46.041.246	50.019.957	48.291.344	
DESPESAS CORRENTES	46.330.064	41.308.790	48.405.750	41.307.482	51.142.207	44.710.210	
(-) Juros e Encargos da Dívida	1.590.068	1.590.068	1.876.154	1.876.154	1.841.305	1.841.305	
DESPESAS FISCAIS CORRENTES	44.739.996	39.718.722	46.529.596	39.431.328	49.300.901	42.868.905	
DESPESAS DE CAPITAL	6.245.797	6.214.447	6.626.351	6.593.747	6.039.674	6.070.676	
(-) Concessão de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	
(-) Amortização da Dívida	1.271.412	1.271.412	1.452.990	1.452.990	1.694.889	1.694.889	
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL	4.974.385	4.943.035	5.173.360	5.140.756	4.344.786	4.375.787	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	239.685	239.685	249.273	249.273	270.336	270.336	
DESPESA PRIMÁRIA	49.954.066	44.901.453	51.952.229	44.821.357	53.916.024	47.515.029	

RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	(3.850.942)	(399.917)	(4.247.204)	1.219.889	(3.896.066)	776.315
--------------------------	-------------	-----------	-------------	-----------	-------------	---------

- A partir do exercício de 2023, o Estado adota a metodologia de deduzir as Transferências Constitucionais aos Municípios da fonte.

- Os valores de 2025 à 2027 são os fixados nas LDOs dos referidos exercícios, excluído as intraorçamentárias. Os valores de 2023 à 2025 referem-se a projeções, excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, da STN, 14ª edição.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - 2026
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO

II - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA DO ESTADO DO PARÁ

META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	2025	2026	2027	2028	R\$ milhares
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	13.905.424	16.205.922	16.564.354	15.293.924	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	
Outras Dívidas	13.905.424	16.205.922	16.564.354	15.293.924	
DEDUÇÕES (II)	5.849.818	6.239.646	6.489.232	6.734.525	
Ativo Disponível	6.830.923	7.138.998	7.424.557	7.705.206	
Haveres Financeiros	406.665	425.006	442.006	458.714	
(-) Restos a Pagar Processados	1.267.206	1.324.357	1.377.332	1.429.395	
DCL (III)=(I-II)	8.055.606	9.966.277	10.075.122	8.559.400	

RESULTADO NOMINAL (abaixo da linha) (d) = (a) + (b-c)	5.102.873	1.910.671	108.845	(1.515.722)
---	-----------	-----------	---------	-------------

FONTE: SEFA/SEPLAD

Notas: - Projeção com base o cronograma previsto de pagamento, considerando os indexadores dos contratos, para os respectivos anos.

- O valores de 2025 à 2027 são os fixados nas LDOs dos referidos exercícios, os valores de 2023 a 2025 refere-se a projeções.

- O Estado do Pará não possui Dívida Mobiliária

III - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS DEDUÇÕES DO FUNDEB E TCM

DADOS TOTAIS

ESPECIFICAÇÃO	Valores Brutos			R\$ milhares
	2026	2027	2028	
IPVA	1.557.041	1.667.335	1.778.378	
ITCD	76.783	79.854	82.872	
ICMS	26.777.553	28.674.368	30.584.050	
FPE	12.654.643	13.160.829	13.658.308	
IPI	630.086	655.289	680.059	
CIDE	40.043	41.645	43.219	
TOTAL	41.736.149	44.279.320	46.826.888	

FONTE: SEFA/SEPLAD

A) DESTINADO AO FUNDEB

ESPECIFICAÇÃO	Valores Brutos			R\$ milhares
	2026	2027	2028	
IPVA	155.704	166.734	177.838	
ITCD	15.357	15.971	16.574	
ICMS	4.016.633	4.301.155	4.587.608	
FPE	2.530.929	2.632.166	2.731.662	
IPI	94.513	98.293	102.009	
TOTAL	6.813.135	7.214.319	7.615.690	

FONTE: SEFA/SEPLAD

Notas: - Metodologia aplicada a partir da LDO 2023

B) DESTINADO A TCM

ESPECIFICAÇÃO	Valores Brutos			R\$ milhares
	2026	2027	2028	
IPVA	778.520	833.668	889.189	
ICMS	6.694.388	7.168.592	7.646.013	
FPE	157.522	163.822	170.015	
CIDE	10.011	10.411	10.805	
TOTAL	7.640.441	8.176.493	8.716.021	

FONTE: SEFA/SEPLAD

Notas: - Metodologia aplicada a partir da LDO 2023

IV - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS NOVAS DOCSS

R\$ milhares

DETALHAMENTO RECEITA	2025 REESTIMADA	2026	AUMENTO
IPVA (1112.51)	1.444.419.789	1.557.040.838	112.621.049
ITCD (1112.52)	73.476.149	76.782.575	3.306.426
ICMS	24.840.727.557	26.777.552.874	1.936.825.317
IR	3.349.096.883	3.499.806.243	150.709.360
Aumento Permanente de receita sem dedução	29.707.720.378	31.911.182.530	2.203.462.152
Dedução FUNDEB	5.693.832.148	6.109.568.473	415.736.325
Dedução TCM	6.932.391.783	7.472.908.638	540.516.855
Saldo final de aumento das receitas	12.626.223.931	13.582.477.111	956.253.180
Total de eventos Pessoal			1.109.710.664
Crescimento Vegetativo da Folha			125.900.476
Novas DOCSS projetadas			1.235.611.140
Margem Líquida de expansão			11.597.832

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DA
REMUNERAÇÃO DE PESSOAL
ATIVO E INATIVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO ■

DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - ATIVO
2025

PODER:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

MÊS DE REFERÊNCIA:

BIMESTRE:

LDO, art. 62

REGIME	Nº SERVIDORES	VENCIMENTO/ SALÁRIO	VANTAGENS PECUNIÁRIAS INCIDENTES SOBRE VENCIMENTO/SALÁRIO			OUTRAS VANTAGENS	TOTAL
			GRATIFICAÇÕES	PESSOAIS	OUTRAS		
JURID/CC UNICO							
Nível Superior							
Nível Médio							
Nível Fundamental							
TOTAL 1							
CELETISTA							
Nível Superior							
Nível Médio							
Nível Fundamental							
TOTAL 2							
TEMPORARIOS							
Nível Superior							
Nível Médio							
Nível Fundamental							
TOTAL 3							
CARGOS COMISSIONADOS							
Com Vínculo							
Sem Vínculo							
TOTAL 4							
FUNÇÕES GRATIFICADAS							
TOTAL 5							
COLEGADO							
Colegado							
TOTAL 6							
PENSAO ESPECIAL							
Pensão Especial							
TOTAL 7							
TOTAL GERAL							
PREVIDENCIA							
FUNPREV							
FINANPREV							
REGIME GERAL							
TOTAL PREVIDENCIA							

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO III
DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - INATIVO E PENSIONISTA
2025

PODER:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
BIMESTRE:

LDO, art. 62

R\$ milhares

Regime Jurídico Único	Cargo	Quantidade	Vencimentos /Proventos/ Pensões	Outras Vantagens	Total
Inativos					
Nível					
- Superior					
- Médio					
- Fundamental					
Pensionista					
Total Geral					

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DA LOTAÇÃO DE PESSOAL ATIVO POR PODER E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IV
DEMONSTRATIVO DA LOTAÇÃO DE PESSOAL ATIVO
2025

PODER:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
BIMESTRE:

LDO, art 63

R\$ 1.000,00

ANEXO V

PRIORIDADES DO ESTADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS PROGRAMÁTICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL
Metas e Prioridades da Administração Pública Poder Executivo

2025

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	PROGRAMA	OBJETIVO(S)	META REGIONALIZADA / PRIORIDADE
Araguaia	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará"
Araguaia	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Reforma e Ampliação de 01 Unidade Escolar - DS
Araguaia	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção e Pavimentação da Rodovia PA-287 Lote 2, Subtrecho: Km 37,50, com Extensão de 29km, no Município de Cumaru do Norte - DS
Araguaia	Segurança Pública e Defesa Social	Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência	Construção e Implantação do Grupamento de Bombeiros Militares de Xinguara
Araguaia	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Construção do Comando de Policiamento Regional V
Baixo Amazonas	Cultura, Esporte e Lazer	Promover Acesso à Leitura, à Arte, à Cultura nas Sociedades Amazônicas,	Implantação de 02 Bibliotecas Móveis
Baixo Amazonas	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Monte Alegre - DS
Baixo Amazonas	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Alter do Chão no Município de Santarém
Baixo Amazonas	Economia Sustentável	Promover o Turismo como Atividade Econômica Sustentável	Construção do Terminal de Cruzeiros Marítimos de Santarém
Baixo Amazonas	Economia Sustentável	Promover uma Economia Inclusiva e de Baixo Carbono	Implantação do Parque de Bicocnomia e Inovação da Amazônia
Baixo Amazonas	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará"
Baixo Amazonas	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Reforma e Ampliação de 01 Unidade Escolar - DS
Baixo Amazonas	Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial	Promover a Regularização Ambiental e Fundiária dos Imóveis Rurais e	Emissão de 01 Título Coletivo para Remanescentes da Quilombo
Baixo Amazonas	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Conclusão da Construção e Pavimentação da Rodovia Cuamba Lote I, II e III, Trecho: Entr. PA-255 e PA-427, com Extensão Total de 51,52 km, no Município de Alenquer

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	PROGRAMA	OBJETIVO(S)	META REGIONALIZADA / PRIORIDADE
Baixo Amazonas	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de Terminal Hidroviário Turístico em Alter do Chão - DS
Baixo Amazonas	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de Trapiche de Carga e Passageiro no Município de Prainha
Baixo Amazonas	Segurança Pública e Defesa Social	Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência	Construção e Implantação do Comando Regional de Bombeiros Militares da Região Baixo Amazonas - DS
Baixo Amazonas	Segurança Pública e Defesa Social	Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência	Construção e Implantação do Grupamento de Bombeiros Militares de Almerim
Baixo Amazonas	Segurança Pública e Defesa Social	Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência	Construção e Implantação do Grupamento de Bombeiros Militares de Oriximiná
Baixo Amazonas	Segurança Pública e Defesa Social	Prevenir Acidentes de Trânsito	Implantação de CIRETRAN no Município de Juruti
Baixo Amazonas	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Construção do Comando de Policiamento Regional I
Carajás	Cultura, Esporte e Lazer	Promover Acesso à Leitura, à Arte, à Cultura nas Sociedades Amazônicas,	Implantação de 03 Bibliotecas Móveis
Carajás	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" - DS
Carajás	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Reforma e Ampliação de 01 Unidade Escolar - DS
Carajás	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Conclusão da Duplicação da BR-222, Trecho Rotatória BR-155 / Ponte Dom Eliseu, com Extensão de 4,24 km - DS
Carajás	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção e Pavimentação da PA-160 (Vicinal VS-53), com Extensão de 26,60 km, Trecho Carajás: Entroncamento da BR-155 (Posto 70)
Carajás	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção e Pavimentação da Rodovia PA-477, Trecho: Entr. BR-153 / Pm. Urb. PIÇARRA, Subtrecho: Km 8,00 / Km 28,00, com Extensão de 19,7 km
Carajás	Saúde	Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade	Implantação do Hospital Materno Infantil de Marabá - DS
Carajás	Segurança Pública e Defesa Social	Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência	Construção e Implementação do Comando Regional de Bombeiros Militares da Região Carajás
Carajás	Segurança Pública e Defesa Social	Prevenir Acidentes de Trânsito	Implantação de CIRETRAN no Município de São Domingos do Araguaia
Carajás	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Construção do 1º Batalhão de Polícia Rural
Guajará	Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	Promover Ações de Justiça e Direitos Difusos	Implantação de Unidade Esportiva e Recreativa ParáPaz
Guajará	Cultura, Esporte e Lazer	Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e	Implantação do Museu da Consciência Negra
Guajará	Cultura, Esporte e Lazer	Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e	Implantação do Parque da Cidade

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	PROGRAMA	OBJETIVO(S)	META REGIONALIZADA / PRIORIDADE
Guajará	Cultura, Esporte e Lazer	Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial	Implantação do Porto Futuro Fase II - Ampliação e Urbanismo
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da ETE UNA
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água do 10º Setor do Município de Belém
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água do 3º Setor do Município de Belém
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água do Complexo Bolonha - 2ª Etapa
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água das Aguas Lindas do Município de Ananindeua
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Requalificação do Canal Caraparu com Urbanização e Drenagem - Guamá (980 m) - Trecho: Canal do Tucunduba até Tv. Liberato da Castro
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Requalificação do Canal Cipriano com Urbanização e Drenagem - Canudos (1.100 m) - Trecho: Av. Perimetral até Alameda Jcsé Alves
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Requalificação do Canal Gentil Bittencourt com Urbanização e Drenagem - São Brás (1.450 m) - Trecho: Rua Deodoro de Mendonça até o Canal do Tucunduba
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Requalificação dos Canais Vileta, Tímbo, União e Leal Martins com Urbanização e Drenagem
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos da Mobilidade e Ordenamento	Construir o Viaduto Av. Independência x Br316
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos da Mobilidade e Ordenamento	Construir o Viaduto Av. João Paulo I x Av. Dr. Freitas
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos da Mobilidade e Ordenamento	Construir o Viaduto Av. Mário Covas x Av. Independência
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos da Mobilidade e Ordenamento	Construir o Viaduto Av. Mário Covas x Av. Três Corações
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos da Mobilidade e Ordenamento	Reforma e Revitalização da Estação das Docas e reurbanização do entorno - 1ª Etapa
Guajará	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Promover o Acesso à Moradia e Melhorar as Condições de	Conclusão das Obras dos Residenciais Liberdade I e III
Guajará	Economia Sustentável	Promover o Turismo como Atividade Econômica Sustentável	Drenagem, Urbanização e Reurbanização dos Canais Murutucu e Mártil - Trecho Rio Guamá até Av. João Paulo II
Guajará	Economia Sustentável	Promover uma Economia Inclusiva e de Baixo Carbono	Implantação do Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia
Guajará	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará"
Guajará	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Escola Nova

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	PROGRAMA	OBJETIVO(S)	META REGIONALIZADA / PRIORIDADE
Guajará	Governança Pública	Prover a Governabilidade e Transparência do Poder Executivo	Implantação do Programa Energia Limpa
Guajará	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de 01 Ponte Estaiada (414,00 x 10,40 x 22,00), sobre o Rio do Maguari, Município de Belém
Guajará	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de Terminal Hidroviário Turístico de Icoaraci
Guajará	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de Terminal Turístico na Avenida Almirante Tamandaré
Guajará	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de Trapiche Turístico no Município de Ananindeua (Ilha João Pilatos)
Guajará	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção e Pavimentação da Avenida Liberdade, Trecho: Entr. Av. Perimetral (Belém) / Entr. Rodovia Alça Vária (Mariluba), com Extensão de 13,40 km
Guajará	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Expansão do Terminal Hidroviário de Belém Luiz Rebelo Neto
Guajará	Saúde	Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade	Construção do Novo Prédio da Fundação Hemopa
Guajará	Segurança Pública e Defesa Social	Prevenir Acidentes de Trânsito	Implantação de CIRETRAN no Município de Mariluba
Guajará	Segurança Pública e Defesa Social	Realizar a Custódia Penal	Conclusão da Ampliação do Presídio Estadual Metropolitano III - PEM III
Guajará	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Construção do 10º Batalhão de Polícia Militar
Guajará	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Construção do 24º Batalhão de Polícia Militar
Guajará	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Construção do Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas
Guajará	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Construção do Comando de Policiamento Ambiental
Guajará	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Implantação da Delegacia Móvel
Guajará	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Implementação do Complexo da Diretoria de Polícia Especializada
Guamá	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Castanhal - DS
Guamá	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará"
Guamá	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Reforma e Ampliação de 01 Unidade Escolar
Guamá	Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial	Promover a Regularização Ambiental e Fundação dos Imóveis Rurais e	Emissão de 04 Títulos Coletivos para Comunidades Quilombolas - DS

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	PROGRAMA	OBJETIVO(S)	META REGIONALIZADA / PRIORIDADE
Guamá	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de um Trapiche de Carga e Passageiro no Município de Marapanim (Vila de Marucazinho)
Guamá	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção e Pavimentação da Rodovia PA-220 Lote 03, Trecho: Entr. PA-136 / Entr. PA-127, Subtrecho: Entr. PA-395 / Entr. PA-127, com Extensão de 11,6km
Guamá	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção e Pavimentação da Rodovia PA-322, Trecho: Entr. BR-010 (São Miguel) / Perim. Urbano Bonito, com Extensão de 27,86 km
Guamá	Saúde	Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade	Conclusão da Reforma e Ampliação do Hospital Municipal de São Caetano de Odivelas
Guamá	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Construção do 2º Batalhão de Polícia Rural
Lago de Tucuruí	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará"
Lago de Tucuruí	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Escola Nova
Lago de Tucuruí	Educação Básica e Profissional	Promover a Educação Profissional e Tecnológica	Implantação do Projeto Forma Pará Técnico
Lago de Tucuruí	Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial	Promover o Ordenamento Territorial e a Gestão Integrada dos Recursos	Construção de 01 Unidade de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro em Breu Branco
Lago de Tucuruí	Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial	Promover o Ordenamento Territorial e a Gestão Integrada dos Recursos	Construção de 01 Unidade de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro em Gcianésia do Pará
Lago de Tucuruí	Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial	Promover o Ordenamento Territorial e a Gestão Integrada dos Recursos	Construção de 01 Unidade de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro em Itupiranga
Lago de Tucuruí	Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial	Promover o Ordenamento Territorial e a Gestão Integrada dos Recursos	Construção de 01 Unidade de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro em Jacundá
Lago de Tucuruí	Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial	Promover o Ordenamento Territorial e a Gestão Integrada dos Recursos	Construção de 01 Unidade de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro em Nova Ipixuna
Lago de Tucuruí	Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial	Promover o Ordenamento Territorial e a Gestão Integrada dos Recursos	Construção de 01 Unidade de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro em Novo Repartimento
Lago de Tucuruí	Segurança Pública e Defesa Social	Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência	Construção e Implementação do Comando Regional de Bombeiros Militares da Região Lago de Tucuruí
Lago de Tucuruí	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Construção do 50º Batalhão de Polícia Militar
Marajó	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Breves - DS
Marajó	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Implantação de Aterro Sanitário Municipal em 01 Município da Região Marajó
Marajó	Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Meio Ambiente	Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico	Implantação de Aterro Sanitário Regional em 02 Municípios da Região Marajó
Marajó	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará"

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	PROGRAMA	OBJETIVO(S)	META REGIONALIZADA / PRIORIDADE
Marajó	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Reforma e Ampliação de 01 Unidade Escolar
Marajó	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Conclusão da Construção de 01 Ponte Mista sobre o Rio Camazinho (360,00 mts X 10,00mts) no Município de Cachoeira do Arari
Marajó	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Conclusão da Reforma e Adequação de Terminal Hidroviário de Carga e Passageiro no Município de Chaves
Marajó	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de 04 Pontes de Concreto Armado na PA-368, Entroncamento BR-422, Totalizando 400 Metros Lineares, no Município de Portel
Marajó	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de 05 Trapiches no Município de Muaná
Marajó	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de Terminal Hidroviário de Carga no Município de Gurupá
Marajó	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de Trapiche de Carga e Passageiro no Município de Santa Cruz do Arari (Vila do Jenipapo)
Marajó	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Implantação e Pavimentação da PA-368- LOTE I, II e III com Extensão Total de 148 km
Marajó	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Pavimentação da PA-396 (Estrada do Caracará) - Entre Ponta de Pedras e Entroncamento da PA-154 - LOTE I, II e III, com Extensão Total de 49 km
Marajó	Saúde	Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade	Conclusão do Hospital Materno Infantil de Breves - DS
Marajó	Segurança Pública e Defesa Social	Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência	Construção e Implementação do Posto Avançado de Bombeiros Militares de Portel
Marajó	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Implementação de Base Avançada do Grupamento Fluvial - GFLU
Rio Caeté	Economia Sustentável	Promover o Turismo como Atividade Econômica Sustentável	Reurbanização da Orla do Atalaia
Rio Caeté	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará"
Rio Caeté	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Escola Nova
Rio Caeté	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Reforma e Ampliação de 01 Unidade Escolar
Rio Caeté	Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial	Promover a Regularização Ambiental e Fundiária dos Imóveis Rurais e	Emissão de 02 Títulos Coletivos para Comunidades Quilombolas
Rio Caeté	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de Trapiche e Mercado de Peixe no Município de Salinópolis
Rio Caeté	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Pavimentação da PA-112 Lote I, II e III Trecho: Entr. BR-306 / Entr. BR-316 Subtrecho: Entr. BR-308 / Vila 21 do Monte Negro, com Extensão Total de 64,5 km
Rio Caeté	Segurança Pública e Defesa Social	Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência	Construção e Implementação do Comando Regional de Bombeiros da Região Rio Caeté

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	PROGRAMA	OBJETIVO(S)	META REGIONALIZADA / PRIORIDADE
Rio Capim	Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	Promover a Igualdade Racial e Direitos Humanos	Implantação de 02 Usinas da Paz na Região Rio Capim
Rio Capim	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará"
Rio Capim	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Escola Nova
Rio Capim	Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial	Promover a Regularização Ambiental e Fundiária dos Imóveis Rurais e	Emissão de 04 Títulos Coletivos para Comunidades Quilombolas
Rio Capim	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção e Pavimentação da Rodovia PA-124 Lote 2, Trecho: Vila Cacimba / Vila Caip, com Extensão de 61,8 km
Rio Capim	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção e Pavimentação da Rodovia PA-253 LOTE I e II, Trecho: Perim. Urb. de Capitão Poço / Entr. BR-316, Subtrecho: Perim. Urb. de Capitão Poço, com Extensão
Tapajós	Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	Promover a Igualdade Racial e Direitos Humanos	Implantação de 01 Usina da Paz na Região Tapajós
Tapajós	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará"
Tapajós	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Escola Nova
Tapajós	Educação Básica e Profissional	Promover a Educação Profissional e Tecnológica	Implementação da Educação Profissional e Tecnológica com Uso de Recursos Tecnológicos
Tapajós	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de Terminal Hidroviário de Carga e Passageiro no Município de Itaituba
Tapajós	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Adequação da Superintendência da Polícia Civil em Itaituba
Tapajós	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Construção do Comando de Policiamento Regional X
Tocantins	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" - DS
Tocantins	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Reforma e Ampliação de 01 Unidade Escolar
Tocantins	Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial	Promover a Regularização Ambiental e Fundiária dos Imóveis Rurais e	Emissão de 05 Títulos Coletivos para Comunidades Quilombolas - DS
Tocantins	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de 01 Ponte em Balanço Sucessivo (410,00x10,40x22,00m) sobre o Rio Acará, no Município de Acará - DS
Tocantins	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de Terminal Hidroviário de Carga e Passageiro no Município Cametá (Vila de Carapajó) - DS
Tocantins	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de Terminal Hidroviário de Carga e Passageiro no Município de Barcarena
Tocantins	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção e Pavimentação da Rodovia PA-151 Lotes I, II, III e IV, Trecho: Baião / Breu Branco (Entr. PA-263) Subtrecho: Baião / Km 44-47, com Extensão Total de 140 km

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	PROGRAMA	OBJETIVO(S)	META REGIONALIZADA / PRIORIDADE
Tocantins	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção e Pavimentação da Rodovia PA-471, Trecho: Entroncamento da PA-151- Perímetro Urbano da Vila do Carmo, com Extensão de 9,3 km
Tocantins	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção e Pavimentação Rodoviária do Contorno da Cidade de Acará - ALÇA ACARÁ CIDADE, com Extensão de 5,35 km
Tocantins	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Duplicação da Rodovia PA-481, Trecho: Trevo do Peteca/Barcarena, com Extensão 15,97 km
Tocantins	Segurança Pública e Defesa Social	Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência	Construção e Implantação do Comando Regional de Bombeiros Militares da Região Tocantins - DS
Tocantins	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Construção do 47º Batalhão de Polícia Militar
Tocantins	Segurança Pública e Defesa Social	Reducir a Violência e a Criminalidade	Construção do Comando de Policiamento Regional IX
Xingu	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" - DS
Xingu	Educação Básica e Profissional	Elevar a cobertura da Rede Estadual	Construção de 01 Escola Nova
Xingu	Educação Básica e Profissional	Promover a Educação Profissional e Tecnológica	Implantação do Forma Pará Qualificação
Xingu	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Conclusão da Construção e Pavimentação da Rodovia Transururuá Lote I e II, Trecho: Entr. BR-230 (Ururá) / Entr. PA-370 (Rio Tulu), Sub-Trecho: Entr. BR-230 (Ururá) /
Xingu	Infraestrutura e Logística	Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma	Construção de Terminal Hidroviário de Carga e Passageiro no Município de Altamira
Xingu	Saúde	Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade	Conclusão do Hospital Materno Infantil de Altamira - DS

* DS - Demanda da Sociedade

Protocolo: 1242742